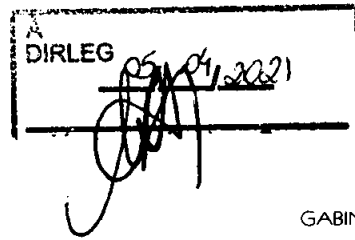




PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE
GP. EXTER-089/OF



GABINETE DO PREFEITO

Belo Horizonte, 26 de março de 2021

Senhora Presidente,

1. Com meus cumprimentos, atendendo o disposto no inciso XI do Artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, apresento, para o devido conhecimento dos Vereadores da Câmara Municipal e dos cidadãos de Belo Horizonte, o Relatório Anual de Ações Governamentais/2020 e o Balanço da Contabilidade/2020.

2. Devido às restrições em consequência da pandemia da doença Covid-19, em caráter extraordinário, conforme Deliberação nº4/2021 e restrição das atividades desta Câmara, o Prefeito aguardará o momento mais conveniente, conforme deliberar o Legislativo Municipal, para realizar a visita anual à CMBH ou mesmo para que a prestação de contas seja realizada em formato virtual. Em atendimento ao que preconiza a legislação, a Prefeitura de Belo Horizonte envia, em arquivo digital, os referidos Relatórios.

3. O **Relatório de Execução Anual das Ações Governamentais-2020** apresenta, por Área de Resultado, uma prestação de contas da Prefeitura de Belo Horizonte que expressa resultados concretos dos esforços articulados desta gestão ao longo dos últimos 3 anos, com foco em 2020, que demonstram o compromisso com a qualidade de vida, a inclusão e o bem-estar de cada um dos cidadãos de Belo Horizonte.

4. O **Relatório Contábil de Propósito Geral-2020** abrange, de forma consolidada, a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos municipais, do regime próprio de previdência social e das empresas estatais dependentes e demonstra os principais resultados alcançados no exercício tanto na área financeira e orçamentária, quanto em relação ao cumprimento de limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial do município de Belo Horizonte.

Atenciosamente,


ALEXANDRE KALIL
Prefeito

A Sua Excelência a Senhora
VEREADORA NELLY AQUINO
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Avenida dos Andradas, 3.100 – Santa Efigênia
30.260-900 - BELO HORIZONTE – MG

CONTAS DA GESTÃO EXERCÍCIO 2020

CONSOLIDAÇÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**GOVERNANDO
PARA QUEM
PRECISA**

CONTAS DA GESTÃO
EXERCÍCIO **2020**

CONSOLIDAÇÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL
DE PROPÓSITO GERAL



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**GOVERNANDO
PARA QUEM
PRECISA**



RANKING 2019 DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL NO SICONFI

Publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional

-
- 1º lugar** - Ranking das Cidades com mais de 1 milhão de habitantes
 - 1º lugar** - Ranking dos municípios da Micro Região
 - 2º lugar** - Ranking dos municípios do Estado de Minas
 - 23º lugar** - Ranking Nacional dos Municípios Brasileiros

Disponível em:
<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>

Parabéns, BH!

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Subsecretaria de Contadoria Geral / Diretoria de Contabilidade Geral

COLABORAÇÃO

Subsecretaria de Contadoria Geral / Diretoria de Informações e Prestação de Contas Contábeis

Subsecretaria do Tesouro Municipal / Diretoria Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública e Diretoria Central de Administração Financeira

Subsecretaria da Receita Municipal / Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa

Subsecretaria de Administração e Logística / Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças e Diretoria Central de Patrimônio

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão / Diretoria Central de Coordenação do Orçamento

Subsecretaria de Gestão Previdenciária / Diretoria Central de Gestão de Contas Previdenciárias

FORMATAÇÃO GRÁFICA

Subsecretaria de Comunicação Social / Gerência de Produção Visual

ENTIDADE COM CONTABILIDADE DESCENTRALIZADA**CONTADOR RESPONSÁVEL**

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	Rodrigo Dornelas Scofield
COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A	Dênio Aldo Leal
EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	Sandro Ribeiro Campos
EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	Walter dos Santos Viana
EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A	Isabel Alves da Silva
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	Flávia Cristina Manacés Ribeiro
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	Thatiana da Mota Santos
FUNDO DA OPERAÇÃO URBANA BH MORAR/CAPITÃO EDUARDO	Maristela Souza Pereira
FUNDO DA OPERAÇÃO URBANA DO ISIDORO	Maristela Souza Pereira
FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	Maristela Souza Pereira
FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Maristela Souza Pereira
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DAS CENTRALIDADES	Maristela Souza Pereira
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO	Maristela Souza Pereira
FUNDO DE OPERAÇÃO DO PARQUE DAS MANGABEIRAS	Maristela Souza Pereira
FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS	Maristela Souza Pereira
FUNDO FINANCEIRO	Suzana Maria Landim Nassif
FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DAS MINORIAS	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Roger Alberto Schwetter
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DO AUXÍLIO DE TRANSPORTE ESCOLAR	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	Maristela Souza Pereira
FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS	Maristela Souza Pereira
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - BHPREV	Suzana Maria Landim Nassif
FUNDO PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	Maristela Souza Pereira
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	Daniela Cardoso Oliveira
SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	Marília Celestino Xavier
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	Ana Paula Pessoa de Holanda Gomes
SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	Patrícia Gravino

COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO

Subsecretário de Contadoria Geral

Nourival de Souza Resende Filho

Diretora de Contabilidade Geral - DCGE

Marília Celestino Xavier

Gerente de Conciliação Bancária e Acompanhamento da Arrecadação - GECOB

Ildecléia Adamovcz Saldanha

Gerente de Contabilidade dos Fundos Municipais - GCFUM

Maristela Souza Pereira

Gerente de Controle Contábil - GECOC

Marcel Enrique Caldas Gomes

Diretor de Informações e Prestação de Contas Contábeis - DCON

Milton Caires Junior

Gerente de Informações Contábeis - GINCO

Keila Cristina Reis

Gerente de Suporte Técnico Contábil - GESTC

Cláudio Luiz de Aguiar

MENSAGEM DO CONTADOR

Encerrado mais um exercício fiscal, é hora de apresentarmos os seus resultados, através dos números constantes em nossos livros, na nossa Contabilidade.

Este ano de 2020, além de apontarmos os avanços ocorridos na implantação das NBCASPs – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o que vem sendo praticado pelo município de Belo Horizonte, precisamos abordar dois outros aspectos vivenciados por todos nós que fazemos parte da Contabilidade do município de Belo Horizonte, quais sejam: a) a questão da pandemia oriunda do COVID-19 e, b) o ranking estabelecido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, sobre as prestações de contas dos mais de cinco mil municípios do Brasil.

Sobre a questão da COVID-19, devemos destacar os efeitos das medidas tomadas pela Lei Complementar 173, não só no reconhecimento da pandemia, como no auxílio oferecido a todos, sejam os mais necessitados, enquanto pessoas físicas, sejam os estados e municípios. No nosso caso, se não fosse o referido auxílio, nossas contas ficariam prejudicadas, tendo em vista a redução das atividades empresariais, afetando um bom número de empresas e, por consequência, a nossa arrecadação de impostos. Entretanto, a partir deste auxílio, a STN determinou o controle efetivo destes valores, através da criação de contas específicas nos nossos registros, a fim de ter a transparência necessária para eventos desta natureza.

Ao procedermos da forma estabelecida pela STN, demonstramos claramente, através das contas e das divulgações realizadas em nosso portal da transparência, as aplicações realizadas em combate à referida pandemia.

Outro fator decorrente deste evento, foi o distanciamento social ocorrido por todos nós, ressaltando, por outro lado, o maior uso dos recursos tecnológicos para o chamado tele trabalho, ou seja, o “home office”. Este deve ser um “novo normal” a ser estudado por todos os agentes, visando uma adequação dos trabalhos e até mesmo uma eventual redução dos custos operacionais dos municípios.

Quanto ao Ranking estabelecido pela STN, tivemos o prazer e a satisfação de atingirmos o 1º lugar entre os municípios com população acima de 1 milhão de pessoas, dentre os quais estão as capitais brasileiras.

Tal classificação foi o resultado de um trabalho árduo de uma equipe comprometida e em busca cada dia mais de melhorias na forma de trabalhar. Sabemos das dificuldades de mantermos esta posição mas, nosso compromisso, além de repetirmos esta classificação é de avançarmos na classificação entre todos os municípios. Boa vontade e força de trabalho não vão faltar.

Por fim, é com muita expectativa positiva, que aguardamos a tão sonhada implantação de um sistema de gestão, de fato, integrado, envolvendo as atividades de orçamento, finanças, contabilidade, patrimônio, arrecadação, compras, dentre outros. Será um grande avanço para o município, modernizando sua gestão. Não deixa de ser mais um avanço para todos nós belo-horizontinos.

Nourival de Souza Resende Filho

Contador Geral do Município

CRC-MG 020498/O-6

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL

O município de Belo Horizonte tem buscado um aprimoramento constante na elaboração e demonstração das contas públicas, entendendo que a transparência e o alcance da eficácia nas informações apresentadas colaboram para um maior controle social e uma atuação mais eficaz dos órgãos de controle externo.

Partindo deste princípio, a equipe de contadores responsável pelo registro, acompanhamento e publicação das contas do município de Belo Horizonte, vai além das exigências legais, disponibilizando informações relevantes e fidedignas sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral, bem como propiciando uma maior transparência das contas públicas.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

Assim, esperamos que as informações apresentadas neste relatório venham contribuir para a transparência da informação contábil do município de Belo Horizonte.

Desejamos uma boa leitura!

Marília Celestino Xavier
Diretora de Contabilidade Geral
CRC-MG 096.270/0-7

SUMÁRIO

VOLUME I

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	9
Origem dos Recursos	12
Aplicação dos Recursos	17
Resultado Orçamentário	21
Resultado Financeiro	22
Receitas e Despesas Relacionadas ao Combate da COVID-19	24

VOLUME II

DOS INDICADORES FISCAIS	25
Receita Corrente Líquida (RCL)	26
Despesa de Pessoal	27
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	28
Operações de Crédito	30
Regra de Ouro	32
Resultado Primário	33

VOLUME III

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP	35
Balanco Orçamentário (BO)	37
Balanco Financeiro (BF)	41
Balanco Patrimonial (BP)	44
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	50
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	58
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	63

VOLUME IV

DAS NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

E DA ANÁLISE DE BALANÇOS	65
---------------------------------------	-----------

VOLUME V

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

SOCIAL DE BELO HORIZONTE	93
---------------------------------------	-----------

VOLUME VI

ANEXOS	101
---------------------	------------

VOLUME I DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CENTRO DE SAÚDE BOA VISTA



O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de origens (ingressos) e de aplicações (dispêndios) de recursos em determinado período.

ORIGEM DOS RECURSOS

RECEITAS

Os ingressos de recursos têm origem principalmente através das receitas orçamentárias.

Receitas Orçamentárias

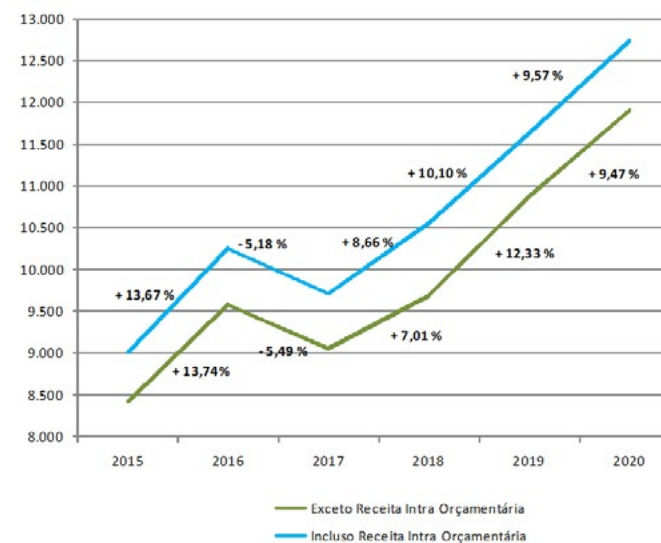
São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. (MCASP 8ª Ed., pág. 32).

As receitas intraorçamentárias são receitas de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, autarquia, fundação, empresa dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

A análise da evolução da arrecadação de receitas orçamentárias deve levar em consideração a receita orçamentária excluindo-se as receitas intraorçamentárias, pois estas, diferentemente daquelas, representariam uma duplicidade na apuração da receita.

Importante ressaltar que para análise da evolução da receita orçamentária é utilizado o regime de caixa. Neste regime os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos unicamente quando se recebe ou se paga mediante dinheiro ou equivalente.

Evolução da Arrecadação de Receitas Orçamentárias Período 2015-2020

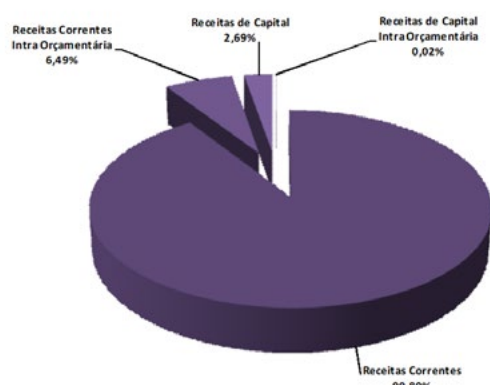


Fonte: Sistema CASP PBH

No exercício de 2020 o município arrecadou R\$ 12,7 bilhões em receitas orçamentárias (incluídas as intra orçamentárias), valor que representa um crescimento nominal de 9,57% em relação ao exercício de 2019, o que equivale a um crescimento real de 4,83%, considerando a inflação acumulada no período de 4,52% (IPCA).

Quando analisadas as receitas arrecadadas excluindo-se as receitas intra orçamentárias, no exercício de 2020, o município arrecadou R\$ 11,9 bilhões em receitas orçamentárias, quando comparadas com as receitas de 2019, que alcançaram R\$ 10,8 bilhões (excluindo-se as receitas intra orçamentárias), o valor arrecadado em 2020 representa um crescimento nominal de 9,47% em relação ao exercício de 2019, o que equivale a um crescimento real de 4,74%, considerando a inflação acumulada no período de 4,52% (IPCA).

Do total de receitas arrecadadas (excluídas as intra orçamentárias) 90,80% (R\$ 11,6 bilhões) corresponderam a receitas Correntes e 6,49% (R\$ 826 milhões) correspondem a receitas Correntes Intra orçamentárias.



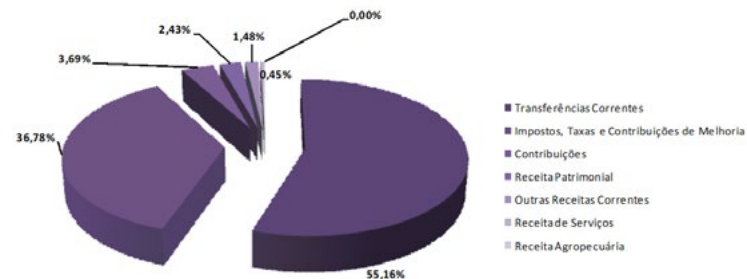
Fonte: Sistema CASP PBH

Segundo o MCASP 8ª Ed., as receitas orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

As receitas orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do município e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em despesas de Capital.

Do total de receitas Correntes (exceto as intra orçamentárias) 55,16% (R\$ 6,4 bilhões) corresponderam às receitas de Transferências Correntes e 36,78% (R\$ 4,2 bilhões) corresponderam a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

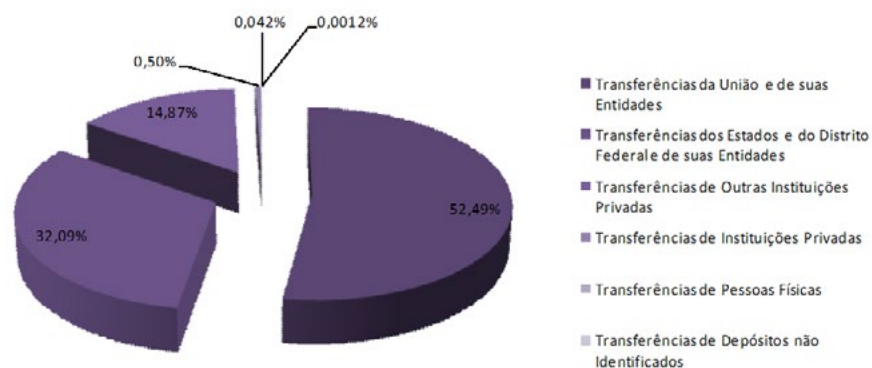


Fonte: Sistema CASP PBH

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público (União e Estados) ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Do total das Transferências Correntes (exceto as intra orçamentárias) 52,49% (R\$ 3,3 bilhões) corresponderam às Transferências da União e 32,09% (R\$ 2 bilhões) às Transferências dos Estados.



Fonte: Sistema CASP PBH

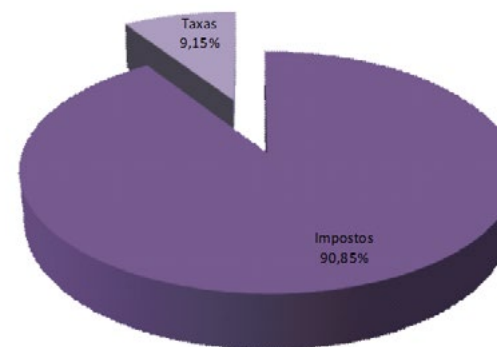
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Os Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria são tributos.

Tributo, por sua vez, é uma das origens da receita Corrente na classificação orçamentária por categoria econômica. Quanto à procedência,

trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o município custear as atividades que lhe são correlatas.

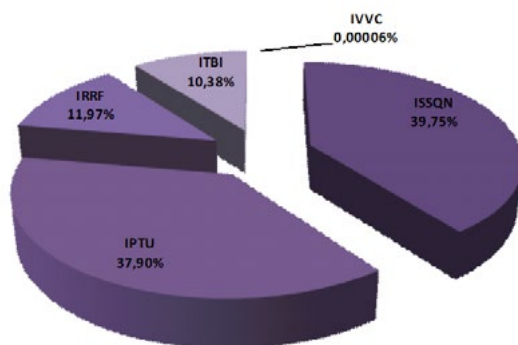
Do total dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 90,85% (R\$ 3,9 bilhões) representaram arrecadação de impostos.



Fonte: Sistema CASP PBH

Os impostos, segundo o art. 16 do CTN, são espécies tributárias cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, o qual não recebe contraprestação direta ou imediata pelo pagamento.

Do total dos impostos arrecadados 39,75% (R\$ 1,53 bilhão) e 37,90% (R\$ 1,46 bilhão) correspondem respectivamente à arrecadação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).



Fonte: Sistema CASP PBH

A receita orçamentária também pode ser analisada através do conjunto de informações que constitui a natureza de receita orçamentária, estruturado de forma a agregar a categoria econômica, a origem e a espécie da receita.

Categoria Econômica

Os §§1º e 2º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

Origem da Receita

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Espécie

É o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas

Período 2015-2020

CATEGORIA ECONÔMICA	ORIGEM	ESPÉCIE	R\$
RECEITAS CORRENTES R\$ 11,56 BILHÕES	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$ 4,25 bilhões	Impostos	3.864.447.186
		Taxas	389.392.315
	Receita de Contribuição R\$ 427 milhões	Para Custeio de Iluminação Pública	167.852.681
		Sociais	259.120.173
	Receita Patrimonial R\$ 292 milhões	Concessões/Permissões/Autorização ou Licença	90.170.364
		Demais Receitas Patrimoniais	614.032
		Exploração de Recursos Naturais	155.177
		Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.695.848
	Receita Agropecuária R\$ 1,3 mil	Valores Mobiliários	188.960.150
		Agropecuária	1.287
Receita de Serviços R\$ 52 milhões	Outros Serviços	42.310.745	
	Serviços Administrativos e Gerais	9.744.246	
Transferências Correntes R\$ 6,38 bilhões	Serviços e Atividades referentes a Navegação e Transporte	37.485	
	Transferências da União e de suas Entidades	3.348.972.389	
	Transferências de Depósitos não Identificados	74.630	
	Transferências de Instituições Privadas	32.011.473	
	Transferências de Outras Instituições Privadas	948.569.541	
	Transferências de Pessoas Físicas	2.702.259	
Outras Receitas Correntes R\$ 171 milhões	Transferências dos Estados e de suas Entidades	2.047.341.489	
	Demais Receitas Correntes	23.753.665	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA R\$ 826 MILHÕES	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	47.012.710	
	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	100.660.040	
	Receita de Contribuição R\$ 437 milhões	Sociais	437.336.432
	Receita de Serviços R\$ 340 milhões	Outros Serviços	620.512
Serviços Administrativos e Gerais		3.168.939	
Transferências Correntes R\$ 34 milhões	Serviços e Atividades referentes a Saúde	335.950.302	
	Transferências da União e de suas Entidades	1.267.568	
	Transferências dos Estados e de suas Entidades	10.359.602	
Outras Receitas Correntes R\$ 15 milhões	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2271.1438,69	
	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	14.859.421	
RECEITAS DE CAPITAL R\$ 343 MILHÕES	Operações de Crédito R\$ 238 milhões	Externas	34.642.018
		Internas	203.625.352
	Alienação de Bens R\$ 73 milhões	Bens Imóveis	1.116.454
		Bens Móveis	72.137.687
Transferências de Capital R\$ 16 milhões	Transferências da União e de suas Entidades	13.730.638	
	Transferências dos Estados e de suas Entidades	2.315.691	
Outras Receitas de Capital R\$ 15 milhões	Demais Receitas de Capital	15.157.564	
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA R\$ 2 MILHÕES	Outras Receitas de Capital R\$ 2,2 milhões	Integralização do Capital Social	2.200.443
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA			12.736.799.948

Fonte: Sistema CASP PBH

Pode-se também avaliar a receita orçamentária considerando a distinção entre receitas do Exercício e receitas de Dívida Ativa.

As receitas do Exercício são o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular.

Segundo o MCASP 8ª Ed. pág. 352, a “Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo”.

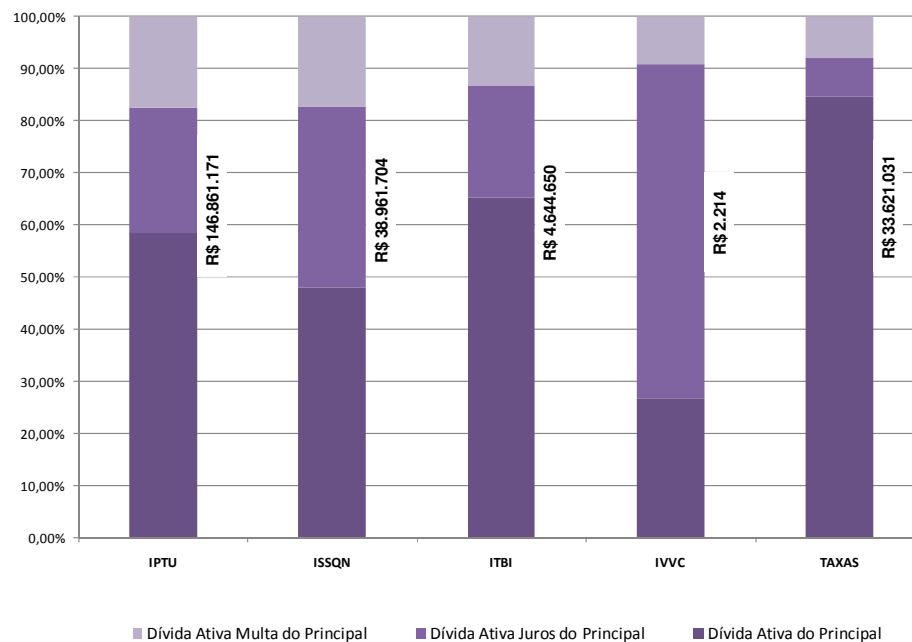
Valores em Reais (R\$)

RECEITAS CORRENTES (Excluídas as intra-orçamentárias e detalhadas por Origem)	RECEITA DO EXERCÍCIO			RECEITA DE DÍVIDA ATIVA			TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES
	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	
Contribuições	426.597.964,39	3.634,39	27.870,93	343.384,13	-	-	426.972.854
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.000.834.690,74	15.522.401,60	13.391.638,19	136.200.682,17	35.624.603,39	52.265.485,50	4.253.839.502
Outras Receitas Correntes	147.136.888,93	-	3.313,14	19.027.007,43	13.379,06	5.245.826,31	171.426.415
Receita Agropecuária	1.286,80	-	-	-	-	-	1.287
Receita de Serviços	50.165.981,53	8.454,58	106.049,49	1.380.693,24	155.334,50	275.962,32	52.092.476
Receita Patrimonial	280.597.230,63	-	-	789.017,47	1.884,21	207.439,79	281.595.572
Transferências Correntes	6.379.671.781,21	-	-	-	-	-	6.379.671.781
TOTAL	11.285.005.824	15.534.491	13.528.872	157.740.784	35.795.201	57.994.714	11.565.599.886
%		97,83%			2,17%		100,00%

Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das receitas Correntes, 2,17% representaram recebimentos de créditos inscritos em Dívida Ativa e 97,83% representaram recebimentos de créditos do Exercício.

Do total da receita de Dívida Ativa recebida no exercício de 2020, R\$ 224 milhões referem-se a Impostos (IPTU, ISSQN, ITBI e IVVC) e Taxas, conforme detalhamento a seguir:



Fonte: Sistema CASP PBH

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DESPESAS

Sendo o orçamento o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período, para o setor público, este é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro.

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

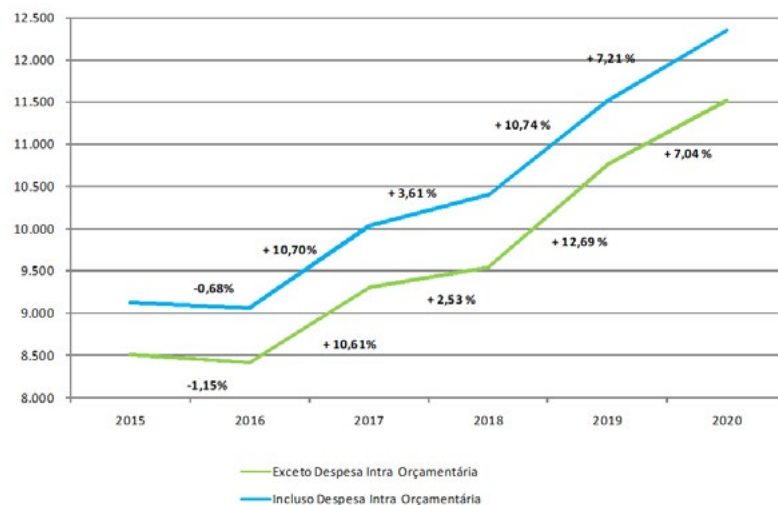
As despesas intraorçamentárias ocorrem quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo.

A análise da evolução das despesas orçamentárias empenhadas deve levar em consideração a despesa orçamentária empenhada excluindo-se as despesas intraorçamentárias, pois estas, diferentemente daquelas, representariam uma duplicidade na apuração da despesa empenhada.

Importante ressaltar que, para análise da evolução da despesa orçamentária é utilizado o regime de competência. Neste regime os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos

nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos.

Evolução das Despesas Empenhadas Período 2015-2020



Fonte: Sistema CASP PBH

Em 2020, no município de Belo Horizonte, o total das despesas empenhadas totalizou R\$ 12,34 bilhões (incluídas as intra orçamentárias), valor que representa um crescimento nominal de 7,21% em relação ao exercício de 2019, o que equivale a um acréscimo real de 2,57% considerando a inflação acumulada no período de 4,52% (IPCA).

Quando analisadas as despesas, excluindo-se as despesas intra orçamentárias, no exercício de 2020, o total de despesas empenhadas tota-

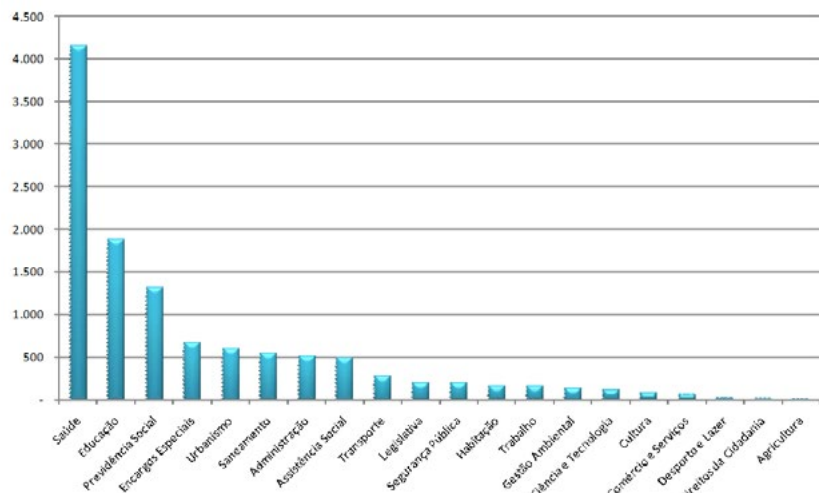
lizou R\$ 11,5 bilhões. Quando comparadas com as despesas de 2019, que alcançaram R\$ 10,75 bilhões (excluindo-se as despesas intra orçamentárias), o valor empenhado em 2020 representa um crescimento nominal de 7,04% em relação ao exercício de 2019, o que equivale a um crescimento real de 2,41%, considerando a inflação acumulada no período de 4,52% (IPCA).

A classificação funcional da despesa pública segregava as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação: “em que área de ação governamental a despesa será realizada?” A classificação funcional da despesa pública segregava as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação: “em que área de ação governamental a despesa será realizada?”

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, etc.

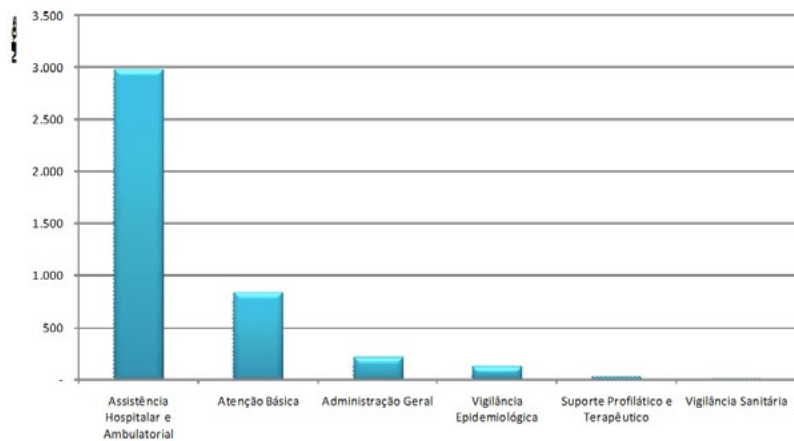
Do total das despesas empenhadas (excluídas as intra orçamentárias) R\$ 4,1 bilhões (36,07%) foram direcionadas para a área da Saúde e R\$ 1,88 bilhão (16,26%) para a área da Educação.

A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.



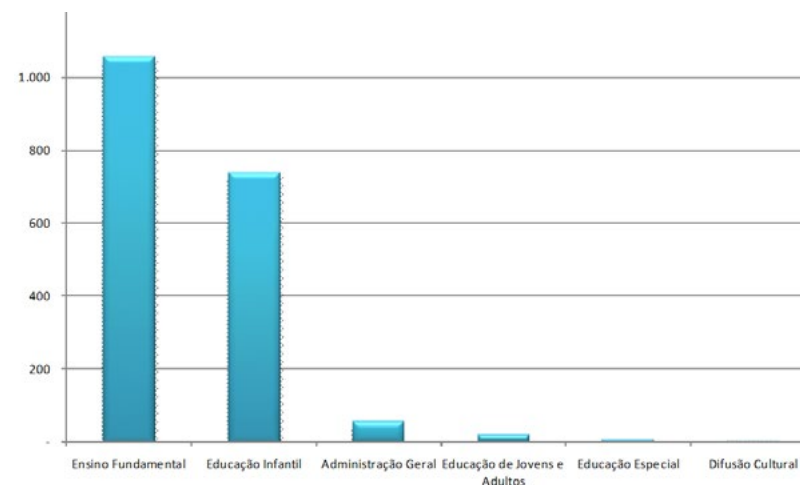
Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das despesas direcionadas para a Função Saúde (excluídas as intraorçamentárias), 72,55% (R\$ 2,76 bilhões) foram direcionadas para a subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial e 18,98% (R\$ 723 milhões) para a subfunção Atenção Básica.



Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das despesas direcionadas para a Função Educação (excluídas as intra orçamentárias), R\$ 1,05 bilhão (53,41%) foram direcionadas para a subfunção Ensino Fundamental e R\$ 736 milhões (39,36%) para a subfunção Educação Infantil.



Fonte: Sistema CASP PBH

A despesa orçamentária também pode ser analisada através do conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária, estruturado de forma a agregar a categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa.

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, também é classificada em duas categorias econômicas, permitindo uma separação entre despesas Correntes e de Capital. Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Demonstrativo das Despesas Empenhadas Incluídas as Intra Orçamentárias (Exercício: 2020)

Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento.

Grupo de Natureza da Despesa

É um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Modalidade de Aplicação

Trata-se de informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades. Indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

Elemento de Despesa

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto. A descrição dos elementos pode não contemplar todas as despesas a eles inerentes, sendo, em alguns casos, exemplificativa.

CATEGORIA ECONÔMICA	NATUREZA DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	R\$	
Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Aplicações Diretas	Juros sobre a Dívida por Contrato	106.868.377	
			Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	33.228.105	
	Outras Despesas Correntes	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da	Indenizações e Restituições	2.043.037	
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	376.352.864	
		Aplicações Diretas	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.745.488	
			Auxílio Financeiro a Estudantes	309.000	
			Auxílio-Alimentação	138.097.113	
			Auxílio-Transporte	131.943.810	
			Compensações ao RGPS	3.900.000	
			Despesas de Exercícios Anteriores	146.005.819	
			Diárias – Civil	56.762	
			Indenizações e Restituições	27.295.160	
			Locação de Mão-de-Obra	495.066.906	
			Material de Consumo	151.709.032	
			Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	278.072.917	
			Obrigações Tributárias e Contributivas	123.260.793	
			Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	359.553.738	
			Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.414.351	
			Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	50.416.287	
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	35.839.243	
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.186.910.400	
			Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	9.335.000	
			Sentenças Judiciais	58.496.535	
			Serviços de Consultoria	4.217.568	
			Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	45.463.364	
			Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP	Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor	228.454.097
			Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	232.842
			Transferências a Estados e ao Distrito Federal	Contribuições	1.661.925
			Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Contribuições	481.024
	Transferências à União		Subvenções Sociais	47.823.521	
			Indenizações e Restituições	1.278.360	
	Transferências ao Exterior	Contribuições	57.112		
		Despesas de Exercícios Anteriores	12.707		
Pessoal e Encargos Sociais	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.116.737		
		Obrigações Patronais	440.258.386		
		Sentenças Judiciais	270.779		
		Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	1.157.646.118		
		Contratação por Tempo Determinado	10.039.808		
		Despesas de Exercícios Anteriores	117.381		
		Indenizações e Restituições Trabalhistas	26.702.063		
		Obrigações Patronais	193.758.483		
		Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	518.000		
		Pensões do RPPS e do Militar	146.800.781		
		Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	3.852.000		
		Sentenças Judiciais	102.959.969		
		Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	3.127.329.881		
		Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	386.544	
		Despesas De Capital	Amortização da Dívida	Aplicações Diretas	Principal da Dívida Contratual Resgatado
Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas			2.188.143	
Inversões Financeiras	Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP		Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor	50.030.337	
			Equipamentos e Material Permanente	250.000	
	Aplicações Diretas		Despesas de Exercícios Anteriores	5.398.383	
			Equipamentos e Material Permanente	54.561.379	
			Indenizações e Restituições	13.176.706	
			Obras e Instalações	535.610.230	
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.050.875	
			Sentenças Judiciais	21.591.221	
Serviços de Consultoria	874.411				
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	27.628.753				
Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Rateio pela participação em Consórcio Público	3.987			
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Auxílios	115.359.361			
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA				12.345.890.316	

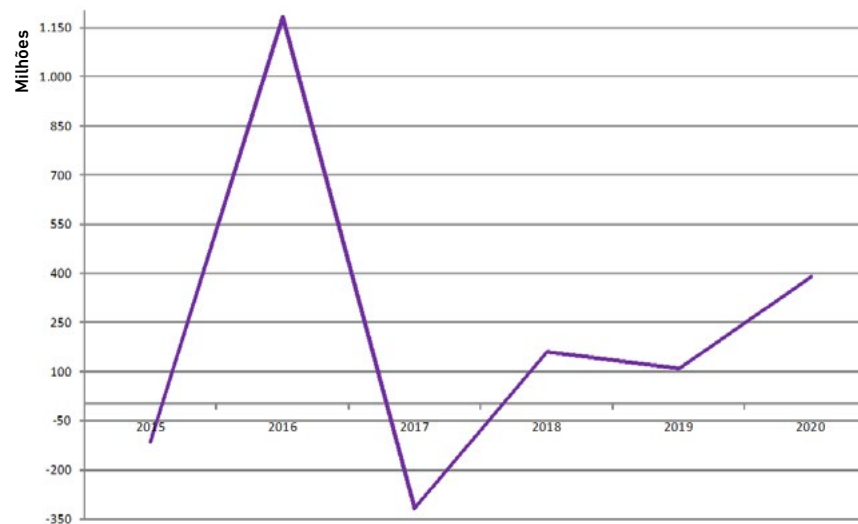
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido através da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias.

Este resultado é apurado com base em um regime misto que considera a receita arrecadada (regime de caixa) e a despesa empenhada (regime de competência).

Importante ressaltar que o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser considerado como parte da receita orçamentária que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Evolução do Resultado Orçamentário
Período 2015-2020



Fonte: Sistema CASP PBH

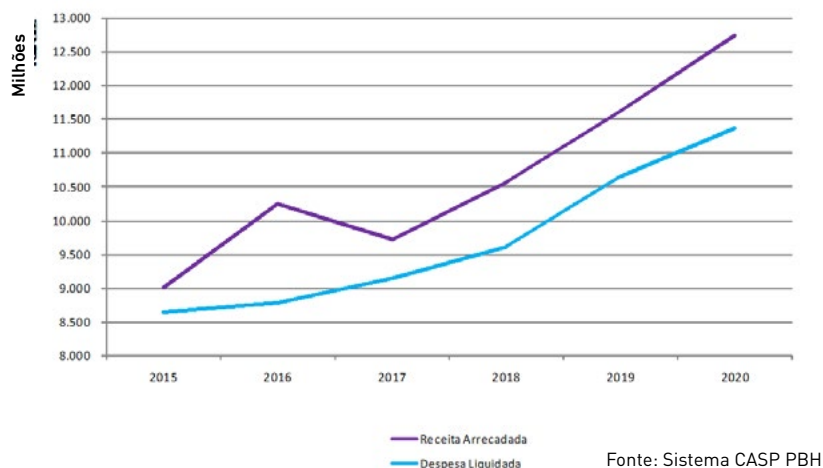
No exercício de 2020, o superávit orçamentário (incluindo as receitas e despesas intra orçamentárias) foi de R\$ 391 milhões.

Outro ponto importante a ser observado é o gap (descompasso) entre a receita arrecadada e a despesa liquidada.

A despesa liquidada é a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecedido do pagamento.

A análise do GAP (descompasso) entre a receita arrecadada e a despesa liquidada poderá demonstrar um equilíbrio ou desequilíbrio financeiro do ente.

Evolução do GAP Receita Arrecadada x Despesa Liquidada Período 2015-2020



O desejável é que a despesa liquidada seja menor que a receita arrecadada para que o ente não se depare com dificuldades em honrar seus compromissos financeiros.

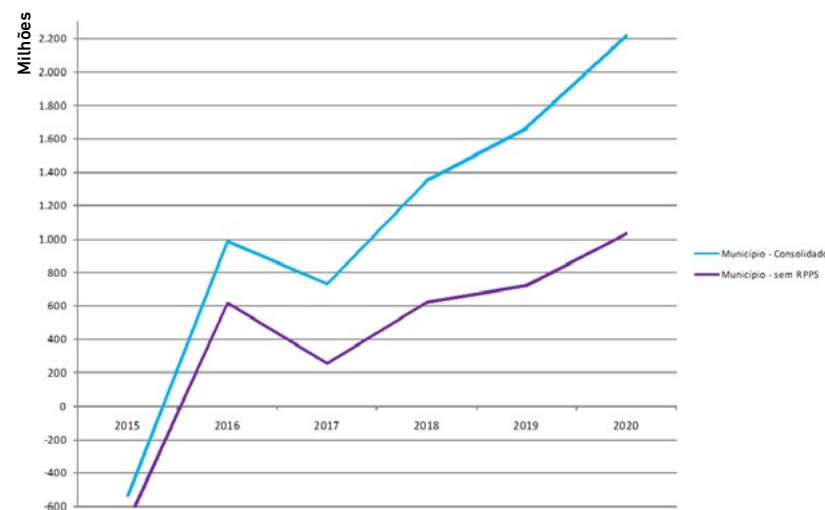
RESULTADO FINANCEIRO

Conforme o § 2º do artigo 43 da Lei 4.320/64, Superávit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos a eles vinculadas. Caso a diferença entre o ativo e passivo financeiro seja negativa, estaremos diante de um Déficit Financeiro.

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior é uma das fontes possíveis para a abertura de créditos adicionais.

Quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária Anual.

Evolução do Resultado Financeiro (Superávit ou Déficit) Período 2015-2020



Apuração conforme item "3.5.3.3. - Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos" do MCASP 8ª Ed. pág. 398.

Fonte: Sistema CASP PBH

Em 2020, Belo Horizonte apresentou um superávit financeiro acumulado no valor de R\$ 2,21 bilhões. Neste montante estão inseridos R\$ 1,18 bilhão referente ao superávit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Considerando que os recursos disponíveis no RPPS não podem ser utilizados para nenhum outro fim senão o pagamento de benefícios previdenciários, o superávit financeiro do município deve ser avaliado subtraindo-se estes valores. Assim, o superávit financeiro do município de Belo Horizonte, excluindo-se o superávit do RPPS correspondeu ao montante de R\$ 1,03 bilhão.

No exercício de 2020, do total do superávit financeiro apurado em 2019 (R\$ 720 milhões, já excluídos os recursos do RPPS), o município utilizou R\$ 346 milhões para abertura de créditos adicionais no orçamento deste exercício em análise.

Créditos Adicionais Abertos por Fonte de Recursos

Fonte: Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Exercício 2020

Valores em Reais (R\$)

Fonte de Recursos	Valor do Crédito Adicional	Valor Empenhado
20010000 Recursos Ordinários	71.032.304	69.104.250
20900000 Outros Recursos Não Vinculados	5.133.861	4.891.790
21120000 Transferências do FUNDEB 60%	26.533.701	26.533.701
21200000 Transferência do Salário-Educação	12.920.673	-
21240000 Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.269.501	694.084
21250000 Transferências de Convênios - Educação	3.415.461	667.348
22130000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	621.467	621.467
22140000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	2.585.615	2.585.615
22150000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento	7.481.627	7.001.306
23110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.139.382	7.267.609
23900000 Outros Recursos Destinados à Assistência Social	717.593	-
25100000 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	3.214.110	1.894.214
25200000 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados	1.744.229	1.744.229
26200000 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	13.000.000	13.000.000
29200000 Recursos de Operações de Crédito	85.858.955	76.042.094
29300000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos	15.651.174	11.746.313
29400000 Outras vinculações de transferências	82.887.670	60.463.003
29900000 Outras Destinações Vinculadas de Recursos	2.121.329	1.612.370
TOTAL	346.328.653	285.869.392

Codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Fonte: Sistema CASP PBH

Do montante de créditos adicionais abertos em 2019 (R\$ 81,95 milhões), R\$ 77,39 milhões foram empenhados durante o exercício. Do montante de créditos adicionais abertos em 2020 (R\$ 346 milhões), R\$ 285 milhões foram empenhados durante o exercício.

RECEITAS E DESPESAS RELACIONADAS AO COMBATE DA COVID-19

No exercício de 2020 várias ações foram adotadas pelos governos federal e estadual no sentido de auxiliar os municípios no combate da pandemia do Coronavírus.

Recursos foram enviados aos municípios com finalidade específica de aplicação no enfrentamento da COVID-19.

No exercício de 2020, o município de Belo Horizonte recebeu R\$ 569 milhões de recursos a serem aplicados exclusivamente no combate da COVID-19.

A seguir é apresentado a relação de receitas recebidas (excluídas as receitas intra orçamentárias) durante o exercício de 2020 com esta finalidade.

Receitas Recebidas para Enfrentamento da COVID-19 Exceto Receitas Intra Orçamentárias Exercício 2020

Valores em Reais (R\$)

CÓDIGO DA NATUREZA DA RECEITA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA RECEITA	R\$
17180391	TRANSFERENCIA RECURSO SUS OUTROS PROG FIN TRANSF FUNDO A FUNDO	477.484.250,57
17189911	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	52.240.005,27
17181211	TRANSFERENCIA RECURSO FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL-FNAS	27.150.895,57
17280311	TRANSFERENCIA RECURSO ESTADO P/ PROG SAÚDE REPASSE FUNDO A FUNDO	8.278.723,00
17289911	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADO	1.334.080,00
17180411	TRANSFERENCIA RECURSO SISTEMA ÚNICO SAÚDE - SUS - ATENÇÃO BÁSICA	1.059.875,00
17400011	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.014.260,71
17180421	TRANSFERENCIA RECURSO SISTEMA ÚNICO SAÚDE - SUS - ATENÇÃO ESPECIAL	153.717,00
TOTAL BRUTO		568.715.807,12

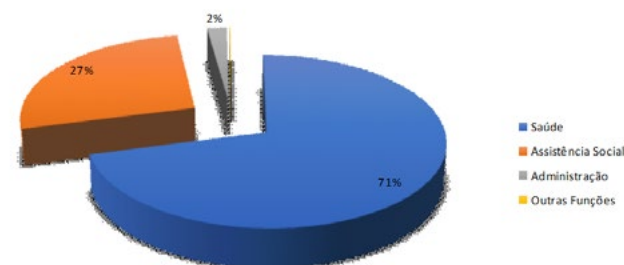
Fonte: Sistema CASP PBH

Importante destacar também que o Legislativo Municipal, visando contribuir com as ações relacionadas ao combate da COVID-19, encaminhou ao executivo municipal R\$ 6,1 milhões a título de devolução de duodécimos repassados no exercício de 2019 para serem aplicados exclusivamente no combate da COVID-19.

Nas ações voltadas para o combate da COVID-19, bem como de seus reflexos na área da saúde, assistência social, etc., foram empenhadas despesas (excluídas as despesas intra orçamentárias) no montante de R\$ 826 milhões.

Deste montante, 71% (R\$ 586 milhões) foram aplicados na área/função Saúde e 27% (R\$ 222 milhões) na área/função Assistência Social.

Despesas Empenhadas para Enfrentamento da COVID-19 Exceto Despesa Intra Orçamentárias – Por Função Exercício 2020



Fonte: Sistema CASP PBH

VOLUME DOS INDICADORES FISCAIS

COLETA NOTURNA NA PRAÇA SETE



A RESPONSABILIDADE NAS CONTAS PÚBLICAS

Com o objetivo de garantir a estabilidade nas contas públicas, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu de forma impositiva metas de resultado primário e resultado nominal, fixou limites e condições para as despesas com pessoal, dívida, operações de crédito, concessão de garantias e contragarantias, bem como para inscrição em restos a pagar. Além dos limites e das condições impostos pela LRF, o município deve observar as determinações constitucionais de aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde.

As informações pormenorizadas das metas e limites estabelecidos pela LRF são publicadas pelo município bimestralmente através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e, quadrimestralmente, por meio do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A composição na íntegra destes relatórios pode ser obtida através do link <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Um dos parâmetros utilizados para verificação dos limites fixados pela LRF é a RCL.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF.

Para efeito de apuração do limite da despesa com pessoal, a receita corrente líquida é ajustada quando o município recebe transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme determina o § 13 do art. 166 da CF.

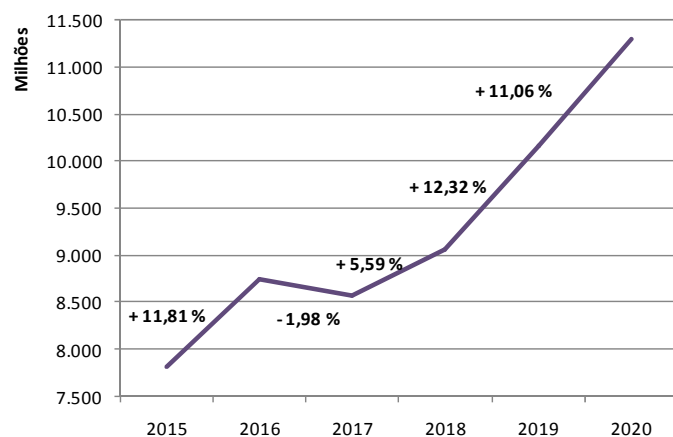
Valores em Reais (R\$)

APURAÇÃO DA RCL	2020	2019	VARIACÃO %
RECEITA CORRENTE ARRECADADA (I)	12.069.316.367	10.851.559.857	11,22%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.253.839.502	4.217.063.976	0,87%
Contribuições	426.972.854	396.662.521	7,64%
Receita Patrimonial	281.595.572	323.835.549	-13,04%
Receita Agropecuária	1.287	8.877	-85,50%
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	52.092.476	85.922.544	-39,37%
Transferências Correntes	6.883.388.262	5.596.955.209	22,98%
Outras Receitas Correntes	171.426.415	231.111.181	-25,83%
DEDUÇÕES (II)	774.047.227	680.828.647	13,69%
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	253.558.921	239.943.382	5,67%
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	16.771.826	16.639.451	0,80%
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	503.716.481	424.245.813	18,73%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.295.269.139	10.170.731.210	11,06%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) (IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (V) = (III - IV)	11.295.269.139	-	-

Fonte: RREO. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

Em 2020 a RCL do município foi de R\$ 11,29 bilhões e apresentou um crescimento nominal de 11,06% em relação ao exercício de 2019, o que equivale a um crescimento real de 6,26% considerando a inflação acumulada no período de 4,52% (IPCA).

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) Período 2015-2020



Fonte: RREO. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

DESPESA DE PESSOAL

A Despesa Total de Pessoal (DTP) é o total da despesa líquida de pessoal nos doze últimos meses, que corresponde ao somatório das despesas com pessoal Ativo, Inativo, Pensionistas e outras despesas de pessoal, relativas a contratos de terceirização, deduzidas as despesas não computadas.

Estas despesas não computadas, conforme o art. 19, § 1º da LRF, na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal devem ser deduzidas das despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, bem como as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração do demonstrativo.

A observância ao limite de gastos com pessoal no setor público é tratada com grande importância na Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma a LRF estabeleceu limites Máximo, Prudencial e de Alerta de observação obrigatória para os entes.

Valores em Reais (R\$)

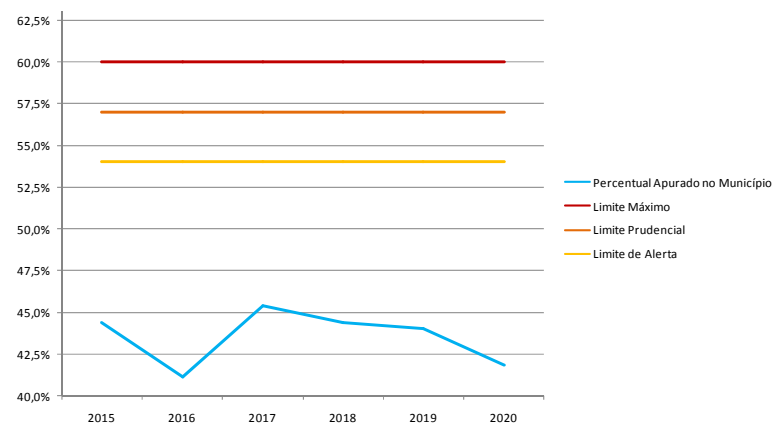
DESPESA COM PESSOAL	TOTAL LIQUIDADADO EM 2020	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 31/12/2020	DESPESA TOTAL COM PESSOAL
	(a)	(b)	(a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.350.449.342	56.679.584	5.407.128.926
Pessoal Ativo	3.718.797.399	27.836.589	3.746.633.988
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.119.533.080	16.888.678	3.136.421.758
Obrigações Patronais	599.264.319	10.947.911	610.212.230
Benefícios Previdenciários	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.299.522.717	4.735.735	1.304.258.452
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.156.033.960	51.907	1.156.085.867
Pensões	143.488.757	4.683.828	148.172.585
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	332.129.226	24.107.260	356.236.486
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	678.912.831	8.362.849	34.636.218
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	31.452.561	3.183.657	103.230.748
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	102.737.410	493.339	121.374
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	120.415	959	549.287.340
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	544.602.445	4.684.895	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.671.536.511	48.316.735	4.719.853.246
Valor da Receita Corrente Líquida Ajustada RCL (IV)			11.295.269.139
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)			16.280.482
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)			11.276.986.657
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculos dos limites da despesa com pessoal (VII) = (IV - V - VI)			
Despesa Total com Pessoal - DTP (V) = (III + III b)		41,85%	4.719.853.246

Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

O município de Belo Horizonte no aspecto da Gestão das Despesas de Pessoal atendeu às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e encerrou o exercício de 2020 utilizando 41,85% da Receita Corrente Líquida com Despesas de Pessoal, sendo que o limite máximo permitido pela LRF aos municípios é de 60%, o prudencial é de 57% e o de alerta é de 54% da RCL.

Este resultado corresponde a um avanço na gestão das despesas de pessoal, considerando que no exercício de 2019 o percentual dos gastos com despesa de pessoal atingiu 44,04% da Receita Corrente Líquida.

Evolução das Despesas com Pessoal em relação à RCL
Período 2015-2020



Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

Valores em Reais (R\$)

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL (DTP) EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - CONSOLIDADA						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.825.485.298	8.749.960.637	8.576.297.990	9.055.381.394	10.168.210.411	11.278.988.657
DESPESAS COM PESSOAL	3.475.450.921	3.599.912.123	3.894.315.649	4.017.383.569	4.477.636.115	4.719.853.246
% DA DTP SOBRE A RCL	44,41%	41,14%	45,41%	44,36%	44,04%	41,85%

Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Considera-se dívida pública consolidada como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento. (MCASP 8ª Ed., pag. 290)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Considera-se dívida consolidada líquida o montante da dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. (MCASP 8ª ed., pag. 290)

Em resumo, segundo o MDF 8ª ed., a Dívida Consolidada ou Fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações finan-

ceiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

De acordo com a Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, art. 3º, o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida. Já a LRF definiu como limite Prudencial 1,08 vezes a Receita Corrente Líquida.

Valores em Reais (R\$)

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA		TOTAL EM 2020
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)		4.259.088.003
Dívida Mobiliária		
Dívida Contratual		4.054.016.759
Empréstimos		1.572.470.726
Internos		-
Externos		1.572.470.726
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios		-
Financiamentos		2.397.134.562
Internos		2.397.134.562
Externos		-
Parcelamento e Renegociação de dívidas		84.411.471
De Tributos		-
De Contribuições Previdenciárias		-
De Demais Contribuições Sociais		-
Do FGTS		-
Com Instituição Não financeira		84.411.471
Demais Dívidas Contratuais		-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos		205.071.244
Outras Dívidas		-
DEDUÇÕES (II)		2.241.085.744
Disponibilidade de Caixa		1.984.874.964
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.413.817.923
(-) Restos a Pagar Processados		428.942.960
Demais Haveres Financeiros		256.210.780
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)		2.018.002.259
Valor da Receita Corrente Líquida (RCL) (IV)		11.295.269.139
% da DCL sobre a RCL (V)	17,87%	2.018.002.259
Limite MÁXIMO (VI) (art. 3º da resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal) 1,2 x RCL	120%	13.554.322.967
Limite PRUDENCIAL (VII) = (0,90 x VI) (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) 1,08 x RCL	108%	12.198.890.671

Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

O total da Dívida Consolidada Líquida representou 17,87% da RCL, apresentando valores inferiores aos limites máximos (120 % da RCL) e prudencial (108 % da RCL) estabelecidos pelo Senado Federal e pela LRF, respectivamente.

Historicamente o município de Belo Horizonte tem apresentado índices baixos de endividamento, o que demonstra a qualidade na gestão das finanças públicas.

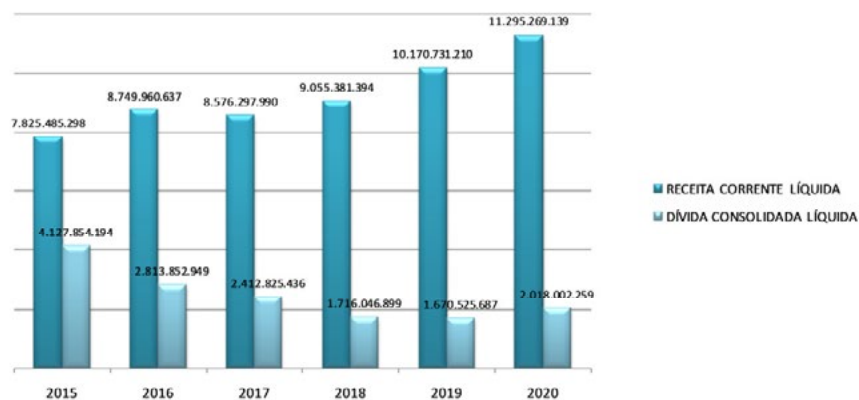
Valores em Reais (R\$)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA - CONSOLIDADA						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.825.485.298	8.749.960.637	8.576.297.990	9.055.381.394	10.170.731.210	11.295.269.139
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.127.854.194	2.813.852.949	2.412.825.436	1.716.046.899	1.670.525.687	2.018.002.259
% DA DCL SOBRE A RCL	52,75%	32,16%	28,13%	18,95%	16,42%	17,87%

Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

Comparativo RCL x DCL Período 2015-2020

Valores em Reais (R\$)

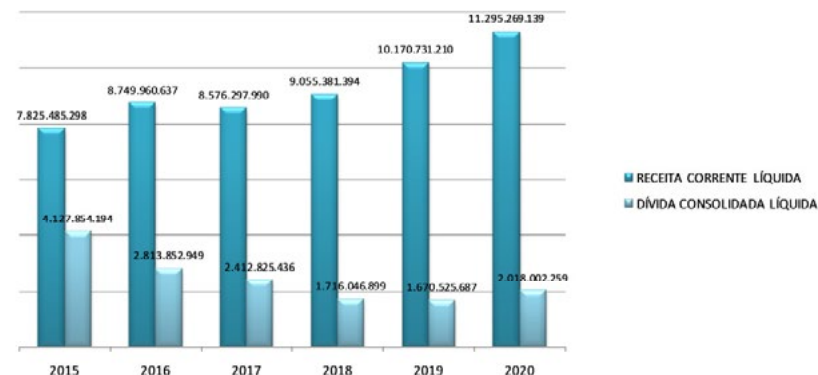


Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

Evolução do % da DCL em relação à RCL

Período 2015-2020

Valores em Reais (R\$)



Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Demonstrativo das Operações de Crédito abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita. As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo.

As Operações de Crédito são detalhadas em Mobiliárias e Contratuais e Internas e Externas. Deve-se observar o percentual do total em relação à receita corrente líquida (RCL), operações vedadas, antecipação de receitas orçamentárias (ARO) e o limite máximo e o limite de alerta estabelecidos conforme a legislação.

O objetivo destas informações é assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo município e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, sendo para os municípios o máximo de 16% da RCL em cada exercício.

Valores em Reais (R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		TOTAL EM 2020
Mobiliária		-
Interna		-
Externa		-
Contratual		322.678.841
Interna		288.036.822
Empréstimos		191.459.376
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		84.411.471
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)		12.165.975
Externa		34.642.018
Empréstimos		34.642.018
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)		-
TOTAL (III)		322.678.841
Valor da Receita Corrente Líquida (RCL) (IV)		11.295.269.139
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite (V) = (III - I - II)	2,75%	310.512.865
Limite MÁXIMO (VI) (LRF, art. 30 § 3º)		
Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, art. 7º inciso I.)	16,00%	1.807.243.062
Limite PRUDENCIAL (VII) = (0,90 x VI) (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	14,40%	1.626.518.756

Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo.

Em 2020, o total de captação de recursos representou 2,75% do total da RCL.

Importante destacar que neste montante da captação de recursos não estão incluídos os recursos oriundos de depósitos judiciais de terceiros, ou seja, vinculados a ações judiciais em que o município é parte. Estes recursos que foram captados pelo município totalizaram um saldo de R\$ 352 milhões no exercício de 2020.

Se os valores dos ingressos de recursos oriundos de depósitos judiciais de terceiros forem considerados para efeitos de limite de operações de crédito, o percentual sobre a RCL representaria 5,87%.

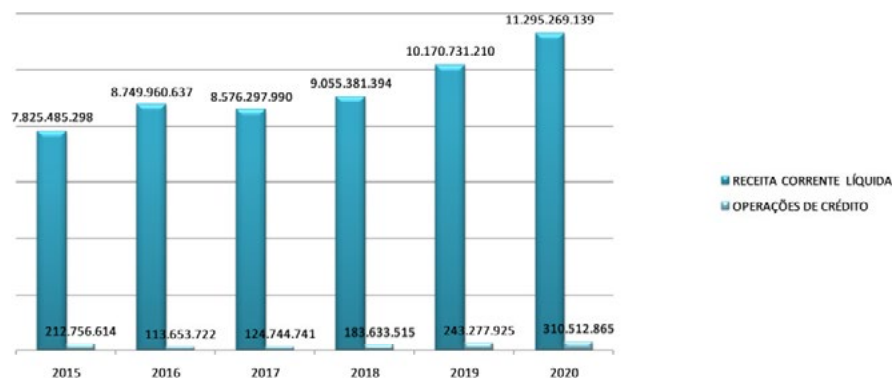
Logo, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito captadas pelo município em relação à RCL ficou abaixo do limite estabelecido na Resolução nº 43/2001.

Valores em Reais (R\$)

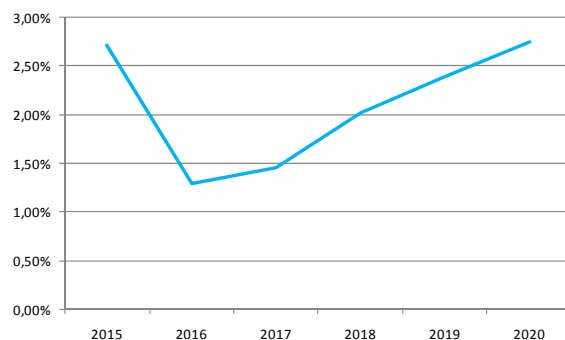
	EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.825.485.298	8.749.960.637	8.576.297.990	9.055.381.394	10.170.731.210	11.295.269.139
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	212.756.614	113.653.722	124.744.741	183.633.515	243.277.925	310.512.865
% DAS OP. CRÉDITO SOBRE A RCL	2,72%	1,30%	1,45%	2,03%	2,39%	2,75%

Comparativo RCL x Operações de Crédito Período 2015-2020

Valores em Reais (R\$)



Evolução do % das Operações em relação à RCL Período 2015-2020



Fonte: RGF. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

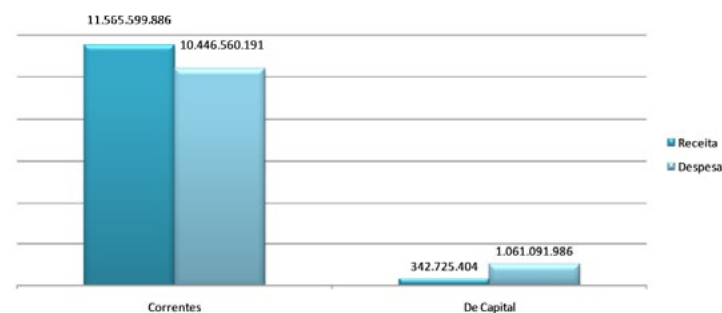
REGRA DE OURO

A Regra de Ouro é a vedação constitucional, em um exercício financeiro, da realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Segundo o MDF 9º ed., ao impedir que o montante das operações de crédito em um exercício financeiro exceda ao montante das despesas de capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois apenas isto já bastaria para controlar o endividamento.

Comparativo das Receitas e Despesas Correntes e de Capital (Excluídas as intraorçamentárias) Exercício 2020

Valores em Reais (R\$)



Fonte: Sistema CASP PBH

A partir das informações acima, verifica-se que o município obteve R\$ 343 milhões em receitas de capital, sendo que a despesa de capital representou R\$ 1,06 bilhão, evidenciando o atendimento à Regra de Ouro, uma vez que as despesas de capital superaram as receitas de capital. Ou seja, parte das receitas correntes foi utilizada para custear despesas de capital.

RESULTADO PRIMÁRIO

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável.

De acordo com o MDF 9ª Ed., Resultado Primário é o resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

A metodologia de apuração do resultado primário “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital.

A apuração acima da linha do Resultado Primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como consequência o aumento da DCL.

No rol das receitas primárias que compõem o cálculo, inclui-se qualquer receita que o município obtenha e que não amplie a sua dívida ou não diminua

os seus ativos. Não se incluem os rendimentos de aplicações financeiras e as receitas obtidas por meio de contratação de operação de crédito.

Nas despesas primárias, são considerados os gastos necessários para manutenção dos serviços públicos, não sendo levados em conta os pagamentos dos juros e da amortização dos empréstimos e financiamentos obtidos.

R\$	R\$	R\$
11.480.833.162	- 10.804.405.173	= 676.427.990
Receita Primária	Despesa Primária	Resultado Primário

Fonte: RREO. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

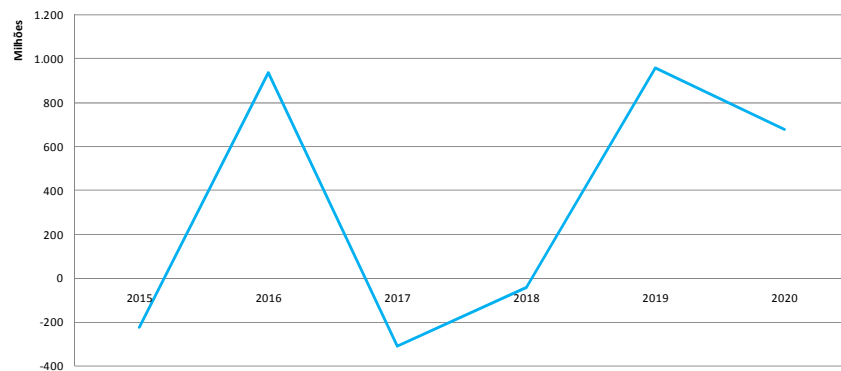
No ano de 2020, o município de Belo Horizonte apresentou um superávit primário de R\$ 676 milhões, apesar da meta estabelecida na LDO fixar um déficit primário corrente de R\$ 143 milhões para o mesmo exercício, evidenciando uma política fiscal voltada cada vez mais para redução do endividamento público.

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Evolução Nominal 2020 / 2019
Receitas Primárias Correntes	8.477.138.989	9.428.842.898	9.189.483.407	9.111.156.781	10.209.283.536	11.376.375.128	11,43%
Receitas Primárias de Capital	51.755.558	42.014.403	53.593.778	162.458.870	173.205.516	104.458.034	-39,69%
Receita Primária Total	8.528.894.547	9.470.857.301	9.243.077.185	9.273.615.650	10.382.489.052	11.480.833.162	10,56%
Despesas Primárias Correntes	8.016.498.101	8.127.268.996	9.021.337.517	8.852.026.065	8.834.361.188	10.028.288.493	13,51%
Despesas Primárias de Capital	739.241.763	406.571.846	534.236.722	466.652.663	591.169.802	776.116.680	31,28%
Despesa Primária Total	8.755.739.865	8.533.840.841	9.555.574.239	9.318.678.728	9.425.530.989	10.804.405.173	14,63%
RESULTADO PRIMÁRIO	-226.845.318	937.016.460	-312.497.053	-45.063.077	956.958.063	676.427.990	-29,31%

Obs: Até o exercício de 2017 a despesa primária era apurada com base na despesa empenhada, a partir de 2018 a despesa primária passou a ser apurada com base na despesa paga, incluídos os pagamentos de restos a pagar.

Fonte: RREO. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

Evolução do Resultado Primário Período 2015-2020



Fonte: RREO. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/execucao-orcamentaria-e-gestao-fiscal/demonstrativos-2020>

VOLUME



DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP

RECONSTRUÇÃO APÓS AS CHUVAS - AV. TEREZA CRISTINA



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

As demonstrações contábeis devem ser apresentadas para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades.

As demonstrações contábeis de propósito geral são aquelas destinadas a satisfazerem às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigirem relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

As demonstrações contábeis fornecem aos usuários informações sobre recursos e obrigações da entidade na data das demonstrações e sobre o fluxo dos recursos no período a que se refere.

Em regra, as entidades do setor público estão sujeitas a limites orçamentários na forma de dotações ou autorizações, que têm eficácia por intermédio de autorização legislativa. As demonstrações contábeis podem fornecer informações se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado.

Os números exibidos no corpo de cada demonstrativo na coluna “Nota” se referem à:

- Notas de rodapé do próprio demonstrativo se estiverem dentro de parênteses (x);
- Notas explicativas com referência cruzada com o Volume IV deste relatório se estiverem dentro de chaves [x].

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Segundo o MCASP 8ª ed., o Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

O Balanço Orçamentário do município de Belo Horizonte evidencia com fidedignidade a execução do orçamento para o exercício de 2020, aprovado pela Lei Municipal nº 11.211, de 26/12/2019.

O demonstrativo foi elaborado observando as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário” e a NBC TSP “13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2020

QUADRO PRINCIPAL - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	Nota	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	[5 e 12]				
Receitas Correntes		12.264.498.644,00	12.623.305.213,35	12.391.874.101,25	-231.431.112,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.455.661.000,00	4.450.358.470,65	4.253.839.501,59	-196.518.969,06
Receita de Contribuições		915.613.894,00	915.916.244,11	864.309.285,67	-51.606.958,44
Receita Patrimonial		341.549.636,00	341.550.206,12	281.595.572,10	-59.954.634,02
Receita Agropecuária		6.000,00	6.000,00	1.286,80	-4.713,20
Receita de Serviços		427.725.640,00	435.351.943,04	391.832.228,83	-43.519.714,21
Transferências Correntes		5.858.546.569,00	6.211.307.182,41	6.414.010.389,90	202.703.207,49
Outras Receitas Correntes		265.395.905,00	268.815.167,02	186.285.836,36	-82.529.330,66
Receitas Capital		1.489.193.686,00	1.489.193.686,00	344.925.846,97	-1.144.267.839,03
Operações de Crédito		1.069.034.145,00	1.069.034.145,00	238.267.370,00	-830.766.775,00
Alienação de Bens		119.824.000,00	119.824.000,00	73.254.141,20	-46.569.858,80
Transferências de Capital		256.749.797,00	256.749.797,00	16.046.328,84	-240.703.468,16
Outras Receitas de Capital		43.585.744,00	43.585.744,00	17.358.006,93	-26.227.737,07
SUBTOTAL DAS RECEITAS		13.753.692.330,00	14.112.498.899,35	12.736.799.948,22	-1.375.698.951,13
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		13.753.692.330,00	14.112.498.899,35	12.736.799.948,22	-1.375.698.951,13
TOTAL		13.753.692.330,00	14.112.498.899,35	12.736.799.948,22	-1.375.698.951,13
Saldo De Exercícios Anteriores			346.328.652,75		-346.328.652,75
Superávit Financeiro	[7 e 8]		346.328.652,75		-346.328.652,75



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2020

QUADRO PRINCIPAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

	Nota	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	[6 e 13]						
Despesas Correntes		11.374.716.266,00	12.013.604.021,59	11.282.360.188,15	10.488.889.127,40	9.950.106.547,32	731.243.833,44
Pessoal e Encargos Sociais		5.439.362.034,00	5.480.147.174,31	5.223.769.637,57	5.187.563.162,08	4.765.284.175,80	256.377.536,74
Juros e Encargos da Dívida		297.157.155,00	147.627.577,00	140.096.482,73	140.096.482,73	140.096.482,73	7.531.094,27
Outras Despesas Correntes		5.638.197.077,00	6.385.829.270,28	5.918.494.067,85	5.161.229.482,59	5.044.725.888,79	467.335.202,43
Despesas De Capital		2.092.408.809,00	2.167.772.281,51	1.063.530.128,24	881.810.906,61	841.623.905,15	1.104.242.153,27
Investimentos		1.696.722.065,00	1.875.870.553,67	779.505.306,34	621.296.744,47	581.109.743,01	1.096.365.247,33
Inversões Financeiras		62.476.744,00	54.771.342,00	52.218.479,98	28.707.820,22	28.707.820,22	2.552.862,02
Amortização da Dívida		333.210.000,00	237.130.385,84	231.806.341,92	231.806.341,92	231.806.341,92	5.324.043,92
Reserva de Contingência		8.038.450,00	162.444,00				162.444,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		13.475.163.525,00	14.181.538.747,10	12.345.890.316,39	11.370.700.034,01	10.791.730.452,47	1.835.648.430,71
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		13.475.163.525,00	14.181.538.747,10	12.345.890.316,39	11.370.700.034,01	10.791.730.452,47	1.835.648.430,71
Superávit	[8 e 14]			390.909.631,83			-390.909.631,83
TOTAL		13.475.163.525,00	14.181.538.747,10	12.736.799.948,22	11.370.700.034,01	10.791.730.452,47	1.444.738.798,88
Reserva do RPPS		278.528.805,00	277.288.805,00				277.288.805,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Nota	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		4.156.339,23	629.842.913,55	511.477.245,94	511.285.799,45	117.081.365,94	5.632.087,39
Pessoal e Encargos Sociais		133.941,68	33.377.652,28	21.145.565,31	21.145.565,31	11.977.912,13	388.116,52
Outras Despesas Correntes		4.022.397,55	596.465.261,27	490.331.680,63	490.140.234,14	105.103.453,81	5.243.970,87
Despesas de Capital		1.504.590,10	231.768.879,67	137.441.056,86	137.240.392,75	92.979.182,62	3.053.894,40
Investimentos		1.429.238,81	209.498.504,84	115.948.716,62	115.748.052,51	92.201.148,03	2.978.543,11
Inversões Financeiras		75.351,29	22.270.374,83	21.492.340,24	21.492.340,24	778.034,59	75.351,29
TOTAL		5.660.929,33	861.611.793,22	648.918.302,80	648.526.192,20	210.060.548,56	8.685.981,79



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2020

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Nota	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		2.001.770,44	533.602.108,53	533.374.253,07	479.060,99	1.750.564,91
Pessoal e Encargos Sociais		7.480,06	399.968.173,43	399.935.119,85	9.970,36	30.563,28
Outras Despesas Correntes		1.994.290,38	133.633.935,10	133.439.133,22	469.090,63	1.720.001,63
Despesas de Capital		960.046,16	37.166.259,17	31.259.166,18	6.260.134,61	607.004,54
Investimentos		960.046,16	37.153.959,17	31.246.866,18	6.260.134,61	607.004,54
Inversões Financeiras			12.300,00	12.300,00		
TOTAL		2.961.816,60	570.768.367,70	564.633.419,25	6.739.195,60	2.357.569,45

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Segundo o MCASP 8ª Ed., o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, porém este resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial (BP).

O Balanço Financeiro foi elaborado observando as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro” bem como observado todas as instruções do MCASP 8ª Ed. no que se refere aos valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e o “Saldo para o Exercício Seguinte” contempladas nas linhas “Outros Recebimentos Extra orçamentários” e “Outros Pagamentos Extra orçamentários”.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	[15, 16 e 18]	12.736.799.948,22	11.624.856.326,56
Receita Ordinária		4.947.715.735,62	4.523.139.708,76
Vinculada		7.789.084.212,60	7.101.716.617,80
Recursos Vinculados à Educação		2.143.611.120,27	1.971.200.326,25
Recursos Vinculados à Saúde		4.182.847.839,69	3.653.871.226,38
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		837.039.212,10	792.086.711,72
Recursos Vinculados à Seguridade Social	(1)	68.647.545,18	30.869.289,09
Outras Vinculações de Recursos		556.938.495,36	653.689.064,36
Transferências Financeiras Recebidas (II)	[19]	4.263.603.284,45	4.067.722.231,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		3.541.645.840,70	3.428.355.643,23
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	[20]	721.957.443,75	639.366.587,77
Recebimentos Extraorçamentários (III)		4.528.106.077,18	4.102.044.193,21
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		975.190.282,38	861.611.793,22
Inscrição de Restos a Pagar Processados		578.969.581,54	570.768.367,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	[21]	2.973.188.773,83	2.666.447.864,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários	(2)	757.439,43	3.216.167,48
Saldo do Exercício Anterior (IV)		3.417.680.266,22	2.440.507.861,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	[22]	2.210.900.788,37	2.417.061.681,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	[24]	157.974.570,17	23.446.180,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	[23]	1.048.804.907,68	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV+*)		24.946.189.576,07	22.235.130.612,67

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	[15 e 16]	12.345.890.316,39	11.515.430.817,36
Despesa Ordinária		4.383.680.694,47	3.975.217.383,47
Vinculada		7.962.209.621,92	7.540.213.433,89
Recursos Destinados à Educação		2.091.033.844,10	2.006.902.907,26
Recursos Destinados à Saúde		4.583.711.054,52	4.245.249.880,19
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		559.277.831,56	525.321.386,66
Recursos Destinados à Seguridade Social		52.022.600,30	28.706.506,78
Outras Destinações de Recursos		676.164.291,44	734.032.753,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	[19]	4.263.603.284,45	4.067.722.231,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		3.541.645.840,70	3.428.355.643,23
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	[20]	721.957.443,75	639.366.587,77
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		4.413.482.434,24	3.325.900.909,16
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	[25]	648.526.192,20	538.734.649,96
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	[25]	564.633.419,25	86.299.200,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.081.911.880,41	2.615.757.244,80
Outros Pagamentos Extraorçamentários		118.410.942,38	85.109.813,54
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		3.923.213.540,99	3.326.076.655,15
Caixa e Equivalente de Caixas	[22]	2.493.537.051,04	3.259.705.696,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	[24]	130.499.702,43	66.370.959,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	[23]	1.299.176.787,52	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		24.946.189.576,07	22.235.130.612,67



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2020

Nota	ANEXO			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Exercício Atual Deduções da Receita (b)	Saldo	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita (b)	Saldo
Receita Ordinária	4.959.575.224,23	11.859.488,61	4.947.715.735,62	4.551.250.027,88	28.110.319,12	4.523.139.708,76
Vinculada	8.299.226.852,52	510.142.639,92	7.789.084.212,60	7.529.887.335,93	428.170.718,13	7.101.716.617,80
Recursos Vinculados à Educação	2.648.748.241,40	505.137.121,13	2.143.611.120,27	2.397.768.410,48	426.568.084,23	1.971.200.326,25
Recursos Vinculados à Saúde	4.183.700.223,65	852.383,96	4.182.847.839,69	3.655.264.587,97	1.393.361,59	3.653.871.226,38
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	837.039.212,10	0,00	837.039.212,10	792.086.711,72	0,00	792.086.711,72
Recursos Vinculados à Seguridade Social	68.647.545,18	0,00	68.647.545,18	30.869.289,09	0,00	30.869.289,09
Outras Vinculações de Recursos	561.091.630,19	4.153.134,83	556.938.495,36	653.898.336,67	209.272,31	653.689.064,36
TOTAL	13.258.802.076,75	522.002.128,53	12.736.799.948,22	12.081.137.363,81	456.281.037,25	11.624.856.326,56

(*) Notas: (1) Os valores informados na linha "Recursos Vinculados/Destinados à Seguridade Social" referem-se somente a recursos vinculados/destinados à Assistência Social, uma vez que os recursos vinculados/destinados à Saúde e Previdência Social já encontra-se destacados em linhas próprias.

(2) Os campos "Outros Recebimentos Extraorçamentários" e "Outros Pagamentos Extraorçamentários" contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o "Saldo do Exercício Anterior" e "Saldo para o Exercício Seguinte", conforme orientação da IPC 06 e MCASP 6ª ed.

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., o Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial foi elaborado observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial”.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

No quadro Principal tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

O quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964 nos parágrafos 1º ao 4º, como segue:

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O quadro das Contas de Compensação apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

O quadro do Superávit / Déficit Financeiro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, a saber:

§2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	[29]	2.493.537.051,04	2.210.900.788,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	[36]	540.943.993,02	546.270.378,66
Créditos a Curto Prazo	[30]	1.279.829.316,53	893.843.548,50	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	[39]	746.045.433,53	430.366.258,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	[31]	1.299.176.787,52	1.048.804.907,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		193.294.373,52	199.111.832,53
Estoques		191.666.247,16	276.330.926,53	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		35.263,66	1.285.577,23
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00	Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		1.653.070,72	2.541.567,65	Provisões a Curto Prazo	[37]	53.379.341,71	150.801,90
Total do Ativo Circulante		5.265.862.472,97	4.432.421.738,73	Demais Obrigações a Curto Prazo	[38]	140.175.745,47	236.053.169,29
				Total do Passivo Circulante		1.673.874.150,91	1.413.238.018,29
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	[32]	6.406.176.524,10	6.082.142.548,23	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		113.043.355,76	123.804.355,90
Investimentos	[33]	439.906.094,80	475.076.871,91	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	[39]	3.307.971.325,06	3.129.583.000,76
Imobilizado	[34]	2.932.061.575,21	3.645.865.902,59	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		51.907.150,32	86.082.502,52
Intangível	[35]	9.234.327,26	3.554.108,43	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		3.671.154,90	3.671.154,90
Diferido		0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	[40]	1.707.293.363,10	1.515.613.357,20
Total do Ativo Não Circulante		9.787.378.521,37	10.206.639.431,16	Demais Obrigações a Longo Prazo		49.331.377,51	49.662.077,95
				Resultado Diferido		0,00	0,00
				Total do Passivo Não Circulante		5.233.217.726,65	4.908.416.449,23
				Patrimônio Líquido			[41]
				Patrimônio Social e Capital Social	[62]	186.614.387,87	184.413.945,34
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
				Reservas de Capital		260.345,62	260.345,62
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		10.870.446,66	11.668.007,69
				Reservas de Lucros		0,00	0,00
				Demais Reservas		0,00	241,44
				Resultados Acumulados	[63]	7.948.403.936,63	8.121.064.403,72
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	-241,44
				Total do Patrimônio Líquido		8.146.149.116,78	8.317.406.702,37
TOTAL DO ATIVO		15.053.240.994,34	14.639.061.169,89	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.053.240.994,34	14.639.061.169,89



CONSOLIDAÇÃO GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		3.892.201.563,30	3.329.366.192,46
Ativo Permanente		11.161.039.431,04	11.309.694.977,43
Total do Ativo		15.053.240.994,34	14.639.061.169,89
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		1.680.280.975,63	1.664.803.573,90
Passivo Permanente		6.198.110.178,93	5.511.136.151,63
Total do Passivo		7.878.391.154,56	7.175.939.725,53
Saldo Patrimonial (I - II)		7.174.849.839,78	7.463.121.444,36

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contra Garantias Recebidas		314.758.878,13	244.128.388,98
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		314.758.878,13	244.128.388,98
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contra Garantias Concedidas		820.633.640,55	865.415.091,92
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		0,00	0,00
Obrigações Contratuais		4.879.715.048,79	4.431.081.636,90
Outros Atos Potenciais Passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		5.700.348.689,34	5.296.496.728,82

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
10010000 - Recursos Ordinários		457.575.135,37	217.902.621,15
10900000 - Outros Recursos Não Vinculados		14.322.446,75	18.814.516,55
11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		2.104,50	-689.525,89
11120000 - Transferências do FUNDEB 60%		70.554.531,37	26.533.700,75
11200000 - Transferência do Salário-Educação		122.660.861,73	137.972.037,93
11220000 - Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		4.711.631,90	3.352.112,68
11230000 - Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Prog. Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		4.914,16	0,00
11240000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		200.037,58	1.269.091,91
11250000 - Transferências de Convênios - Educação		4.180.734,99	4.579.290,21
12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		0,00	-1.135.375,62
12130000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		56.533.801,06	8.009.936,88
12140000 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Fed.- Bl. Custeio Ações e Serv. Púb. Saúde		-314.548.812,01	-302.847.566,64
12142100 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Fed.- Bl. Cust. Ações Serv. Púb - COVID-19		48.219.779,03	0,00
12150000 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Fed.- Bl. Invest. Rede de Serv. Púb. Saúde		12.524.459,79	21.956.301,49
12200000 - Transferências de Convênios Destinadas à Saúde		546.109,84	1.132.275,35
12300000 - Operações de Crédito Vinculadas à Saúde		1.103.568,70	-818.173,55



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
12900000 - Outros Recursos Destinados à Saúde		-8.192.323,97	-21.120.747,76
13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		16.127.027,89	14.915.599,88
13120000 - Transferências de Convênios - Assistência Social		14.047.443,00	1.274.424,15
13900000 - Outros Recursos Destinados à Assistência Social		1.344.246,46	717.592,96
14100000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Entrada de Recursos		1.278.746.154,31	0,00
14100131 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Poder Executivo - Pref. Municipal		0,00	997.572.751,37
14200000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro - Entrada de Recursos		-96.173.692,51	0,00
14200131 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro - Poder Executivo - Pref. Municipal		0,00	-53.235.241,34
14300000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		276.415,29	408,46
15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União		47.733.306,68	42.688.036,88
15200000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados		1.950.706,70	3.442.259,22
15300000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo		2.072.950,26	528.646,07
16100000 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		6.749.232,58	5.486.296,86
16200000 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		185.398.940,23	185.396.687,07
16300000 - Recursos Vinculados ao Trânsito		11.404.308,42	20.375.995,40
19200000 - Recursos de Operações de Crédito		27.674.070,92	81.776.209,39
19300000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos		72.749.221,97	57.456.907,66
19400000 - Outras Vinculações de Transferências		86.282.610,17	90.386.664,58
19790000 - Outros Recursos Extraorçamentários		0,00	-1.709.088,09
19900000 - Outras Destinações Vinculadas de Recursos		18.038.695,05	19.791.265,20
20010000 - Recursos Ordinários		1.928.054,39	0,00
20900000 - Outros Recursos Não Vinculados		2.704.580,52	4.000.000,00
21240000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE		572.525,70	0,00
22150000 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Fed.- BI. Invest. Rede de Serv. Púb. Saúde		480.320,95	0,00
23110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.871.772,65	0,00
23900000 - Outros Recursos Destinados à Assistência Social		717.592,96	0,00
25100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União		298.796,01	0,00
26200000 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		0,00	5.000.000,00
29200000 - Recursos de Operações de Crédito		9.816.861,04	0,00
29300000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos		18.054.831,19	23.449.970,00
29400000 - Outras Vinculações de Transferências		29.171.522,24	50.336.737,40



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
29900000 - Outras Destinações Vinculadas de Recursos		483.111,81	0,00
Total das Fontes de Recursos	(1)	2.211.920.587,67	1.664.562.618,56

(1) Codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração das Variações Patrimoniais - (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial - (BP) do exercício.

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

QUADRO PRINCIPAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.257.712.601,88	4.261.776.450,69
Contribuições		858.644.340,68	794.620.384,56
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		397.189.656,93	413.328.104,97
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.553.906.864,00	1.172.446.410,78
Transferências e Delegações Recebidas		11.439.850.802,13	9.882.823.573,27
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		56.252.123,30	31.954.238,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	[49]	488.360.133,84	451.032.325,74
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		19.051.916.522,76	17.007.981.488,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		4.044.388.572,13	3.782.479.017,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.392.259.428,29	1.284.974.937,97
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.417.537.795,79	4.093.428.138,70
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		954.598.429,05	601.580.309,30
Transferências e Delegações Concedidas		5.075.528.289,92	4.630.318.318,03
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		1.604.505.416,47	1.080.868.131,20
Tributárias		111.596.070,18	101.922.421,53
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		567.665,54	14.128.230,45
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	[50]	505.495.979,52	902.009.726,91
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		18.106.477.646,89	16.491.709.231,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		945.438.875,87	516.272.257,10



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		3.767.022.201,93	3.796.476.607,06
Taxas		490.690.399,95	465.299.843,63
Total		4.257.712.601,88	4.261.776.450,69

ANEXO II - CONTRIBUIÇÕES

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		691.135.043,53	640.019.145,13
Contribuição de Iluminação Pública		167.509.297,15	154.601.239,43
Total		858.644.340,68	794.620.384,56

ANEXO III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Vendas de Mercadorias		1.286,80	8.876,65
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		397.188.370,13	413.319.228,32
Total		397.189.656,93	413.328.104,97



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		1.058.451.000,82	696.698.475,57
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	3.253,80
Descontos Financeiros Obtidos		77.141,08	81.478,81
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		185.487.525,99	0,00
Aporte do Banco Central		0,00	221.083.126,33
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		309.891.196,11	254.580.076,27
Total		1.244.015.667,89	696.783.208,18

ANEXO V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		4.412.203.766,27	4.134.409.896,42
Transferências Inter Governamentais		6.991.691.906,92	5.709.016.028,26
Transferências das Instituições Privadas		32.011.472,78	36.928.158,46
Transferências do Exterior		0,00	110,10
Execução Orçamentária Delegada de Entes		604.758,69	158.717,14
Transferências de Pessoas Físicas		2.702.259,14	2.282.964,19
Outras Transferências e Delegações Recebidas		636.638,33	27.698,70
Total		11.439.850.802,13	9.882.823.573,27



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Ganhos com Incorporação de Ativos		49.512.927,69	22.052.267,06
Desincorporação de Passivos		6.739.195,61	9.901.971,89
Total		56.252.123,30	31.954.238,95

ANEXO VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Resultado Positivo de Participações		22.187.779,05	10.493.588,32
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		259.123.031,99	209.610.384,48
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		207.049.322,80	230.928.352,94
Total		488.360.133,84	451.032.325,74

ANEXO VIII - PESSOAL E ENCARGOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		3.347.728.486,32	3.074.707.991,30
Encargos Patronais		621.047.689,80	594.190.731,30
Benefícios a Pessoal		75.605.257,40	109.891.523,86
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.138,61	3.688.771,31
Total		4.044.388.572,13	3.782.479.017,77



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		1.186.377.327,47	1.082.310.137,78
Pensões		150.431.772,99	139.148.934,20
Benefícios Eventuais		9.535.927,25	8.588.997,50
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		45.914.400,58	54.926.868,49
Total		1.392.259.428,29	1.284.974.937,97

ANEXO X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de Material de Consumo		306.421.836,38	199.952.070,64
Serviços		4.103.492.651,45	3.891.006.696,13
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.623.307,96	2.469.371,93
Total		4.417.537.795,79	4.093.428.138,70

ANEXO XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		140.096.482,73	267.595.556,35
Juros e Encargos de Mora		1.112.483,57	1.804.371,08
Variações Monetárias e Cambiais		813.389.462,75	332.092.993,51
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	87.388,36
Total		954.598.429,05	601.580.309,30



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		4.412.994.836,65	4.135.738.686,12
Transferências Inter Governamentais		505.705.068,81	432.542.302,19
Transferências a Instituições Privadas		156.771.272,81	61.928.745,76
Transferências ao Exterior		57.111,65	108.583,96
Total		5.075.528.289,92	4.630.318.318,03

ANEXO XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		380.502.259,31	191.968.997,84
Perdas com Alienação		5.241,42	460.439,37
Perdas Involuntárias		1.187.580,91	179.926,22
Desincorporação de Ativos		1.222.810.334,83	888.258.767,77
Total		1.604.505.416,47	1.080.868.131,20

ANEXO XIV - TRIBUTÁRIAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		358.898,68	98.395.305,11
Contribuições		111.237.171,50	3.527.116,42
Total		111.596.070,18	101.922.421,53

ANEXO XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			



CONSOLIDAÇÃO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO

Exercício: 2020

ANEXO XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados			
Custos dos Serviços Prestados		567.665,54	14.128.230,45
Total		567.665,54	14.128.230,45

ANEXO XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		9.335.000,00	49.760,00
Resultado Negativo de Participações		6.033.300,05	0,00
Incentivos		279.750,00	306.000,00
Subvenções Econômicas		12.626.740,86	0,00
Constituição de Provisões		217.198.710,53	670.690.240,97
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		260.022.478,08	230.963.725,94
Total		505.495.979,52	902.009.726,91

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração dos Fluxos de Caixa - (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas: a) por meio de tributos (direta e indiretamente); b) (pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital.

A DFC identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

QUADRO PRINCIPAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		16.727.816.176,06	18.227.498.429,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.253.839.501,59	4.217.063.975,79
Receita de Contribuições		864.309.285,67	819.551.970,98
Receita Patrimonial		92.635.421,62	95.311.453,71
Receita Agropecuária		1.286,80	8.876,65
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		391.832.228,83	370.088.944,03
Remuneração das Disponibilidades		188.142.239,08	218.030.507,02
Transferências Recebidas		6.430.056.718,74	5.229.084.047,38
Outras Receitas Operacionais		201.443.400,76	278.424.434,81
Outros Ingressos Operacionais	[56]	4.305.556.092,97	6.999.934.219,33
Desembolsos		15.609.067.175,76	16.900.629.484,29
Pessoal e Demais Despesas		9.751.196.574,26	8.591.332.290,81
Juros e encargos da dívida		140.096.482,73	267.595.556,41
Transferências concedidas		1.213.316.284,01	967.639.612,67
Outros desembolsos operacionais	[56]	4.504.457.834,76	7.074.062.024,40
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		1.118.749.000,30	1.326.868.945,41
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		74.072.052,60	112.495.218,50
Alienação de bens		73.254.141,20	102.001.630,18
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		817.911,40	10.493.588,32
Desembolsos		668.474.381,00	584.882.541,87
Aquisição de ativo não circulante		550.695.220,40	489.627.346,36
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		117.779.160,60	95.255.195,51
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-594.402.328,40	-472.387.323,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		240.467.812,53	284.796.897,69
Operações de crédito		238.267.370,00	277.340.981,16
Integralização do capital social de empresas dependentes		2.200.442,53	7.455.916,53
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		231.806.341,92	296.634.505,50
Amortização / Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		231.806.341,92	296.634.505,50
Fluxo de Caixa Líquido das atividades de financiamento (III)		8.661.470,61	-11.837.607,81
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		533.008.142,51	842.644.014,23
Caixa e equivalente de caixa inicial		3.259.705.696,05	2.417.061.681,82
Caixa e equivalente de caixa final		3.792.713.838,56	3.259.705.696,05



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS			
Intergovernamentais		5.374.947.585,08	4.337.420.355,09
da União		3.325.290.405,69	2.504.256.659,19
de Estados e Distrito Federal		2.049.657.179,39	1.833.139.237,05
de Municípios		0,00	24.458,85
Intragovernamentais Recebidas		0,00	14.046.330,00
Outras transferências correntes recebidas		1.055.109.133,66	877.617.362,29
Total das Transferências Recebidas		6.430.056.718,74	5.229.084.047,38
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovenamentais		3.073.067,32	8.517.861,09
a União		1.690.046,56	6.640.963,46
a Estados e Distrito Federal		1.383.020,76	1.876.534,65
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios Públicos		0,00	362,98
Intragovernamentais Concedidas		826.381.624,11	696.821.209,65
Outras Transferências Concedidas		383.861.592,58	262.300.541,93
Total das Transferências Concedidas		1.213.316.284,01	967.639.612,67



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		188.061.324,33	178.896.893,51
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		457.998.045,20	398.741.606,39
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		180.545.173,75	145.999.438,55
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		396.294.867,25	269.579.244,08
Previdência Social		1.297.997.276,77	1.125.596.602,73
Saúde		3.804.767.938,06	3.424.843.156,06
Trabalho		153.350.173,52	58.089.257,21
Educação		1.669.670.926,83	1.546.742.867,92
Cultura		76.569.540,37	65.012.288,98
Direitos da Cidadania		6.425.330,87	6.082.874,88
Urbanismo		254.498.757,18	226.204.369,07
Habitação		65.592.189,68	53.200.618,99
Saneamento		414.330.811,10	385.810.695,49
Gestão Ambiental		83.017.257,19	84.389.470,81
Ciência e Tecnologia		110.285.193,26	99.712.168,53
Agricultura		994.450,67	2.047.555,07
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		44.812.566,44	52.207.411,98
Comunicações		0,00	0,00
Energia		0,00	0,00
Transporte		258.328.055,33	253.767.543,98
Desporto e Lazer		18.312.187,71	17.846.347,59
Encargos Especiais		269.344.508,75	196.561.878,99
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		9.751.196.574,26	8.591.332.290,81



CONSOLIDAÇÃO GERAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		72.962.304,61	168.468.460,94
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		33.906.072,72	49.881.987,54
Outros Encargos da Dívida		33.228.105,40	49.245.107,93
Total dos Juros e Encargos da Dívida		140.096.482,73	267.595.556,41

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - (DMPL) demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período).

CONSOLIDAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

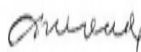
Exercício: 2020

		Pat. Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	Nota	184.413.945	-	260.346	11.668.008	-	241	8.121.064.404	-241	8.317.406.702
Ajustes de Exercícios Anteriores	[63 e 64]				-532.450		-	1.118.099.343		-1.118.631.793
Aumento de Capital	[62]	2.200.443								2.200.443
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas							-241		241	-
Juros sobre Capital Próprio										-
Resultado do Exercício								945.438.876		945.438.876
Ajustes de Avaliação Patrimonial					-265.111				-	265.111
Constituição / Reversão de Reservas										-
Dividendos a Distribuir										-
Saldos Finais		186.614.388	-	260.346	10.870.447	-	-	7.948.403.937	-	8.146.149.117

Subsecretaria de Contadoria-Geral do Município, 31 de Dezembro de 2020.



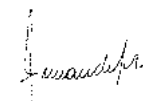
MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7



NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6



JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA



ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

VOLUME **IV**

DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA ANÁLISE DE BALANÇOS

PODA DE ÁRVORES - PRAÇA DA LIBERDADE



DAS NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES GERAIS

O município de Belo Horizonte possui natureza jurídica de direito público e sede na Av. Afonso Pena, nº 1.212 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30.130-003.

As notas explicativas às demonstrações contábeis aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 e Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964), com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP, bem como observadas as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 8ª Ed., o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP - 2020 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis contemplam a consolidação das contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício de 2020, composta pelas seguintes entidades municipais com contabilidade descentralizada:

Administração Direta:

- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Secretarias Municipais, Órgãos Correlatos e os Fundos Municipais).
- Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH.

Administração Indireta:

Fundações Públicas:

- Fundação Municipal de Cultura - FMC;
- Fundação de Parques Municipais e Zootânica - FPMZB.

Autarquias:

- Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HMOB;
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap;
- Superintendência de Limpeza Urbana - SLU.

Sociedades de Economia Mista Dependentes:

- Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte S/A - Urbel;
- Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte - Prodabel;
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - Belotur;
- Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - Bhtrans.

Não integra a consolidação das contas do Município:

Sociedade de Economia Mista Independente:

- PBH Ativos S/A.

Políticas Contábeis

Sistema Informatizado de Contabilidade

A escrituração contábil do Município é feita pelo Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP-PBH, desenvolvido pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel.

Implantação do Sistema de Conta Única

O município de Belo Horizonte utiliza desde abril de 2018, em atendimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria - art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, o sistema de Conta Única, com cronograma de migração das contas bancárias dos órgãos do município para a Conta Única do Tesouro Municipal – (CUTE).

Os principais instrumentos legais e normativos que orientaram a implantação do Sistema de Conta Única foram:

- A Portaria Municipal SMF nº 003, de 03/02/2017, que designou os suplentes dos membros titulares do Grupo Deliberativo e os membros titulares e respectivos suplentes do Grupo Executivo do Projeto de implementação de Conta Única; A Lei Municipal nº 11.095, de 28/12/17, que criou o sistema de Conta Única do município de Belo Horizonte; e
- O Decreto Municipal nº 16.901, de 08/05/18, que regulamentou a Lei Municipal nº 11.095, de 28/12/17.

Até 31/12/2020 já estavam inseridos no sistema de conta única os seguintes órgãos:

- Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica
- Fundação Municipal de Cultura
- Fundo Municipal de Cultura
- Fundo Municipal de Defesa Ambiental
- Fundo Municipal de Habitação Popular
- Fundo de Transportes Urbanos
- Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural
- Hospital Metropolitano Odilon Behrens
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital
- Superintendência de Limpeza Urbana

Controle Financeiro por Fontes e Destinação de Recursos

A partir de 2 de janeiro de 2019 o município de Belo Horizonte (Administração Direta e Indireta) implantou o controle por fontes e destinação de recursos em 100% de suas movimentações financeiras. Este procedimento, até então, não era adotado e a partir do exercício de 2019 possibilitou o controle por fonte de recursos nas contas bancá-

rias, de controle de disponibilidades, de ativos e passivos financeiros, bem como a apuração do superávit/déficit financeiro com segregação por fonte de recursos.

Implantação do GRP BH

A partir de Julho de 2019 o município de Belo Horizonte iniciou tratativas para implantação de um sistema integrado de gestão denominado GRP BH. Este sistema irá integrar as áreas de Licitações, Compras, Contratos, Convênios, Planejamento e Orçamento, Execução Orçamentária e Financeira, Patrimônio, Contabilidade, Portal da Transparência, etc. O prazo inicialmente previsto para finalização da implantação era 31/12/2020, contudo, em decorrência de vários fatores inesperados, como o caso da pandemia da COVID-19, o novo prazo para finalização da implantação é 31/12/2021.

Consolidação das Contas

No processamento de consolidação das contas não foram deduzidas as operações intra orçamentárias nos demonstrativos em análise.

Balanço Orçamentário – (BO)

1. Para efeito do cálculo do resultado orçamentário os regimes adotados foram o de caixa para as receitas e o de competência para as despesas. Contudo, para as despesas também são apresentadas as informações da despesa paga na coluna “Despesas Pagas” do Quadro Principal – Despesas Orçamentárias.

2. Foi adotada a classificação por categoria econômica e origem para as Receitas e a classificação por categoria econômica e natureza de despesa para as Despesas.

3. O orçamento demonstrado é o do exercício de 2020, aprovado pela Lei Municipal nº 11.211, de 26/12/2019.

4. Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

5. Do total da receita bruta realizada, R\$ 828 milhões corresponderam a receitas intra orçamentárias.

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS			ANULAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
		SUPERÁVIT FINANC. EXERCÍCIO ANT.	EXCESSO DE ARRFCAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(h) = a+b+c+d-e
Despesas Correntes	11.374.716.266	179.666.839	358.748.709	1.156.728.219	1.056.256.072	12.013.604.022
Pessoal e Encargos Sociais	5.439.362.034	35.508.589	39.350.922	449.399.412	483.473.783	5.480.147.174
Juros e Encargos da Dívida	297.157.155	-	-	7.750.000	157.279.578	147.627.577
Outras Despesas Correntes	5.638.197.077	144.158.250	319.397.847	699.578.807	415.502.711	6.385.829.270
Despesas de Capital	2.092.408.809	166.661.814	57.800	196.963.423	288.319.564	2.167.772.282
Investimentos	1.696.722.065	160.390.640	57.800	184.714.319	166.014.270,00	1.875.870.554
Inversões Financeiras	62.476.744	-	-	356.551	8.061.953,00	54.771.342
Amortização da Dívida	333.210.000	6.271.174	-	11.892.553	114.243.341,00	237.130.386
Reserva de Contingência	8.038.450	-	-	-	7.876.006	162.444
TOTAL GERAL	13.475.163.525	346.328.653	358.806.569	1.353.691.642	1.352.451.642	14.181.538.747
Reserva do RPPS	278.528.805	-	-	-	1.240.000	277.288.805

6. Do total da despesa bruta empenhada, R\$ 838 milhões corresponderam a despesas intra orçamentárias.

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA BRUTA	DESPESA INTRA	DESPESA LÍQUIDA
Despesas Correntes	11.282.360.188	835.799.998	10.446.560.191
Juros e Encargos da Dívida	140.096.483	-	140.096.483
Outras Despesas Correntes	5.918.494.068	382.141.388	5.536.352.679
Pessoal e Encargos Sociais	5.223.769.638	453.658.609	4.770.111.029
Despesas de Capital	1.063.530.128	2.438.143	1.061.091.986
Amortização da Dívida	231.806.342	-	231.806.342
Inversões Financeiras	52.218.480	2.188.143	50.030.337
Investimentos	779.505.306	250.000	779.255.306
TOTAL GERAL	12.345.890.316	838.238.140	11.507.652.176

7. Do total de créditos adicionais suplementares, R\$ 346 milhões corresponderam a crédito adicional com lastro no superávit financeiro de exercícios anteriores e R\$ 358 milhões corresponderam a crédito adicional com lastro no excesso de arrecadação. No exercício de 2020 todos os créditos adicionais abertos foram do tipo de crédito suplementar, não sendo executadas despesas por meio de crédito especial e/ou extraordinário.

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR				DOTAÇÃO ATUALIZADA
		SUPERÁVIT FINANC. EXERCÍCIO ANT.	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO	ANULAÇÃO	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(h) = a+b+c+d-e
Despesas Correntes	11.374.716.266	179.666.839	358.748.769	2.167.012.050	2.066.539.903	12.013.604.022
Pessoal e Encargos Sociais	5.439.362.034	35.508.589,38	39.350.921,93	499.455.800,49	533.530.171,49	5.480.147.174
Juros e Encargos da Dívida	297.157.155	-	-	7.750.000,00	157.279.578,00	147.627.577
Outras Despesas Correntes	5.638.197.077	144.158.249,86	319.397.847,42	1.659.806.249,38	1.375.730.153,38	6.385.829.270
Despesas de Capital	2.092.408.809	166.661.814	57.800	451.244.487	542.600.628	2.167.772.282
Investimentos	1.696.722.065	160.390.639,67	57.800,00	438.995.382,59	420.295.333,59	1.875.870.554
Inversões Financeiras	62.476.744	-	-	356.551,00	8.061.953,00	54.771.342
Amortização da Dívida	333.210.000	6.271.173,84	-	11.892.553,00	114.243.341,00	237.130.386
Reserva de Contingência	8.038.450				7.876.006,00	162.444
TOTAL GERAL	13.475.163.525	346.328.653	358.806.569	2.617.016.536	2.617.016.536	14.181.538.747,10
Reserva do RPPS	278.528.805	-	-	-	1.240.000	277.288.805,00

8. No exercício de 2020, do total do superávit financeiro apurado em 2019 (R\$ 720 milhões, já excluídos os recursos do RPPS), o município utilizou R\$ 346 milhões para abertura de créditos adicionais no orçamento deste exercício em análise. Destes, R\$ 286 milhões foram empenhados durante o exercício. Considerando o resultado orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário de R\$ 391 milhões, onde este inclui as despesas empenhadas com créditos adicionais com lastro no superávit financeiro, pode-se considerar que o resultado orçamentário apresentaria um superávit de R\$ 677 milhões. Ou seja, o superávit de exercícios anteriores utilizado no exercício de 2020 (286 milhões de despesa empenhada) reduziu o superávit orçamentário em aproximadamente 42%. Abaixo o detalhamento por fonte de recursos dos créditos adicionais abertos com fonte no superávit financeiro do exercício anterior e dos valores empenhados no exercício de 2020:

FONTES DE RECURSOS	VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL	VALOR EMPENHADO
20010000 Recursos Ordinários	71.032.304	69.104.250
20900000 Outros Recursos Não Vinculados	5.133.861	4.891.790
21120000 Transferências do FUNDEB 60%	26.533.701	26.533.701
21200000 Transferência do Salário-Educação	12.920.673	-
21240000 Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.269.501	694.084
21250000 Transferências de Convênios - Educação	3.415.461	667.348
22130000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	621.467	621.467
22140000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	2.585.615	2.585.615
22150000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento	7.481.627	7.001.306
23110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.139.382	7.267.609
23900000 Outros Recursos Destinados à Assistência Social	717.593	-
25100000 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	3.214.110	1.894.214
25200000 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados	1.744.229	1.744.229
26200000 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	13.000.000	13.000.000
29200000 Recursos de Operações de Crédito	85.858.955	76.042.094
29300000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos	15.651.174	11.746.313
29400000 Outras vinculações de transferências	82.887.670	60.463.003
29900000 Outras Destinações Vinculadas de Recursos	2.121.329	1.612.370
TOTAL	346.328.653	285.869.392

Codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

9. A LOA/2020 não contempla dispositivo legal para atualizações monetárias da receita orçamentária na coluna previsão inicial.

10. Os restos a pagar não processados liquidados e não pagos no exercício de 2020 tiveram seu saldo final transferidos para os saldos dos restos a pagar processados no montante de R\$ 392 mil.

11. Na conciliação do Balanço Orçamentário em comparação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa, nesta, os campos "Outros ingressos" e "Outros desembolsos" do fluxo de caixa das atividades operacionais contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, exemplos: recebimentos e pagamentos extra orçamentários; retenções e transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, bloqueios judiciais em contas bancárias e que ainda não sofreram o processamento da despesa orçamentária, etc., conforme orientação da IPC 08 e MCASP 6ª ed.. A diferença identificada no montante de R\$ 199 milhões se dá em observância a estes fatos geradores, sobretudo as retenções da folha de pagamento, retenções de INSS dos prestadores de serviços e bloqueios judiciais.

CONCILIAÇÃO COM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.118.749.000
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	- 594.402.328
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	8.661.471
Geração Líquida de Caixa (I)	533.008.143

Balanco Orçamentário

Receita Realizada	12.736.799.948
Despesa do Orçamento Pagas	- 10.791.730.452
Restos a Pagar não Processados Pagos	- 648.526.192
Restos a Pagar Processados Pagos	- 564.633.419
Geração Líquida de Caixa (II)	731.909.884

Diferença (III) = (I) - (II)	- 198.901.742
-------------------------------------	----------------------

Demonstração da Diferença

Outros Ingressos Operacionais (DFC)	4.305.556.093
Outros Desembolsos Operacionais (DFC)	4.504.457.835
Total	- 198.901.742

12. A seguir, o detalhamento das diferenças entre a Previsão Inicial das Receita e a Receita atualizada:

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA	VARIAÇÃO %
Receitas Correntes	12.264.498.644	12.391.874.101	1,04%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.455.661.000	4.253.839.502	-4,53%
Contribuições	915.613.894	864.309.286	-5,60%
Receita Patrimonial	341.549.636	281.595.572	-17,55%
Receita Agropecuária	6.000	1.287	-78,55%
Receita de Serviços	427.725.640	391.832.229	-8,39%
Transferências Correntes	5.858.546.569	6.414.010.390	9,48%
Outras Receitas Correntes	265.395.905	186.285.836	-29,81%
Receitas de Capital	1.489.193.686	344.925.847	-76,84%
Operações de Crédito	1.069.034.145	238.267.370	-77,71%
Alienação de Bens	119.824.000	73.254.141	-38,87%
Transferências de Capital	256.749.797	16.046.329	-93,75%
Outras Receitas de Capital	43.585.744	17.358.007	-60,18%
TOTAL GERAL	13.753.692.330	12.736.799.948	-7,39%

- **Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias:** Apresentou queda de 4,5% sobre o valor previsto na LOA, principalmente na arrecadação das taxas e ISSQN, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID, devido à diminuição da atividade econômica.
- **Receitas de Contribuições:** Apresentou queda de 5,6% sobre o valor previsto na LOA decorrente da queda das contribuições sociais, uma vez que houve diminuição da despesa de pessoal, pois o reajuste salarial previsto tinha um impacto maior em relação ao efetivamente negociado.
- **Receita de Serviços:** Apresentou queda de 8,4% sobre o valor previsto na LOA em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID, devido à diminuição da atividade econômica.
- **Transferências Correntes:** Apresentou acréscimo de 9,5% sobre o valor previsto na LOA em virtude dos repasses extraordinários dos governos Federal e Estadual para atendimento à diminuição dos efeitos da pandemia da COVID.
- **Outras Receitas Correntes:** Apresentou queda de 30% sobre o valor previsto na LOA, principalmente na receita de multas de trânsito, em virtude da diminuição da circulação de veículos nas vias durante a pandemia da COVID.
- **Operação de Crédito:** Apresentou queda de 78% sobre o valor previsto na LOA em virtude da não formalização das operações de crédito inicialmente planejadas.
- **Transferências de Capital:** Apresentou queda de 94% sobre o valor previsto na LOA em virtude da não formalização das negociações com os diversos órgãos federais e estaduais inicialmente planejadas.

- **Outras Receitas de Capital:** Apresentada queda de 60% sobre o valor previsto na LOA, devido à imprevisibilidade dos valores acolhidos por meio dos depósitos judiciais (LC 151/2015).

13. As diferenças apontadas entre a dotação atualizada da despesa e a despesa empenhada estão apresentadas a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA EMPENHADA	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	11.374.716.266	11.282.360.188	-0,81%
Juros e Encargos da Dívida	5.439.362.034	5.223.769.638	-3,96%
Outras Despesas Correntes	297.157.155	140.096.483	-52,85%
Pessoal e Encargos Sociais	5.638.197.077	5.918.494.068	4,97%
Despesas de Capital	2.092.408.809	1.063.530.128	-49,17%
Amortização da Dívida	1.696.722.065	779.505.306	-54,06%
Inversões Financeiras	62.476.744	52.218.480	-16,42%
Investimentos	333.210.000	231.806.342	-30,43%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	13.467.125.075	12.345.890.316	-8,33%

- **Juros e Encargos da Dívida:** Após o decreto de calamidade pública em virtude dos efeitos da COVID, houve negociação com o Governo Federal das parcelas de encargos da dívida, conforme autorizado pela LC 173/2020, gerando uma variação do valor empenhado em relação ao valor fixado na LOA de - 52,85%.
- **Outras Despesas Correntes:** Apresentou variação de +4,97% da despesa fixada na LOA, tendo em vista ajustes que foram feitos para atendimento aos impactos da COVID. Houve acréscimo na receita, através de repasses dos Governos Federal e Estadual, para custear este aumento da despesa.
- **Investimentos:** Apresentou variação de -54% da despesa fixada na LOA, tendo em vista a não realização de receitas de transferências de capital e operação de crédito que financiariam estas despesas.

- **Inversões Financeiras:** Apresentou variação de -16,42% da despesa fixada na LOA, tendo em vista os ajustes feitos no orçamento para priorização das despesas relacionadas ao enfrentamento à COVID.
- **Amortização da Dívida:** Após o decreto de calamidade pública em virtude dos efeitos da COVID, houve negociação com o Governo Federal das parcelas de amortização da dívida, conforme autorizado pela LC 173/2020, gerando uma variação do valor empenhado em relação ao valor fixado na LOA de -30,43%.

14. Na linha do superávit orçamentário vale destacar o valor apurado de R\$ 390 milhões fruto do esforço fiscal de manter o equilíbrio da gestão orçamentária, apesar dos condicionantes externos que levaram a queda de captação de alguns recursos e o aumento de despesas especialmente nas áreas da Saúde e Assistência Social.

Balanco Financeiro – (BF)

15. Foi adotado o regime de caixa para as receitas (receita arrecadada) e o regime de competência para as despesas (despesa empenhada).
16. A classificação da receita/despesa como vinculados/destinados à Educação, Saúde, Previdência Social do RPPS, Previdência Social, Outras Vinculações/Destações e Ordinária utilizou como critério a vinculação de fontes de recursos disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG.
17. Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

18. O total das receitas orçamentárias foi apresentado líquido das deduções. A seguir o detalhamento das deduções:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEITA BRUTA	DEDUÇÕES			RECEITA LÍQUIDA
		(-) FUNDEB	(-) RESTITUIÇÕES	(-) OUTRAS	
BF - Receita Ordinária	4.959.575.224	-	3.808.037,86	8.051.450,75	4.947.715.736
BF - Recursos Vinculados à Educação	2.648.748.241	503.716.480,56	1.420.640,57	-	2.143.611.120
BF - Recursos Vinculados à Saúde	4.183.700.224	-	852.383,96	-	4.182.847.840
BF - Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	837.039.212	-	-	-	837.039.212
BF - Recursos Vinculados à Seguridade Social	68.647.545	-	-	-	68.647.545
BF - Outras Vinculações de Recursos	561.091.630	-	28.069,09	4.125.065,74	556.938.495
TOTAL	13.258.802.077	503.716.481	6.109.131	12.176.516	12.736.799.948

19. As transferências financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Do total das transferências financeiras, R\$ 4.052.114.868 representaram efetivamente a transferência financeira de recursos entre órgãos e R\$211.488.417 representaram recursos arrecadados em um órgão e utilizados para pagamento de despesas de outro órgão nas contas bancárias do órgão arrecadador. Abaixo a demonstração detalhada das transferências financeiras recebidas e concedidas por órgão/entidade e dos pagamentos entre órgãos:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE ÓRGÃOS		
ÓRGÃO / ENTIDADE	TRANSF. CONCEDIDA	TRANSF. RECEBIDA
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	113.372.848,73	279.001.000,00
COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HOF	-	58.690.250,70
EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO	-	106.551.914,74
EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	29.541,60	180.411.306,53
EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A	16,50	17.731.438,89
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	-	38.366.364,74
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	-	47.260.235,06
FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	75.000,01	2.867.443,50
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMIN	-	1.536.957,60
FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS	33.435.430,44	3.756.091,84
FUNDO FINANCEIRO	-	721.957.443,75
FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	834.787,89	44.852.347,33
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.983,33	169.488.471,44
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	-	9.566.826,26
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	94.654,79	94.611.947,14
FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	-	518.887,80
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	85.101.931,34	2.301.108,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.019.494,40	1.385.777.661,04
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIO	-	85.130.493,51
FUNDO MUNICIPAL DO AUXÍLIO DE TRANSPORTE ESCOLAR	-	3.000.000,00
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	1.622.169,66	-
SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	3.815.499.641,78	215.178.465,76
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	20.367,46	179.135.719,77
SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	-	404.422.492,19
SUBTOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.052.114.868	4.052.114.868
PAGAMENTO DE DESPESAS DE OUTRO ÓRGÃO	211.488.417	-
DESPESAS PAGAS POR OUTRO ÓRGÃO	-	211.488.417
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.263.603.284	4.263.603.284

20. Destaque para os valores repassados pelo Tesouro Municipal ao Fundo Financeiro do RPPS a título de cobertura da insuficiência financeira, que totalizaram o montante de R\$ 722 milhões no exercício de 2020.

21. Para o grupo “Recebimentos Extra orçamentários” para a linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, destaca-se que o critério para registro das retenções adotou dois modelos distintos:

1. retenção no momento da liquidação para o caso do INSS retido do prestador de serviços, sendo o valor da despesa orçamentária do valor da retenção realizada neste momento;
2. retenção no momento do pagamento da obrigação principal para o IRRF e demais consignações em folha de pagamento.

22. Para o exercício de 2020, nas linhas “Caixa e Equivalentes Caixa” foram excluídos os valores de “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (grupo de conta contábil 1.1.4) que representam os investimentos do RPPS. Até o exercício de 2019 estes valores eram incluídos nas linhas “Caixa e Equivalentes Caixa”.

23. A partir do exercício de 2020, foi inserida linha própria no demonstrativo para demonstração dos valores de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. A seguir é demonstrada a composição dos valores constantes na linha “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” nos Fundos do RPPS-BH (Fundo Financeiro, de regime de caixa, e Fundo Previdenciário, capitalizado), com o desdobramento de toda a carteira das aplicações dos recursos previdenciários.

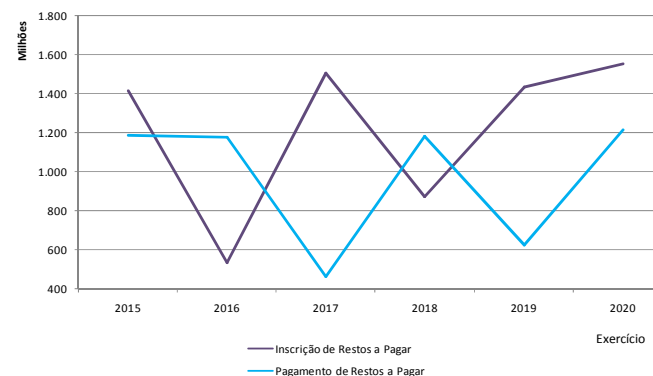
TIPO DE APLICAÇÃO	2020	2019
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES	5.586.628	-
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	192.896.265	67.302.592
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO	10.548.142	40.110.364
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	591.873.426	356.358.318
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	57.100.660	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDKA	8.970.244	171.933.354
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO	5.229.753	2.238.290
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.156.858	5.459.329
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO	422.814.812	405.402.662
TOTAL DO RPPS	1.299.176.788	1.048.804.908

24. Em relação à linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, foram excluídos os valores referentes aos repasses efetuados ao Tribunal de Justiça para pagamento de Precatórios (conta contábil 1.1.3.5.1.08) no montante de R\$ 103.264.963,32, uma vez que no Passivo de Precatórios constam registrado os valores com atributo “P” e não “F”. Este ajuste se faz necessário devido ao modelo de contabilização dos precatórios adotado pelo município.

25. Em 2020 o pagamento de restos a pagar foi 94,10% à maior que o pagamento efetuado em 2019. Importante ressaltar, que este pagamento de restos a pagar em 2020, consideravelmente superior ao pagamento efetuado em 2019, se dá principalmente ao fato da inscrição em restos a pagar no exercício de 2019 ter apresentado valor superior ao valor de inscrição no exercício de 2018.

ANO	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VARIÇÃO PERCENTUAL DA INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	VARIÇÃO PERCENTUAL DO PAGAMENTO
2015	1.415.141.196		1.185.060.271	
2016	531.259.601	-62,46%	1.175.172.275	-0,83%
2017	1.506.493.783	183,57%	461.683.247	-60,71%
2018	870.829.182	-42,19%	1.181.815.599	155,98%
2019	1.432.380.161	64,48%	625.033.851	-47,11%
2020	1.554.159.864	8,50%	1.213.159.611	94,10%
TOTAL	7.310.263.787		5.841.924.854	

Evolução da Inscrição x Pagamentos de Restos a pagar Período 2015-2020



BALANÇO PATRIMONIAL – (BP)

26. No processamento de consolidação das contas do Balanço Patrimonial não foram excluídas as operações intra orçamentárias.

27. No quadro do Superávit / Déficit Financeiro, foi utilizado a codificação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

28. Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

29. Os valores disponíveis na linha “Caixa e Equivalentes de Caixa” obedecem aos critérios estabelecidos na NBC TSP 12 que orienta: “para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve

ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição”. Abaixo o detalhamento do Caixa e Equivalente de Caixa:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	RS
CAIXA	32.457
CONTA ÚNICA (Valores em Conta Corrente)	418.131
CONTA ÚNICA RPPS	521.061
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	14.768.832
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.398.598.504
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTA ÚNICA	1.004.912.017
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DAS DEMAIS CONTAS	1.393.686.487
VALORES REALIZÁVEIS DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOIRO MUNICIPAL	79.198.067
TOTAL	2.493.537.051

Dos valores em espécie disponibilizados em “Caixa” no montante de R\$ 32 mil, 95% se refere a valores disponíveis nos caixas dos parques municipais para operacionalização das portarias destes. Os “Valores Realizáveis disponibilizados em Conta única do Tesouro Municipal representam o montante dos recursos de outros órgãos disponibilizados na conta única do Tesouro e são registrados na conta contábil 1.1.1.1.2.02 em cada órgão que possui disponibilidades financeiras alocados na conta única. Em contrapartida, é registrado no passivo financeiro do tesouro municipal na conta 2.1.8.8.2.98 os mesmos valores, como forma de representar a obrigação deste junto aos demais órgãos do município. Segue detalhamento dos recursos disponíveis em conta única em 31/12/2020, pertencentes a outros órgãos diferentes do Tesouro Municipal:

VALORES REALIZÁVEIS DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOIRO MUNICIPAL	RS
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	1.195.739
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	1.055.349
FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS	2.709.798
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	1.068.640
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA AMBIENTAL	3.085.026
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	62.622.440
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.533.677
FUNDO PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	1.265.215
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	1.282.877
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	276.881
SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	102.426
TOTAL	79.198.067

30. Os valores disponíveis na linha “Créditos a Curto Prazo” estão detalhados a seguir. Os “Valores Apreendidos por Decisão Judicial” representam os sequestros judiciais por meio do BacenJud, que é um sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet. Nos últimos anos os sequestros judiciais nas contas bancárias do município, por meio da justiça brasileira, têm aumentado exponencialmente, devido a nova dinâmica adotado pelo judiciário, o que tem dificultado o processamento da despesa dos valores sequestrado em um tempo razoável. Historicamente, mais de 90% destes sequestros se referem ao fornecimento de medicamentos aos munícipes. Considerando que são recursos sequestrados por ordem judicial oriundos, em quase sua totalidade, de atrasos no cumprimento de decisões judiciais relacionadas ao SUS (Sistema Único de Saúde), cujo processamento da despesa encontra-se pendente de levantamento de documentos nos respectivos processos judiciais, estes recursos foram em sua maioria classificados como ativo permanente com o objetivo de não apresentar um resultado financeiro superavitário superavaliado.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO	RS
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	639.495.213
IMPOSTOS	350.253.613
TAXAS	289.241.600
CLIENTES	17.722.352
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	5.901.216
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	106.487.700
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	11.791.861
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	- 11.827.956
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	126.195.024
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	3.422.428
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	233.764.666
DEPÓSITOS JUDICIAIS	308.916
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	38.067.835
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	103.264.963
OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	92.122.951
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	43.245.614
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	103.631.199
TOTAL	1.279.829.317

31. Na linha Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo”, o valor total se refere a recursos do Regime de Previdência conforme detalhado a seguir.

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES	5.586.628
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	192.896.265
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO	10.548.142
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	591.873.426
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	57.100.660
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDKA	8.970.244
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOIRO	5.229.753
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.156.858
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO	422.814.812
TOTAL DO RPPS	1.299.176.788

32. O “Realizável a Longo Prazo” apresenta R\$ 6 bilhões em créditos a longo prazo, conforme tabela a seguir:

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	RS
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	6.134.251.381
CLIENTES	26.782.633
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	6.346.532.041
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	994.292.979
(-) CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA	- 315.919.205
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	- 917.437.067
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	15.714.363
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	256.210.780
TOTAL	6.406.176.524

Os Ajustes Acumulados para Perdas da Dívida Ativa no Longo Prazo e Ajustes para Perdas da Dívida Ativa de Curto Prazo utilizaram como parâmetros para cálculo os percentuais aproximados de 13% e 10%, incidindo sobre o saldo final bruto da Dívida Ativa Longo Prazo e Curto Prazo, respectivamente.

Para os Ajustes Acumulados para Perdas da Dívida Ativa no Longo Prazo foi considerado o percentual médio do valor das provisões para perdas sobre o valor do estoque de Dívida Ativa, relativo aos valores apurados em 2017, 2018 e 2019 que apresentou valores aproximados a 13%, considerando para tanto:

- I) Débitos relativos a contribuintes com informações cadastrais incompletas;
- II) Autuações da fiscalização de posturas lavradas com vícios;
- III) Débitos suspensos após decorridos mais de dez anos de seu fato gerador;
- IV) Débitos constituídos há mais de cinco anos sem ajuizamento, suspensão ou parcelamento, em tese prescritos.

Os Ajustes Acumulados para Perdas da Dívida ativa no Curto Prazo (conceituado como percentual que incidirá sobre o “Saldo Final Bruto da Dívida Ativa Curto Prazo”) adotou como parâmetro o percentual de inadimplência média dos parcelamentos nos últimos 03 (três) anos que ficou em torno de 10%.

No realizável a longo prazo encontra-se a rubrica redutora do ativo denominada “Cessão de Direitos Creditórios”, que trata-se do registro dos valores de dívida ativa cedida e ainda não paga pelo contribuinte, por meio da transação realizada em abril/2014, onde a PBH Ativos S.A. e o Município de Belo Horizonte, autorizados pelas Leis Municipais 10.003/2010 e 7.932/1999, celebraram um “Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças” no valor nominal de R\$ 880.320.000,00 na data da operação, que foram pagos mediante emissão de debêntures subordinadas subscritas pelo Município. Na rubrica Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo encontram-se registrados os valores a receber da PBH Ativos S.A referente às debêntures subordinadas subscritas pelo Município.

33. Os investimentos registrados na prefeitura de Belo Horizonte sofreram mudança de critério. Até 2019 os investimentos eram registrados com base no método de Custo. No exercício de 2020, os investimentos foram reavaliados, aplicando-se o método da Equivalência Patrimonial nos casos aplicáveis.

INVESTIMENTOS	RS
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	427.898.491
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP	427.890.018
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	8.473
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTRA OFSS	8.729.466
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP	8.029.379
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	700.087
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - UNIÃO	6.354
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	6.354
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - ESTADO	3.246.584
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	3.246.584
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	26.567
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	- 1.367
TOTAL	439.906.095

Apresentamos abaixo maior detalhamento das principais participações societárias do município de Belo Horizonte:

INVESTIMENTOS	RS	% DE PARTICIPAÇÃO
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP	427.890.018	
PBH ATIVOS S.A	427.393.993	99,99%
CONSÓRCIO MULHERES DAS GERAIS	496.025	39,78%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	8.473	
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - ESTADO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO	3.246.584	
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS S.A. - GASMIG	3.246.584	0,43%
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A. - METROMINAS	2.861.584	23,00%

34. Em relação ao Imobilizado, para os bens imóveis, está em execução desde o exercício 2017 um trabalho de saneamento dos bens imóveis de propriedade do Município de Belo Horizonte. Estão sendo realizadas diversas reuniões intersetoriais, buscando a padronização de processos, fluxos, nomenclaturas, bem como ampliando o acesso às informações hoje existentes. Está sendo verificando cada imóvel individualmente para fazer o lançamento de forma adequada. Na prefeitura de

Belo Horizonte os bens imóveis estão registrados em 31/12/2020 apenas como lotes, não considerando, por enquanto, as edificações neles existentes. Contudo, para os bens imóveis já registrados no município considerando as edificações (como por exemplo o registro nas empresas públicas e sociedades de economia mista), e para os bens móveis, destacamos:

- a. O cálculo da depreciação nos órgãos da Administração Pública direta e indireta é realizado pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão, seguindo as orientações e critérios estabelecidos pelo órgão central de Contabilidade e pelo órgão central de gestão de Patrimônio. Destaca-se que está em andamento processo de implantação de sistema integrado que conterà módulo específico de gestão de patrimônio que será utilizado por toda a administração direta e indireta;
- b. As empresas públicas e sociedades de economia mista observaram a Lei nº 6.404/76 bem como a legislação vigente aplicável;
- c. É utilizada tabela padrão de depreciação, vida útil econômica e valor residual (exceto para as empresas públicas e sociedades de economia mista) conforme publicado em Nota Técnica Conjunta SUCGM/SUALOG Nº 001/2020;
- d. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado por toda a administração pública direta e indireta é o das quotas constantes.

35. Ainda não foi feito o levantamento do “Intangível” de forma padronizada, sendo os valores apresentados no Balanço Patrimonial referente ao registro em órgãos como as empresas estatais dependentes, Câmara Municipal, Secretarias Municipais e Fundo Previdenciário do RPPS. A variação positiva no registro do Intangível em 2020 (R\$ 9,2 milhões) quando comparado ao exercício de 2019 (R\$ 3,5 milhões) se deu principalmente em virtude do reconhecimento dos valores pagos à empresa responsável pelo desenvolvimento e implantação do sistema

integrado de gestão denominado GRP BH (Government Resource Planning ou Planejamento de Recursos Governamentais). O registro se deu na conta “1.2.4.1.1.02 - Softwares em Desenvolvimento”.

INTANGÍVEL	RS
SOFTWARES	21.207.401
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	55.508
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	- 11.973.882
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL	- 54.700
TOTAL	9.234.327

A aquisição dessa solução Integrada de Gestão ou Enterprise Resource Planning (ERP), contendo licenças e serviços técnicos necessários à implantação e sustentação, busca atender às necessidades de automação e integração com os diversos módulos que compõem ERP da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e foi adquirida por meio do Pregão Eletrônico Nº 0237/2018.

36. Na linha “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, observa-se que em 31/12/2020 o valor representa R\$ 540 milhões, sendo que em 31/12/2019 o valor representou 546 milhões.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	RS
PESSOAL A PAGAR	357.950.818
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	120.350.066
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	3.237.537
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	59.405.571
TOTAL	540.943.993

37. Na linha Provisões a Curto Prazo, no exercício de 2020, em decorrência da mudança de critério no método de registro das participações societárias, foi constituída provisão para cobertura de passivo a descoberto de controlada por meio do Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

38. Na linha “Demais Obrigações a Curto Prazo” R\$ 115 milhões representam valores restituíveis e R\$ 25 milhões representam Outras Obrigações a Curto Prazo.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	RS
VALORES RESTITUÍVEIS	115.077.560
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	35.651.765
CONSIGNAÇÕES	23.115.161
DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.757.711
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	6.402.506
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	376.387
VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA OFSS	79.425.796
CONSIGNAÇÕES	227.729
VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA DO TESOUREO MUNICIPAL	79.198.067
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.098.185
TOTAL	140.175.745

39. Considerando:

I. O Decreto Municipal nº 17.297, de 17/03/2020, que declarou situação anormal no Município de Belo Horizonte, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19;

II. O Decreto Municipal nº 17.334, de 20/04/2020, que declarou estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a pandemia causada pelo Coronavírus – COVID-19;

III. O inciso VI, do art. 1º, da Resolução 5545, de 30/04/2020, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte em decorrência da pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus;”

IV. O Decreto Legislativo nº 6, de 2020, promulgado pelo Senado Federal, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

V. A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19);

VI. A Resolução do Conselho Monetário Nacional, Nº 4.826, de 18/06/2020, que define procedimentos a serem realizadas pelas instituições financeiras ao amparo dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 200 e do art. 4º da Lei Complementar Nº 173, de 27 de maio de 2020;

A variação positiva do estoque da Dívida Pública observada entre os exercícios de 2019 e 2020, no que se refere à Dívida Fundada Contratual Interna e Externa do Município de Belo Horizonte, justifica-se em razão de :

I. Adesão do Município de Belo Horizonte, por meio de aditamento contratual, à suspensão temporária dos pagamentos dos valores devidos ao longo do exercício de 2020 até 31/12/2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos referentes às operações de crédito mantidas junto às instituições financeiras, diluindo os valores suspensos nas parcelas vindendas a partir de 2021, nos termos do inciso II, do § 1º, do Art. 1º da Lei Complementar nº 173/2020, cumulado com o art. 4º da referida norma;

II. Aumento da taxa de câmbio Sisbacen PTAX 800 - Livre - Dólar Americano - diário, utilizada para apuração convertida em moeda nacional do saldo devedor da dívida fundada contratual externa do Município, comparando as datas de corte 31/12/2019 (4,0307) e 31/12/2020 (5,1967).

40. No total das “Provisões a Longo Prazo”, R\$ 1,3 bilhão se refere às provisões matemáticas previdenciárias e R\$ 370 milhões representa outras provisões a longo prazo, destas parte está relacionado aos depósitos judiciais de lides dos quais o município é parte (até 70%). A LC nº 151/2015 prevê a transferência de até 70% do valor atualizado dos depósitos judiciais ou administrativos, tributários e não tributários, inclusive acessórios, nos processos dos quais o ente faça parte. No município de Belo Horizonte a utilização dos depósitos é vinculada para pagamento de precatórios judiciais. O valor dos depósitos judiciais tributários utilizados pelo município com base na LC 151/2015 representaram um saldo em 31/12/2020 no valor de R\$ 352 milhões, contudo ainda temos os valores utilizados pelo município com base na lei 10.819/2003 (registrados na linha “Demais Obrigações a Curto Prazo” na conta 2.1.8.8.1.03.01) que representaram em 31/12/2020 o valor de R\$ 5,7 milhões, totalizando o montante de R\$ 357,7 milhões.

PROVISÕES A LONGO PRAZO	RS
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	23.015.445
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.296.001.285
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	17.024.457
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	540.230
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	370.711.946
TOTAL	1.707.293.363

41. No “Patrimônio Líquido”, o resultado patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais alcançou o montante de R\$ 945 milhões. O resultado patrimonial resultante de fusão (R\$ 294 milhões) é o espelho do registro da alteração, em 2017, na estrutura administrativa do município por meio da lei nº 11.065 de 2017, onde ocorreu a fusão entre a Fundação Zoobotânica e a Fundação de Parques, que passou a ser chamada de Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RS
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	186.614.388
RESERVAS DE CAPITAL	260.346
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	10.870.447
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	945.438.876
RESULTADO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.708.894.203
RESULTADO PATRIMONIAL RESULTANTE DE FUSÃO	294.070.858
TOTAL	8.146.149.117

Demonstração das Variações Patrimoniais - (DVP)

42. No processamento de consolidação das contas da Demonstração das Variações Patrimoniais não foram excluídas as operações intra orçamentárias.

43. Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

44. Os restos a pagar não processados que passam pela fase da despesa “em liquidação” ou “liquidação”, no caso daqueles que não representam aquisição de imobilizado ou investimento, são regis-

trados como ajustes de exercícios anteriores, não trazendo impacto no resultado deste demonstrativo.

45. A estrutura do PCASP 2020 utilizada para detalhar a variações patrimoniais diminutivas utiliza o método da classificação baseada no critério da natureza da despesa, não se confundindo com o termo “natureza de despesa” utilizado na execução orçamentária. De acordo com o método da natureza, as variações patrimoniais diminutivas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas de publicidade.

46. O detalhamento de cada rubrica que compõem DVP é apresentado nos anexos do próprio demonstrativo.

47. As variações patrimoniais aumentativas das receitas orçamentárias do IPTU, ISS, Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Outras Taxas (Fiscalização e Funcionamento, Engenhos de Publicidade, Fiscalização Sanitária, Fiscalização de Obras Particulares, Fiscalização de Aparelhos de Transportes, Pela Prestação de Serviços, Coleta de Resíduos Sólidos e Manutenção de Cemitérios) são reconhecidas pelo regime de competência e das demais receitas orçamentárias pelo regime de caixa. As demais variações patrimoniais aumentativas não relacionadas às receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de competência.

48. As variações patrimoniais diminutivas são reconhecidas pelo regime de competência.

49. Na rubrica “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, R\$ 213 milhões se refere a reversão de ajustes de perdas de créditos.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		R\$	%
4.9.2 - Resultado Positivo de Participações		22.187.779	4,54%
4.9.7 - Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		259.123.032	53,06%
4.9.7.1.1.02 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo		30.015.480	6,15%
4.9.7.1.1.99 - Reversão de Outras Provisões		15.796.493	3,23%
4.9.7.2.1.01 - Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos		213.311.059	43,68%
4.9.9 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		207.049.323	42,40%
4.9.9.1 - Compensação Financeira entre Regimes		11.609.543	2,38%
4.9.9.5 - Multas Administrativas		76.531.762	15,67%
4.9.9.6 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		48.929.295	10,02%
4.9.9.9 - VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos		69.978.722	14,33%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		488.360.134	100,00%

50. Na rubrica “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, R\$ 260 milhões se refere a Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		R\$	%
3.9.1 - Premiações		9.335.000	1,85%
3.9.2 - Resultado Negativo de Participações		6.033.300	1,19%
3.9.4 - Incentivos		279.750	0,06%
3.9.5 - Subvenções Econômicas		12.626.741	2,50%
3.9.7 - Constituição de Provisões		217.198.711	42,97%
3.9.7.2.1 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação		212.517.857	42,04%
3.9.7.9.1 - VPD de Outras Provisões		4.680.853	0,93%
3.9.9 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		260.022.478	51,44%
3.9.9.1 - Compensação Financeira entre Regimes		3.198.626	0,63%
3.9.9.6 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		43.299.091	8,57%
3.9.9.9 - VPD Decorrentes de Fatos Geradores Diversos		213.524.761	42,24%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		505.495.980	100,00%

Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC)

51. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi utilizado o método direto.

52. No processamento de consolidação das contas da Demonstração dos Fluxos de Caixa não foram excluídas as operações intra orçamentárias.

53. Este demonstrativo abrange todos os órgãos do Poder Executivo e o Legislativo municipal, exceto a PBH Ativos, por se tratar de empresa estatal independente.

54. Para efeito da apuração da geração líquida de caixa o regime adotado é o de caixa para as receitas e para as despesas, incluídas nesta o pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores, os demais ingressos e pagamentos extra orçamentários (retenções).

55. O critério utilizado para registro das retenções adotou dois modelos distintos: 1 - retenção no momento da liquidação para o caso do INSS retido do prestador de serviços, sendo o valor da despesa orçamentária do valor da retenção realizada neste momento; 2 - retenção no momento do pagamento da obrigação principal para o IRRF e demais consignações em folha de pagamento. No caso da retenção do INSS, a diferença é registrada nas rubricas “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais”.

56. As transferências financeiras concedidas e recebidas, os valores referentes aos sequestros judiciais e os pagamentos de despesa de um órgão efetuados por meio de outro órgão também são registradas nas rubricas “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais”.

57. Na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial e Final” foram incluídos os valores de “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (grupo de conta contábil 1.1.4 que representam os investimentos do RPPS).

58. Estão incluídos no conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa, os valores em numerário (caixa em sentido stricto sensu), em conta corrente, em aplicações financeiras de liquidez imediata, em investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e os valores disponibilizados, por outros órgãos diferentes do Tesouro Municipal, em conta única.

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA FINAL	
CAIXA	32.457
CONTA ÚNICA DO TESOURO MUNICIPAL (CONTA CORRENTE)	418.131
BANCOS CONTA MOVIMENTO (CONTA CORRENTE)	14.768.832
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.398.598.504
CONTA ÚNICA RPPS (CONTA CORRENTE)	521.061
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	1.299.176.788
VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA	79.198.067
	3.792.713.839

59. Apresentamos o detalhamento por fonte/destinação de recursos para a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa Final”, incluídos os recursos de “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” do RPPS.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$
10010000 - Recursos Ordinários	816.680.189
10900000 - Outros Recursos Não Vinculados	21.274.818
11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	179.987.204
11120000 - Transferências do FUNDEB 60%	115.030.609
11200000 - Transferência do Salário-Educação	88.529.170
11220000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	12.219.355
11230000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	4.914
11240000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	230.031
11250000 - Transferências de Convênios - Educação	4.182.126
12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	125.281.602
12130000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	134.053.936
12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.780.855
12142100 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 2100.	112.620.566
12150000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	13.160.500
12200000 - Transferências de Convênios destinadas à Saúde	591.752
12300000 - Operações de Crédito vinculadas à Saúde	13.739.531
12900000 - Outros Recursos Destinados à Saúde	50.385.641
13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	19.519.028
13120000 - Transferências de Convênios - Assistência Social	16.397.301
13900000 - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	1.500.970
14100000 - Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Entrada de Recursos	1.279.096.805
14200000 - Recursos vinculados ao RPPS - Plano Financeiro - Entrada de Recursos	15.339.258
14300000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	3.695.479
15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	55.482.833
15200000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados	1.953.430
15300000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo	2.210.039
16100000 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	7.707.551
16200000 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	180.498.128
16300000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	23.684.846
19200000 - Recursos de Operações de Crédito	100.207.120
19300000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	102.065.837
19400000 - Outras vinculações de transferências	112.645.633
19790000 - Outros recursos extraorçamentários	3.949.094
19900000 - Outras Destinações Vinculadas de Recursos	18.155.409
20010000 - Recursos Ordinários	47.127.807
20900000 - Outros Recursos Não Vinculados	5.286.760
21240000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	572.526
22130000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	172.224
22140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	746.575
22150000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	2.615.930
23110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.871.773
23900000 - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	717.993
25100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	1.162.696
26200000 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	3.459.543
29200000 - Recursos de Operações de Crédito	25.561.908
29300000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	39.160.956
29400000 - Outras vinculações de transferências	39.437.572
29900000 - Outras Destinações Vinculadas de Recursos	519.529
TOTAL	3.792.713.839

Condicionação da fonte de recursos conforme padrão disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

60. Na análise do Caixa e Equivalente de Caixa disponível para uso é importante ressaltar: - 1) que os recursos registrados no RPPS na Conta Única do RPPS e em Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo possuem restrições legais que impedem o uso destes saldos em despesas diversas das utilizadas no pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões bem como para custeio administrativo do próprio RPPS; 2) que não foram excluídas as transações intra orçamentárias da DFC, assim, o saldo final do Caixa e Equivalentes Caixa está acrescido das disponibilidades registradas na conta contábil 1.1.1.1.2.02 que representa em cada órgão os valores disponibilizados na conta única e que não pertencem ao Tesouro Municipal; e; 3) que os depósitos de terceiros são representados por aqueles recursos que ingressam de forma extra orçamentária nos cofres públicos e estão relacionados, em sua maioria, às garantias na modalidade caução sendo que no futuro deverão ser restituídos a terceiros; - deve-se subtrair da rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa Final os valores citados acima para se ter o valor do Caixa e Equivalente de Caixa Final disponível para uso pelo ente, ressalvadas as vinculações legais por fonte de recursos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DISPONÍVEIS PARA USO	R\$
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	3.792.713.839
(-) CONTA ÚNICA RPPS	- 521.061
(-) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	- 1.299.176.788
(-) VALORES DISPONIBILIZADOS EM CONTA ÚNICA	- 79.198.067
(-) DEPÓSITOS DE TERCEIROS (EXTRA ORÇAMENTÁRIOS)	- 3.949.694
TOTAL DISPONÍVEL PARA USO	2.409.868.229

61. A diferença da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentada na DFC quando comparada com a mesma rubrica apresentada no Balanço Patrimonial se refere aos investimentos e aplicações temporárias a curto prazo que foram considerados como caixa e equivalentes na DFC.

DEMONSTRATIVO		
	FINAL	INICIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.792.713.839	3.259.705.696
BALANÇO PATRIMONIAL		
	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.493.537.051	2.210.900.788
DIFERENÇA (Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo)	1.299.176.788	1.048.804.908

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – (DMPL)

62. O aumento de capital no valor de R\$ 2,2 milhões originou-se do Tesouro Municipal e foi aportado na Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte – Prodabel.

63. O total dos Resultados Acumulados é composto pelas seguintes rubricas:

Valores em Reais (R\$)

RESULTADOS ACUMULADOS	2020
Resultado Patrimonial do Exercício	945.438.876
Resultado Patrimonial de Exercícios Anteriores	7.826.993.545
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 1.118.099.343
Resultado Resultante de Extinção, Fusão e Cisão	294.070.858
TOTAL DOS RESULTADOS ACUMULADOS	7.948.403.937

Fonte: Sistema CASP PBH

64. Os valores de Ajustes de Exercícios Anteriores que resultou na redução dos resultados acumulados no montante de R\$ 1,11 bilhão estão detalhados a seguir:

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$
Ajustes na apropriação da Folha de Pagamento	- 19.642.069
Alterações de Lançamentos e Inscrição de Créditos em Dívida Ativa	816.534.207
Anulação de Liquidação de RP sem Título Vinculado	12.962
Anulação de Título (Em Liquidação) de RP não Processado	47.742.405
Anulação de Título (Em Liquidação) sem empenho vinculado	135.659
Emissão de Título (Em Liquidação) de RP não Processado	- 515.430.112
Emissão de Liquidação de RP sem Título Vinculado	- 60.490
Levantamento dos Bens Imóveis	- 835.127.173
Levantamento dos Bens Móveis	- 273.323.816
Mudança de critério na avaliação das participações societárias do método de CUSTO para o MEP	- 106.230.234
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.044.007
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	- 234.754.690
TOTAL	-1.118.099.343

DA ANÁLISE DE BALANÇOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – (BO) - DA ANÁLISE DOS ÍNDICES

Em relação às receitas orçamentárias, do total da receita realizada em 2020, 33,40% foram provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e 50,36% referente às Transferências Correntes.

PRINCIPAIS RECEITAS - PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL ARRECADADO				
	2019		2020	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.217.063.975,79	36,28%	4.253.839.502	33,40%
Transferências Correntes	5.173.232.688,62	44,50%	6.414.010.390	50,36%
TOTAL DE RECEITAS	11.624.856.327		12.736.799.948	

Já em relação às despesas orçamentárias, do total empenhado em 2020, 42,31% foram referentes às Despesas Correntes para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais e 47,94% se referem às Outras Despesas Correntes.

PRINCIPAIS DESPESAS - PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL EMPENHADO				
	2019		2020	
Pessoal e Encargos Sociais	4.865.434.018	42,25%	5.223.769.638	42,31%
Outras Despesas Corrente	5.293.350.307	45,97%	5.918.494.068	47,94%
TOTAL DE DESPESAS	11.515.430.817		12.345.890.316	

A lei Orçamentária do exercício de 2020 previu inicialmente uma receita a ser realizada de R\$13,75 bilhões, sendo que a receita realizada efetiva representou R\$12,74 bilhões, o que representa uma realização efetiva de 92,61% da receita inicialmente prevista.

QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO				
	2019		2020	
Receita Realizada	11.624.856.327		12.736.799.948	
Previsão Inicial da Receita	12.933.745.226		13.753.692.330	
Receita Realizada	=	89,88%	92,61%	
Previsão Inicial da Receita				

Já em relação à despesa fixada para 2020, o legislativo autorizou despesas no montante de R\$ 14,46 bilhões.

Observa-se que o total da Dotação Atualizada da despesa foi superior ao total da Dotação Inicial para o mesmo período em R\$ 705.135.222 em decorrência da abertura de créditos adicionais com origem no superávit financeiro apurado no exercício anterior (R\$ 346.328.653) e excesso de arrecadação (R\$ 358.806.569).

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA		
	2019	2020
Despesa Executada	11.515.430.817	12.345.890.316
Dotação Atualizada	13.181.055.036	14.458.827.552
Despesa Executada	= 87,36%	85,39%
Dotação Atualizada		

Em 2020 o total da despesa empenhada representou 85,39% do total autorizado pelo legislativo municipal, o que resultou em um superávit orçamentário no montante de R\$ 391 milhões.

Este superávit orçamentário de 2020 equivale a dizer que o total das receitas orçamentárias representou 103,17% do total das despesas empenhadas.

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
	2019	2020
Receita Realizada	11.624.856.327	12.736.799.948
Despesa Empenhada	11.515.430.817	12.345.890.316
Receita Realizada	= 100,95%	103,17%
Despesa Empenhada		
Receita Realizada - Despesa Empenhada =	109.425.510	390.909.632

A Receita Corrente do exercício de 2020 superou em 9,83% a Despesa Corrente, o que resultou em um superávit orçamentário corrente de R\$ 1,1 bilhão.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE		
	2019	2020
Receita Realizada - Corrente	11.152.807.583	12.391.874.101
Despesa Empenhada - Corrente	10.426.379.882	11.282.360.188
Receita Corrente	= 106,97%	109,83%
Despesa Corrente		
Receita Corrente - Despesa Corrente =	726.427.701	1.109.513.913

Em relação à utilização, em 2020, do superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores, 20,81% do total do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019 foi utilizado na abertura de créditos adicionais.

QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO		
	2019	2020
Créditos Adic. Abertos por meio de Superávit Financeiro	81.954.982	346.328.653
Superávit Financeiro do Exercício Anterior	1.347.530.211	1.664.562.619
Créditos Adic. Abertos por meio de Superávit Financeiro	= 6,08%	20,81%
Superávit Financeiro do Exercício Anterior		

O quociente real da execução orçamentária de 2020 indica que a receita realizada representou 118,02% do total da despesa paga. Em outros termos, a despesa paga representou 84,73% do total da receita realizada.

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	2019	2020
Receita Realizada	11.624.856.327	12.736.799.948
Despesa Paga	10.083.050.656	10.791.730.452
Receita Realizada	= 115,29%	118,02%
Despesa Paga		
Despesa Paga	= 86,74%	84,73%
Receita Realizada		

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

A análise vertical acontece no mesmo período, porém analisamos contas diferentes. Essa análise serve para identificar a porcentagem de participação de determinado indicador nos resultados. A análise verti-

cal apresenta o quanto cada conta é importante em relação à demonstração contábil a que pertence.

A análise horizontal se baseia na evolução dos saldos das contas ao longo do período. A comparação ocorre entre as mesmas contas, porém em exercícios diferentes. Seu objetivo é analisar se os valores das demonstrações contábeis cresceram ou diminuíram em comparação com as informações de períodos anteriores.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2019	AV	2020	AV	AH
RECEITAS CORRENTES	11.152.807.583	95,94%	12.391.874.101	97,29%	11,11%
Impostos, Taxas e Cont. Melhoria	4.217.063.976	36,28%	4.253.839.502	33,40%	0,87%
Receita de Contribuições	819.551.971	7,05%	864.309.286	6,79%	5,46%
Receita Patrimonial	323.835.549	2,79%	281.595.572	2,21%	-13,04%
Receita Agropecuária	8.877	0,00%	1.287	0,00%	-85,50%
Receita de Serviços	370.088.944	3,18%	391.832.229	3,08%	5,88%
Transferências Correntes	5.173.232.689	44,50%	6.414.010.390	50,36%	23,98%
Outras Receitas Correntes	249.025.578	2,14%	186.285.836	1,46%	-25,19%
RECEITAS DE CAPITAL	472.048.744	4,06%	344.925.847	2,71%	-26,93%
Operações de Crédito	277.340.981	2,39%	238.267.370	1,87%	-14,09%
Alienação de Bens	102.001.630	0,88%	73.254.141	0,58%	-28,18%
Transferências de Capital	55.851.359	0,48%	16.046.329	0,13%	-71,27%
Outras Receitas de Capital	36.854.774	0,32%	17.358.007	0,14%	-52,90%
TOTAL DAS RECEITAS	11.624.856.327	100,00%	12.736.799.948	100,00%	9,57%

Incluídas as receitas intra orçamentárias

Fonte: Sistema CASP PBH

A partir da análise vertical do exercício de 2020 em relação às receitas, 33,40% e 50,36% do total das receitas arrecadadas corresponderam respectivamente às receitas correntes de impostos, taxas e contribuição de melhoria e transferências correntes.

Numa análise horizontal destaca-se o crescimento, em relação ao exercício de 2020, de 23,98% nas receitas de transferências correntes, bem como uma redução de 71,27% nas receitas de transferências de capital e de 52,90% no total das outras receitas de capital.

No total arrecadado em 2020, ocorreu um crescimento nominal de 9,57% em relação ao exercício de 2019.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2019	AV	2020	AV	AH
DESPEAS CORRENTES	10.426.379.882	90,54%	11.282.360.188	91,39%	8,21%
Pessoal e Encargos Sociais	4.865.434.018	42,25%	5.223.769.638	42,31%	7,36%
Juros e Encargos da Dívida	267.595.556	2,32%	140.096.483	1,13%	-47,65%
Outras Despesas Correntes	5.293.350.307	45,97%	5.918.494.068	47,94%	11,81%
DESPEAS DE CAPITAL	1.089.050.936	9,46%	1.063.530.128	8,61%	-2,34%
Investimentos	741.089.636	6,44%	779.505.306	6,31%	5,18%
Inversões Financeiras	51.326.794	0,45%	52.218.480	0,42%	1,74%
Amortização da Dívida	296.634.506	2,58%	231.806.342	1,88%	-21,85%
TOTAL DAS DESPEAS	11.515.430.817	100,00%	12.345.890.316	100,00%	7,21%

Incluídas as despesas intraorçamentárias

Fonte: Sistema CASP PBH

A partir da análise vertical do exercício de 2020 em relação às despesas, 42,31% e 47,94% do total das despesas empenhadas corresponderam respectivamente às despesas correntes de pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

Numa análise horizontal destaca-se o crescimento, em relação ao exercício de 2019, de 11,81% nas outras despesas correntes bem como uma redução de 47,65% no total dos juros e encargos da dívida e de 21,85% nas despesas de amortização da dívida.

Ocorreu um crescimento nominal de 7,21% no total da despesa empenhada em relação ao exercício de 2019.

Balço Financeiro – (BF) – Da Análise dos Índices

Durante o exercício de 2020 o município acrescentou R\$ 282 milhões de recursos em espécie no caixa em relação os valores em espécie disponíveis em dezembro do exercício de 2019, ou seja, apresentou uma variação líquida de caixa positiva.

Nos saldos em espécie do exercício de 2019 e 2020 foram incluídos os valores referentes aos investimentos e aplicações temporárias de curto prazo.

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO		
	2019	2020
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.417.061.682	2.210.900.788
Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	3.259.705.696	2.493.537.051
Exerc. Seguinte - Exerc. Anterior	= 842.644.014	282.636.263

O resultado orçamentário no exercício de 2020 foi superavitário em R\$ 391 milhões. O quociente orçamentário do resultado financeiro representou 138,31%, ou seja, o resultado orçamentário representou 138,31% do resultado financeiro.

QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO		
	2019	2020
Resultado Orçamentário	109.425.510	390.909.632
Resultado Financeiro	842.644.014	282.636.263
Resultado Orçamentário	= 12,99%	138,31%
Resultado Financeiro		

O resultado orçamentário superavitário consideravelmente superior ao resultado financeiro também superavitário do exercício de 2020 pode ser explicado com base na análise do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores, já que em 2020 o pagamento de restos a pagar foi 94,10% à maior que o pagamento efetuado em 2019.

Importante ressaltar, que este pagamento de restos a pagar em 2020 superior ao pagamento efetuado em 2019 em 94,10% se dá principalmente pelo fato da inscrição em restos a pagar no exercício de 2019 ter sido consideravelmente superior à inscrição no exercício de 2018.

VARIAÇÃO PERCENTUAL NO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR			
	2019	2020	VARIAÇÃO %
Pagamento de Restos a Pagar não Processados	538.734.650	648.526.192	20,38%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	86.299.201	564.633.419	554,27%
Total	625.033.851	1.213.159.611	94,10%

A análise também deve levar em consideração as transações extra orçamentárias.

De acordo com o MCASP 8ª Ed., os ingressos extra orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o ente é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

São exemplos de ingressos extra orçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Já o dispêndio extra orçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Observa-se que em 2020 os recebimentos extra orçamentários representaram 102,60% do total dos pagamentos extra orçamentários, resultando em um resultado extra orçamentário superavitário no valor de R\$ 114,6 milhões.

QUOCIENTE DO RESULTADO EXTRA ORÇAMENTÁRIO		
	2019	2020
Recebimentos ExtraOrçamentários	4.102.044.193	4.528.106.077
Pagamentos Extraorçamentários	3.325.900.909	4.413.482.434
Recebimentos Extraorçamentários	= 123,34%	102,60%
Pagamentos Extraorçamentários		
Recebimentos - Pagamentos	= 776.143.284	114.623.643

A partir da análise comparativa entre o resultado extra orçamentário e o resultado financeiro, conclui-se que 40,56% do resultado financeiro superavitário são justificados a partir do resultado extra orçamentário, também superavitário.

QUOCIENTE EXTRA ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO		
	2019	2020
Resultado Extra Orçamentário	776.143.284	114.623.643
Resultado Financeiro	842.644.014	282.636.263
Resultado Extra Orçamentário	= 92,11%	40,56%
Resultado Financeiro		

Há de se destacar que no exercício de 2020 os valores inscritos em restos a pagar representaram 12,59% do total da despesa empenhada, percentual superior ao do exercício de 2019, colaborando para a obtenção de um resultado extra orçamentário superavitário.

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO À DESPESA EMPENHADA		
	2019	2020
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	861.611.793	975.190.282
Inscrição de Restos a Pagar Processados	570.768.368	578.969.582
Despesa Empenhada	11.515.430.817	12.345.890.316
Total Inscrito em Restos a Pagar	= 12,44%	12,59%
Despesa Empenhada		

Da Análise Vertical - (AV) e Horizontal (AH)

A partir da análise vertical das informações do exercício de 2020 observa-se que 73,77% dos ingressos têm origem na receita orçamentária e 26,23% nos ingressos extra orçamentários.

Em uma análise horizontal, observa-se que em 2020 ocorreu um crescimento de 10,39% dos ingressos extra orçamentários quando comparados com o exercício de 2019. Observa-se um crescimento de 122,38% no recebimento de recursos vinculados à Seguridade Social.

Valores em Reais (R\$)					
DISCRIMINAÇÃO	2019	AV	2020	AV	AH
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11.624.856.327	73,92%	12.736.799.948	73,77%	9,57%
Receita Ordinária	4.523.139.709	28,76%	4.947.715.736	28,66%	9,39%
Recursos Vinculados à Educação	1.971.200.326	12,53%	2.143.611.120	12,42%	8,75%
Recursos Vinculados à Saúde	3.653.871.226	23,23%	4.182.847.840	24,23%	14,48%
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	792.086.712	5,04%	837.039.212	4,85%	5,68%
Recursos Vinculados à Seguridade Social	30.869.289	0,20%	68.647.545	0,40%	122,38%
Outras Vinculações de Recursos	653.689.064	4,16%	556.938.495	3,23%	-14,80%
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.102.044.193	26,08%	4.528.106.077	26,23%	10,39%
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	861.611.793	5,48%	975.190.282	5,65%	13,18%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	570.768.368	3,63%	578.969.582	3,35%	1,44%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.666.447.865	16,95%	2.973.188.774	17,22%	11,50%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.216.167	0,02%	757.439	0,00%	-76,45%
TOTAL DE INGRESSOS	15.726.900.520	100,00%	17.264.906.025	100,00%	9,78%
Transferências Financeiras Recebidas	4.067.722.231		4.263.603.284		
Saldo do Exercício Anterior	2.440.507.862		3.417.680.266		
TOTAL	22.235.130.613		24.946.189.576		

Fonte: Sistema CASP PBH

Em relação aos dispêndios do exercício de 2020 observa-se que 73,67% dos dispêndios tiveram origem na despesa orçamentária autorizada pelo legislativo municipal e 26,33% nos dispêndios extra orçamentários.

No exercício de 2020, ocorreu um acréscimo de 32,70% dos dispêndios extra orçamentários quando comparados com o exercício de 2019. Este acréscimo é decorrente do aumento dos pagamentos de restos a pagar.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2019	AV	2020	AV	AH
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.515.430.817	77,59%	12.345.890.316	73,67%	7,21%
Despesa Ordinária	3.975.217.383	26,78%	4.383.680.694	26,16%	10,28%
Recursos Destinados à Educação	2.006.902.907	13,52%	2.091.033.844	12,48%	4,19%
Recursos Destinados à Saúde	4.245.249.880	28,60%	4.583.711.055	27,35%	7,97%
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	525.321.387	3,54%	559.277.832	3,34%	6,46%
Recursos Destinados à Seguridade Social	28.706.507	0,19%	52.022.600	0,31%	81,22%
Outras Destinações de Recursos	734.032.753	4,95%	676.164.291	4,03%	-7,88%
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	3.325.900.909	22,41%	4.413.482.434	26,33%	32,70%
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	538.734.650	3,63%	648.526.192	3,87%	20,38%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	86.299.201	0,58%	564.633.419	3,37%	554,27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.615.757.245	17,62%	3.081.911.880	18,39%	17,82%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	85.109.814	0,57%	118.410.942	0,71%	39,13%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	14.841.331.727	100,00%	16.759.372.751	100,00%	12,92%
Transferências Financeiras Concedidas	4.067.722.231		4.263.603.284		
Saldo para o Exercício Seguinte	3.326.076.655		3.923.213.541		
TOTAL	22.235.130.613		24.946.189.576		

Fonte: Sistema CASP PBH

Balço Patrimonial – (BP) - Da Análise dos Índices

No município de Belo Horizonte, no final do exercício de 2020, a cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, o ente possui R\$ 3,15 disponível para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)		
	2019	2020
Ativo Circulante	4.432.421.739	5.265.862.473
Passivo Circulante	1.413.238.018	1.673.874.151
Ativo Circulante	=	3,14
Passivo Circulante		3,15

A partir de uma análise mais conservadora, o índice de liquidez imediata busca identificar os recursos que o ente dispõe para honrar seus compromissos de forma imediata, deduzindo os valores dos créditos a receber a curto prazo, os estoques e as VPD's pagas antecipadamente.

A partir deste índice observa-se que a cada R\$ 1,00 de dívida à curto prazo, o ente possui R\$ 2,27 de disponibilidade para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ IMEDIATA (LI) COM RPPS		
	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.210.900.788	2.493.537.051
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.048.804.908	1.299.176.788
Total das Disponibilidades	3.259.705.696	3.792.713.839
Passivo Circulante (PC)	1.413.238.018	1.673.874.151
Disponibilidades	=	2,31
Passivo Circulante (PC)		2,27

Importante destacar, que por se tratar de órgão público, os recursos disponíveis podem possuir vinculações específicas que impeçam o pagamento de quaisquer compromissos. Assim, este índice de liquidez corrente é mais eficaz quando elaborado detalhadamente por fonte de recursos.

Uma das formas de se trazer este índice mais próximo da realidade é subtrair do total das disponibilidades os valores pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social - (RPPS) por se tratar de recursos vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários sem, contudo, subtrair os valores do passivo circulante.

Subtraindo as disponibilidades do RPPS, conclui-se que a cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, o ente possuía R\$ 1,49 de disponibilidade para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ IMEDIATA (LI) SEM DISPONIBILIDADES DO RPPS		
	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.210.347.869	2.493.015.990
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Total das Disponibilidades	2.210.347.869	2.493.015.990
Passivo Circulante (PC)	1.413.238.018,29	1.673.874.150,91
Disponibilidades	= 1,56	1,49
Passivo Circulante (PC)		

Numa análise do endividamento do município, observa-se que 45,85% do ativo total do ente estão comprometidos com suas obrigações de curto e longo prazo.

A partir da composição do endividamento, conclui-se que 24,23% do total do endividamento do ente possuem exigibilidade no curto prazo.

ENDIVIDAMENTO GERAL (EG)		
	2019	2020
Ativo Circulante (AC)	4.432.421.739	5.265.862.473
Ativo não Circulante (ANC)	10.206.639.431	9.797.378.521
Ativo Total	14.639.061.170	15.063.240.994
Passivo Circulante (PC)	1.413.238.018	1.673.874.151
Passivo não Circulante (PNC)	4.908.416.449	5.233.217.727
PC + PNC	= 43,18%	45,85%
Ativo Total		
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (CE)		
PC	= 22,36%	24,23%
PC + PNC		

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

A partir de uma análise vertical 42,56% do total do ativo são representados pelo Realizável a longo prazo.

Valores em Reais (R\$)

ATIVO	2019	AV	2020	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	4.432.421.739	30,28%	5.265.862.473	34,98%	18,80%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.210.900.788	15,10%	2.493.537.051	16,56%	12,78%
Créditos a Curto Prazo	893.843.549	6,11%	1.279.829.317	8,50%	43,18%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.048.804.908	7,16%	1.299.176.788	8,63%	23,87%
Estoques	276.330.927	1,89%	191.666.247	1,27%	-30,64%
VPD Pagas Antecipadamente	2.541.568	0,02%	1.653.071	0,01%	-34,96%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.206.639.431	69,72%	9.787.378.521	65,02%	-4,11%
Realizável a Longo Prazo	6.082.142.548	41,55%	6.406.176.524	42,56%	5,33%
Investimentos	475.076.872	3,25%	439.906.095	2,92%	-7,40%
Imobilizado	3.645.865.903	24,91%	2.932.061.575	19,48%	-19,58%
Intangível	3.554.108	0,02%	9.234.327	0,06%	159,82%
TOTAL DO ATIVO	14.639.061.170	100,00%	15.053.240.994	100,00%	2,83%

Fonte: Sistema CASP PBH

O total dos “Créditos a Curto Prazo” cresceu 43,18% em relação ao exercício de 2019. E os valores de “Caixa e Equivalentes de Caixa” cresceram no exercício de 2020 o correspondente a 12,78% em relação ao exercício de 2019. O “Intangível” apresentou uma variação positiva de 159,82% em relação ao exercício anterior.

Em relação ao Passivo, os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo representaram 47,89% do total das obrigações com terceiros.

Valores em Reais (R\$)

PASSIVO	2019	AV	2020	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	1.413.238.018	22,36%	1.673.874.151	24,23%	18,44%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	546.270.379	8,64%	540.943.993	7,83%	-0,98%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	430.366.259	6,81%	746.045.434	10,80%	73,35%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	199.111.833	3,15%	193.294.374	2,80%	-2,92%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.285.577	0,02%	35.264	0,00%	-97,26%
Provisões a Curto Prazo	150.802	0,00%	53.379.342	0,77%	150800%
Demais Obrigações a Curto Prazo	236.053.169	3,73%	140.175.745	2,03%	-40,62%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.908.416.449	77,64%	5.233.217.727	75,77%	6,62%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	123.804.356	1,96%	113.043.356	1,64%	-8,69%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.129.583.001	49,51%	3.307.971.325	47,89%	5,70%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	86.082.503	1,36%	51.907.150	0,75%	-39,70%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	3.671.155	0,06%	3.671.155	0,05%	0,00%
Provisões a Longo Prazo	1.515.613.357	23,97%	1.707.293.363	24,72%	12,65%
Demais Obrigações a Longo Prazo	49.662.078	0,79%	49.331.378	0,71%	-0,67%
TOTAL DO PASSIVO	6.321.654.468	100,00%	6.907.091.878	100,00%	9,26%
Patrimônio Líquido	8.317.406.702		8.146.149.117		-2,06%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.639.061.170		15.053.240.994		2,83%

Fonte: Sistema CASP PBH

As Provisões a Curto Prazo apresentaram uma variação positiva de 150.800% em relação ao exercício de 2019 em decorrência de mudança de critério no método de registro das participações societárias o que resultou na constituição de provisão para cobertura de passivo a descoberto de controlada por meio do Método de Equivalência Patrimonial – MEP no valor de R\$ 53 milhões.

Os Empréstimos e financiamentos a curto prazo aumentaram em 73,35% em relação ao exercício de 2019.

Demonstração das Variações Patrimoniais – (DVP) – Da Análise dos Índices

No exercício de 2020, Belo Horizonte alcançou um resultado patrimonial superavitário no montante de R\$ 945 milhões.

RESULTADO PATRIMONIAL		
	2019	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	17.007.981.489	19.051.916.523
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	16.491.709.232	18.106.477.647
VPA - VPD	=	516.272.257
		945.438.876

O total das variações patrimoniais diminutivas representou 95,04% do total das variações aumentativas, o que levou a um resultado patrimonial positivo correspondente a 4,96% do total das variações patrimoniais aumentativas.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
	2019	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	17.007.981.489	19.051.916.523
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	16.491.709.232	18.106.477.647
VPD	=	96,96%
VPA		95,04%

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

Do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, 60,05% são representadas pela rubrica Transferências e Delegações Recebidas e 22,35% pela rubrica Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Valores em Reais (R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2019	AV	2020	AV	AH
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.261.776.451	25,06%	4.257.712.602	22,35%	-0,10%
Contribuições	794.620.385	4,67%	858.644.341	4,51%	8,06%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	413.328.105	2,43%	397.189.657	2,08%	-3,90%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.172.446.411	6,89%	1.553.906.864	8,16%	32,54%
Transferências e Delegações Recebidas	9.882.823.573	58,11%	11.439.850.802	60,05%	15,75%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	31.954.239	0,19%	56.252.123	0,30%	76,04%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	451.032.326	2,65%	488.360.134	2,56%	8,28%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.007.981.489	100,00%	19.051.916.523	100,00%	12,02%

Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, 28,03% são representadas pela rubrica Transferências e Delegações Concedidas.

A partir de uma análise horizontal, verifica-se que ocorreu uma variação positiva de 76,04% na Rubrica “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”.

Valores em Reais (R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2019	AV	2020	AV	AH
Pessoal e Encargos	3.782.479.018	22,94%	4.044.388.572	22,34%	6,92%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.284.974.938	7,79%	1.392.259.428	7,69%	8,35%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.093.428.139	24,82%	4.417.537.796	24,40%	7,92%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	601.580.309	3,65%	954.598.429	5,27%	58,68%
Transferências e Delegações Concedidas	4.630.318.318	28,08%	5.075.528.290	28,03%	9,62%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.080.868.131	6,55%	1.604.505.416	8,86%	48,45%
Tributárias	101.922.422	0,62%	111.596.070	0,62%	9,49%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	14.128.230	0,09%	567.666	0,00%	-95,98%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	902.009.727	5,47%	505.495.980	2,79%	-43,96%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.491.709.232	100,00%	18.106.477.647	100,00%	9,79%

Fonte: Sistema CASP PBH

Verifica-se que ocorreu uma variação negativa de 95,98% na rubrica “Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC)- Da Análise dos Índices

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais representou 118,33% do Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, evidenciando uma pequena dispersão entre o Resultado Patrimonial e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais.

QUOCIENTE DO FCO EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL			
		2019	2020
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)		1.326.868.945	1.118.749.000
Resultado Patrimonial		516.272.257	945.438.876
FCO	=	257,01%	118,33%
RESULTADO PATRIMONIAL			

De acordo com a apuração do índice da capacidade de amortização da dívida, os recursos gerados pela entidade para o pagamento da dívida representaram 16,20% do total do passivo.

QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
		2019	2020
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)		1.326.868.945	1.118.749.000
Total do Passivo (PC + PNC)		6.321.654.468	6.907.091.878
FCO	=	20,99%	16,20%
Total do Passivo (PC + PNC)			

No exercício de 2020, o resultado das atividades operacionais representou 209,89% da Geração Líquida de Caixa que foi superavitária. A dispersão entre o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais e a Geração Líquida de Caixa e Equivalente Caixa está relacionado ao resultado deficitário da Atividade de Investimento.

QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL			
		2019	2020
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)		1.326.868.945	1.118.749.000
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		842.644.014	533.008.143
FCO	=	157,46%	209,89%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa			

Da Análise Horizontal (AH)

No exercício de 2020 o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento apresentou uma variação de 173,17% em relação ao exercício de 2019.

A geração líquida de caixa do exercício de 2020 que foi superavitária e apresentou um crescimento de 36,75% em relação ao exercício de 2019 é consequência da variação positiva do fluxo de caixa das atividades Operacionais e de Financiamento.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	AH
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	18.227.498.430	16.727.816.176	-8,23%
Desembolsos	16.900.629.484	15.609.067.176	-7,64%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	1.326.868.945	1.118.749.000	-15,69%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	112.495.219	74.072.053	-34,16%
Desembolsos	584.882.542	668.474.381	14,29%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	- 472.387.323	- 594.402.328	-25,83%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	284.796.898	240.467.813	-15,57%
Desembolsos	296.634.506	231.806.342	-21,85%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	- 11.837.608	8.661.471	173,17%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA (I+II+III)	842.644.014	533.008.143	36,75%

Fonte: Sistema CASP PBH

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – (DMPL) - Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

No exercício de 2020, os Resultados Acumulados representaram 97,57% do total do Patrimônio Líquido (PL).

Valores em Reais (R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	AV	2020	AV	AH	
Participação Social / Capital Social	184.413.945	2,22%	186.614.388	2,29%	1,19%	
Reserva de Capital	260.346	0,00%	260.346	0,00%	0,00%	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.668.008	0,14%	10.870.447	0,13%	-6,84%	
Demais Reservas	241	0,00%	-	0,00%	-100,00%	
Resultados Acumulados	8.121.064.404	97,64%	7.948.403.937	97,57%	-2,13%	
Ações / Cotas em Tesouraria	-	241	0,00%	-	0,00%	100,00%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.317.406.702	100,00%	8.146.149.117	100,00%	-2,06%	

Fonte: Sistema CASP PBH

VOLUME V

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE

ATENDIMENTO COVID-19 - UPA BARREIRO



INFORMAÇÕES GERAIS

Em 2011, por meio da Lei nº 10.362, de 30 de dezembro de 2011, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Belo Horizonte passou por uma reestruturação, por meio de uma segregação de massas, com a criação de dois fundos: o Fundo Financeiro – FUFIN –, no regime de repartição simples e o Fundo Previdenciário – BHPREV –, no regime de capitalização.

De acordo com o MCASP 7ª Ed. e segundo a legislação previdenciária, a segregação da massa de segurados consiste na separação dos segurados e beneficiários em dois grupos distintos, a partir da definição de uma metodologia de corte. O grupo de segurados e beneficiários integrantes do fundo constituído em regime de repartição simples compõe o Plano Financeiro e os integrantes do fundo com perspectiva de sustentabilidade ou de capitalização integram o Plano Previdenciário. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes a cada grupo. O passivo atuarial, obrigatoriamente, será contabilizado nas contas patrimoniais de forma segregada.

No âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos efetivos garantiu aos seus segurados, até o exercício de 2019, os benefícios de aposentadoria, licença para tratamento de saúde e por motivo de acidente em serviço, abono família, licença maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. Por força art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, ocorreu a partir do exercício de 2020 a limitação do rol de benefícios do RPPS às aposentadorias e à pensão por morte (os afas-

tamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins, com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, a sua natureza é de benefício assistencial a ser concedido a servidores de baixa renda, inclusive quando aposentados, não integrando a remuneração destes, estando a cargo do ente federativo o seu pagamento).

O RPPS do Município é de caráter contributivo e solidário e de filiação obrigatória. É mantido pela Administração Direta, pelas entidades da Administração Indireta que contem em seus quadros com servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pelo Poder Legislativo, assim como pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A estrutura de direção do RPPS de Belo Horizonte é composta pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e tem como Unidade Gestora – a Subsecretaria de Gestão Previdenciária – Suprev, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG, criada pela Lei nº 11.065, de 2017.

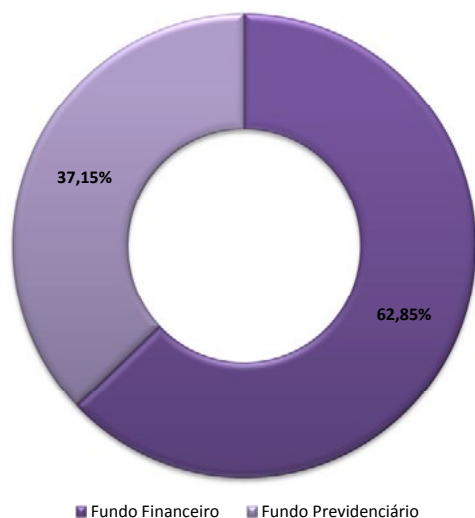
A Suprev, cujas atribuições estão previstas no Capítulo VIII do Decreto nº 16.682, de 2017, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de previdência social dos servidores públicos efetivos da Administração Municipal. Entre suas funções está a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários, o atendimento aos segurados, o controle das receitas e despesas do RPPS, a gestão dos recursos do Fundo Previdenciário, visando a melhor rentabilidade e segurança nas aplicações, e a adoção de medidas destinadas a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Os Demonstrativos Contábeis dos dois fundos estão disponibilizados no link: prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/gestao-previdenciaria/informacoes/demonstrativos-contabeis

ORIGEM DOS RECURSOS

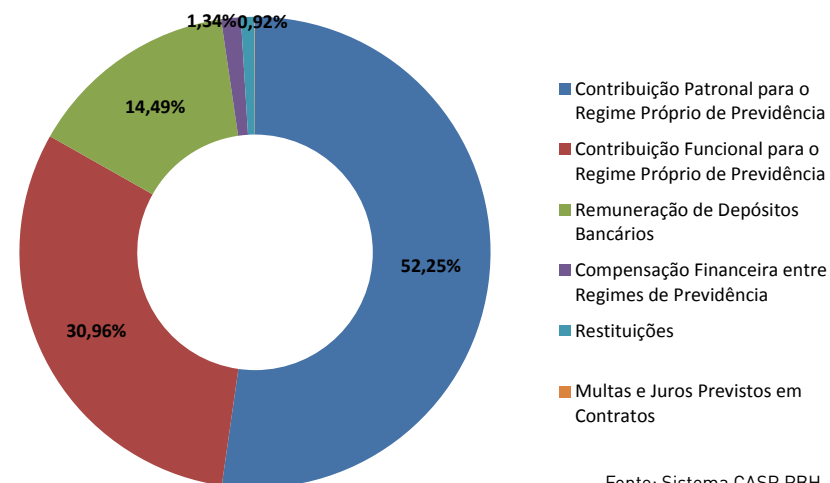
No exercício de 2020 o RPPS arrecadou R\$ 837 milhões em receitas orçamentárias. Destas, 62,85% foram arrecadadas pelo Fundo Financeiro e 37,15% arrecadadas pelo Fundo Previdenciário.

RPPS – Receita Orçamentária Realizada



Do total arrecadado pelo RPPS de Belo Horizonte, 52,25% e 30,96% são provenientes de contribuições Patronal e Funcional, respectivamente, para o regime e 14,49% provenientes de remuneração de depósitos bancários.

RPPS – Receita Orçamentária Realizada

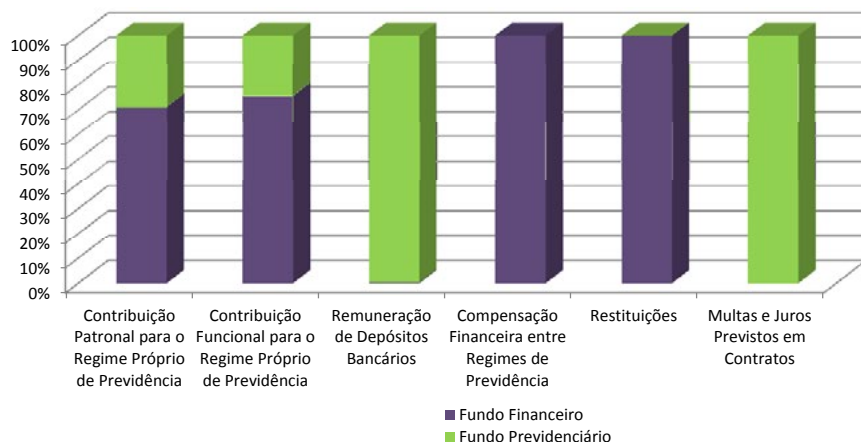


Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das receitas arrecadadas de contribuições Patronal e Funcional 71,13% e 75,52%, respectivamente, foram arrecadadas pelo Fundo Financeiro.

Já as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários foram 99,71% arrecadadas pelo Fundo Previdenciário.

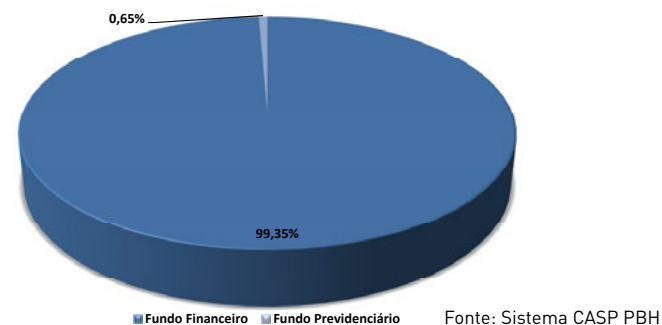
Fundo Financeiro x Fundo Previdenciário
Receita Orçamentária - Exercício 2020



APLICAÇÃO DOS RECURSOS

No exercício de 2020 no RPPS do município de Belo Horizonte o total de despesas empenhadas totalizou R\$ 1,3 bilhão, sendo 99,35% destas despesas processadas por meio do Fundo Financeiro e 0,65% por meio do Fundo Previdenciário.

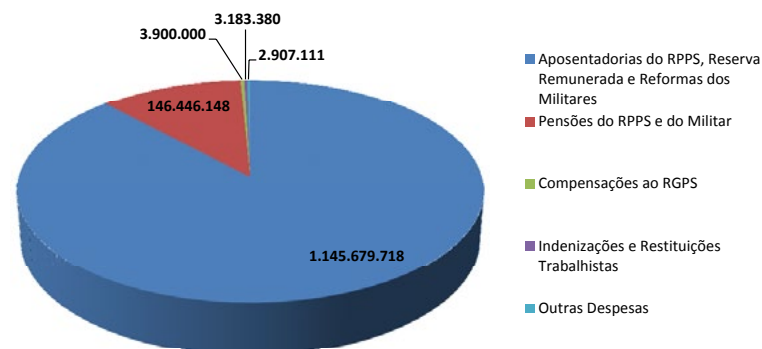
RPPS – Despesa Orçamentária Empenhada
Exercício 2020



Fonte: Sistema CASP PBH

Do total Empenhado, 1,14 bilhão foram direcionados para custear o pagamento de Aposentadorias e 146 milhões para custear pagamentos de Pensões.

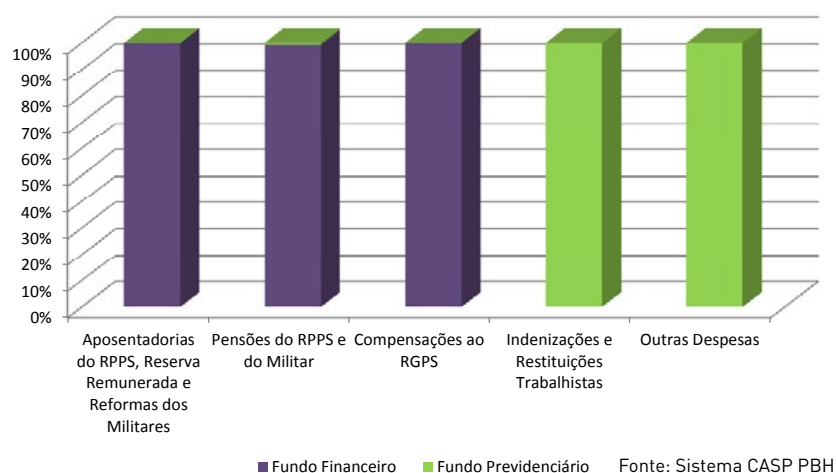
RPPS – Despesa Orçamentária Empenhada
Por elemento de Despesa
Exercício 2020



Fonte: Sistema CASP PBH

A seguir, apresentamos o desmembramento das despesas por Fundo do RPPS:

Fundo Financeiro x Fundo Previdenciário
Por elemento de Despesa
Exercício 2020



Do total das Aposentadorias, Pensões e Compensações ao RGPS empenhadas pelo RPPS, 99,88%, 99,29% e 100%, respectivamente, foram empenhadas pelo Fundo Financeiro.

Já as indenizações/Restituições Trabalhistas e Outras Despesas foram 100% empenhadas pelo Fundo Previdenciário.

O RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Destacando-se das informações consolidadas às referentes ao RPPS de Belo Horizonte observa-se que o Fundo Financeiro (Fufin) apresenta déficit orçamentário e Fundo Previdenciário superávit orçamentário.

No exercício de 2020 o déficit orçamentário do Fundo Financeiro foi de R\$ 767 milhões.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	Fufin	AV	BHPrev	AV	TOTAL DO RPPS
RECEITAS CORRENTES	526.068.507	100,00%	310.970.706	100,00%	837.039.212
Receita de Contribuições	506.771.828	96,33%	189.684.777	61,00%	696.456.604
Receita Patrimonial	348.721	0,07%	120.953.030	38,90%	121.301.751
Outras Receitas Correntes	18.947.957	3,60%	332.899	0,11%	19.280.857
TOTAL DAS RECEITAS	526.068.507	100,00%	310.970.706	100,00%	837.039.212
DESPESAS CORRENTES	1.293.631.184	100,00%	7.808.976	92,03%	1.301.440.160
Pessoal e Encargos Sociais	1.289.731.184	99,70%	5.578.061	65,74%	1.295.309.245
Outras Despesas Correntes	3.900.000	0,30%	2.230.914	26,29%	6.130.914
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,00%	676.197	7,97%	676.197
Investimentos	-	0,00%	676.197	7,97%	676.197
TOTAL DAS DESPESAS	1.293.631.184	100,00%	8.485.172	100,00%	1.302.116.356
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	- 767.562.677		302.485.533		- 465.077.144

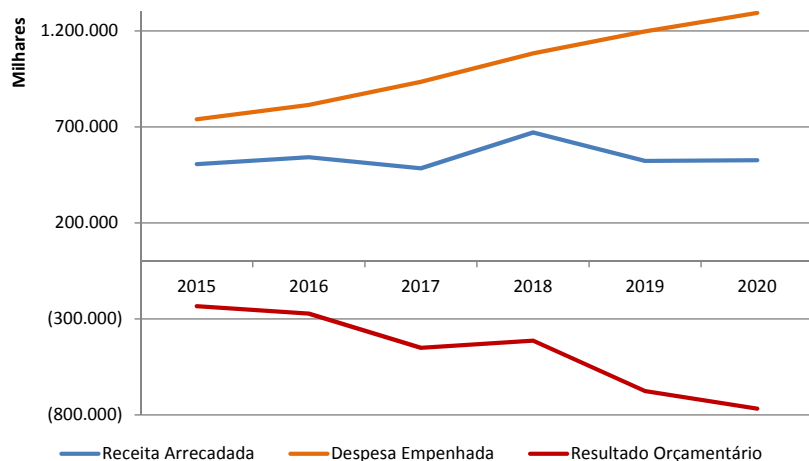
Fonte: Sistema CASP PBH

O déficit orçamentário no Fundo Financeiro é uma consequência natural de regimes com repartição simples que passaram pelo processo de segregação de massas que vincula a contribuição e benefícios dos novos servidores ao regime de capitalização simples.

Durante o exercício de 2020 o tesouro municipal aportou R\$ 722 milhões no Fundo Financeiro (Fufin) para cobrir as insuficiências financeiras deste.

Fundo Financeiro - Evolução do Resultado Orçamentário

Período: 2015 a 2020



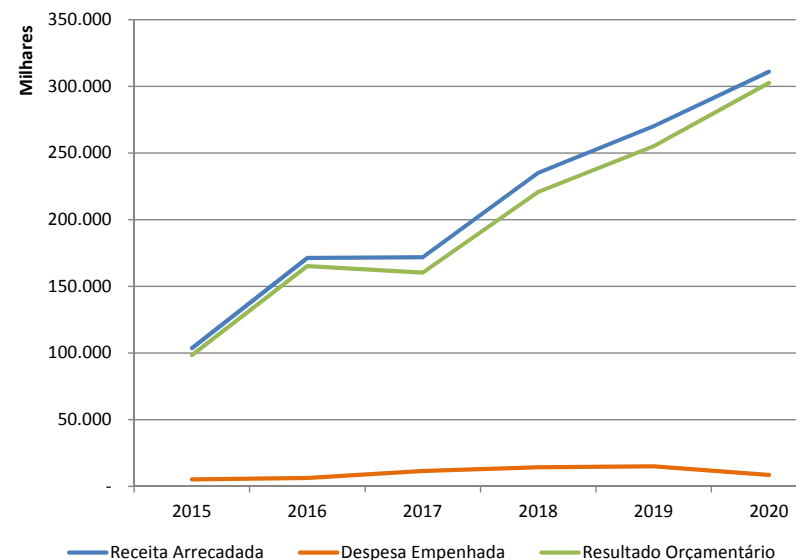
Fonte: Sistema CASP PBH

Diferentemente ocorreu com o Fundo Previdenciário (BHPrev), que tem apresentado superávits orçamentários, por se tratar de fundo com regime de capitalização que se encontra em seus anos iniciais, onde as receitas arrecadadas tendem a aumentar, em decorrência da entrada de contribuições dos novos servidores e por não apresentar grande número de servidores em gozo de benefícios.

No exercício de 2020, o Fundo Previdenciário (BHPrev) apresentou resultado orçamentário superavitário no montante de R\$ 302 milhões.

Fundo Previdenciário - Evolução do Resultado Orçamentário

Período: 2015 a 2020



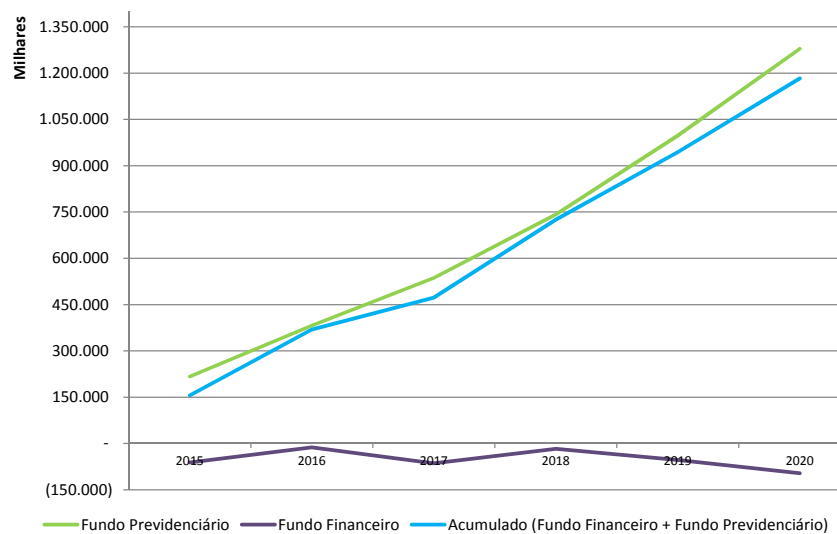
Fonte: Sistema CASP PBH

O SUPERÁVIT FINANCEIRO

Em 2020, o RPPS de Belo Horizonte apresentou um superávit financeiro acumulado no valor de R\$ 1,18 bilhão. Neste montante estão inseridos R\$ 96 milhões referentes ao déficit financeiro do Fundo Financeiro e R\$ 1,28 bilhão de superávit financeiro do Fundo Previdenciário.

RPPS - Evolução do Superávit / Déficit Financeiro

Período: 2015 a 2020



Fonte: Sistema CASP PBH

Apuração conforme item "3.5.3.3. - Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos" do MCASP 8ª Ed. pag. 398.

VOLUME VI ANEXOS

RECAPEAMENTO APÓS AS CHUUVAS - VENDA NOVA



201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	82.394.241,27	94.654,79
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	2.301.108,34	71.427.469,86
208 FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS	3.753.091,84	25.676.131,53
209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	85.130.493,51	0,00
210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	169.488.471,44	8.983,33
211 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	518.887,80	0,00
213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	44.852.347,33	834.787,89
214 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	9.566.826,26	0,00
215 FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	2.867.443,50	75.000,01
216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.385.777.661,04	2.019.494,40
218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	170.600.755,19	17.367,46
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	403.741.402,25	0,00
221 HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	0,00	1.622.169,66
222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	106.551.914,74	0,00
223 EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A	17.731.438,89	16,50
224 COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A	58.690.250,70	0,00
225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	180.411.306,53	29.541,60
227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	279.001.000,00	113.372.848,73
229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	47.260.235,06	0,00
230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	38.366.364,74	0,00
233 FUNDO MUNICIPAL DO AUXÍLIO DE TRANSPORTE ESCOLAR	3.000.000,00	0,00

235 FUNDO FINANCEIRO	721.957.443,75	0,00
239 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO	1.536.957,60	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	3.815.499.641,78	215.178.465,76

205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	94.654,79	82.394.241,27
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	12.217.705,87
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	94.654,79	94.611.947,14

207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	71.427.469,86	2.301.108,34
205 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	12.217.705,87	0,00
218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	775.665,67	0,00
219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA	681.089,94	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	85.101.931,34	2.301.108,34

208 FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	25.676.131,53	3.753.091,84
218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	7.759.298,91	3.000,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	33.435.430,44	3.756.091,84

CASP PBH

d_rel_transferencias_financeiras

209 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	85.130.493,51
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	85.130.493,51

210 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	8.983,33	169.488.471,44
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	8.983,33	169.488.471,44

211 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	518.887,80
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	518.887,80

213 FUNDO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	834.787,89	44.852.347,33
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	834.787,89	44.852.347,33

214 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	9.566.826,26
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	9.566.826,26

215 FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	75.000,01	2.867.443,50
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	75.000,01	2.867.443,50

216 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	2.019.494,40	1.385.777.661,04
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	2.019.494,40	1.385.777.661,04

218 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	17.367,46	170.600.755,19
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	775.665,67
208 FUNDO DE TRANSPORTES URBANOS	3.000,00	7.759.298,91
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	20.367,46	179.135.719,77

219 SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	403.741.402,25
207 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	681.089,94
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	404.422.492,19

CASP PBH

d_rel_transferencias_financeiras

221 HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	1.622.169,66	0,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	1.622.169,66	0,00

222 EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	106.551.914,74
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	106.551.914,74

223 EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	16,50	17.731.438,89
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	16,50	17.731.438,89

224 COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE S/A

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	58.690.250,70
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	58.690.250,70

225 EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	29.541,60	180.411.306,53
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	29.541,60	180.411.306,53

227 CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	113.372.848,73	279.001.000,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	113.372.848,73	279.001.000,00

229 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	47.260.235,06
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	47.260.235,06

230 FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	38.366.364,74
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	38.366.364,74

233 FUNDO MUNICIPAL DO AUXILIO DE TRANSPORTE ESCOLAR		
Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	3.000.000,00
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	3.000.000,00

CASP PBH

d_rel_transferencias_financeiras

235 FUNDO FINANCEIRO

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	721.957.443,75
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	721.957.443,75

239 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Entidade Origem / Destino	Valor Concedido	Valor Recebido
201 SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	0,00	1.536.957,60
TOTAL ENTIDADE CONTÁBIL	0,00	1.536.957,60

TOTAL ENTIDADE GERENCIAL**4.052.114.867,93 4.052.114.867,93**

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL	
INTERNA	A.O.Nova Suíssa L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	A.O.NOVA SUISSA	-	1.760.727,72	
	Auto O.Floramar L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	A.OMN.FLORAMAR	-	1.347.172,57	
	BDMG	NOVO SOMMA INFRA	Execução de projeto de obras de infraestrutura urbana.		BDMG 151.086/11	-	208.872,58
		NOVO SOMMA ECO	Projeto de ampliação, modernização e melhoria do sistema de manejo, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de Belo Horiznte.		BDMG 151.087-1	-	729.053,99
		FRP	Realização de obras de infraestrutura voltadas à adaptação dos territórios a mudanças climáticas, projetos voltados a melhoria da mobilidade urbana, obras de infraestrutura.		BDMG 185.497/14	2.842.821,87	11.875.244,68
	Betânia Ônibus L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	BETÂNIA ÔNIBUS	-	2.297.095,49	
	BNDES	DRENURBS	Implantação da 1ª etapa do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural - DRENURBS.		BNDES-DREN.III	-	-
		DRENURBS	Implantação da primeira etapa do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em leito natural - DRENURBS.		BNDES-DRENURBS	-	-
		DRENURBS	Implantação da segunda etapa o BHBUS - programa de reestruturação do transporte coletivo de Belo Horizonte.		BNDESDRENURBSII	-	-
		PMAT	Modernização da administração pública municipal.		BNDES-PMAT.IV	8.616.421,15	11.487.873,90
		Projeto multissetorial integrado no município de Belo Horizonte - PMULT	Implantação do Projeto Multissetorial Integrado "Aglomerado da Serra".		BNDES-PMULT.III	-	-
		Projeto multissetorial integrado no município de Belo Horizonte - PMULT	Implantação do Projeto Multissetorial Integrado "Aglomerado da Serra".		PMULT. III - B	-	-
		Projeto multissetorial integrado no município de Belo Horizonte - PMULT	Implantação do Projeto Multissetorial Integrado no Aglomerado Morro das Pedras.		PMULT.IV-Morr.	-	-
		Projeto multissetorial integrado no município de Belo Horizonte - PMULT	Implantação do Projeto Multissetorial Integrado na Vila Pedreira Prado Lopes.		PMULT.IV-Pedr.	-	-
	BANCO DO BRASIL S/A	Recapamento de Vias (BB-180)	Recapamento de vias públicas, priorizadas conforme o Índice de Condição do Pavimento (ICP) e a importância das vias.		20/00030-8	65.873.627,64	-

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	182.248-09/2006	-	4.360.579,24
		Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado.	182.253-86/2007	-	372.539,55
		Programa Saneamento para Todos	Programa com ações voltadas ao saneamento básico, execução de empreendimentos destinados à melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado.	182.255-04/2006	-	1.845.390,02
		Programa Saneamento para Todos	Ampliação do sistema de tratamento e destinação dos resíduos sólidos no município de Belo Horizonte, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos.	191.237-60	-	327.123,40
		Pro Moradia	Integração da população local à chamada cidade formal - Programa Pró-Moradia	229.136-60/2007	-	2.125.369,79
		Pro Moradia	Melhoria da qualidade habitacional e urbanística da área do Córrego Sta. Terezinha/Freitas, com reassentamento da população e área com risco de inundação.	234.754-55	-	831.095,57
		Pro Moradia	Melhoria da qualidade habitacional e urbanística da área do Córrego Stª. Terezinha/Freitas, com reassentamento da população e área com risco de inundação.	234.755-60/2007	-	386.802,86
		Pro Moradia	Tratamento de fundo de vale e controle de cheias do complexo da Avenida Várzea da Palma e Vila do Índio.	238.834-08	-	1.558.109,12
		Pro Moradia	Recuperação ambiental/urbaniz. favelas das bacias dos córregos afluentes da av. Várzea da Palma.	268.489-53	-	2.737.859,35
		Pro Moradia	Intervenções integradas de recuperação urbanística e habitacional, ações de regularização fundiária e trabalho social no Aglomerado São Tomás/Aeroporto.	268.490-81	4.776.753,32	1.567.469,59
		Pro Moradia	Intervenções integradas de recuperação urbanística e habitacional, ações de regularização fundiária e trabalho social na Vila CEMIG/Alto das Antenas.	268.492-08	212.119,95	866.871,38
		Programa Saneamento para Todos	Tratamento de fundo de vale e implantação de bacias de detenção dos Córregos Jatobá e Olaria, bairro Urucuia e Rua Luiz Souza Lima.	293.498-89	-	1.252.315,07
		Programa Saneamento para Todos	Ampliação da seção do canal do córrego ressaca.	293.499-93	-	708.766,34

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Programa Saneamento para Todos	Ampliação da seção do canal do córrego da Serra, em Belo Horizonte/MG.	293.504-60	-	90.770,79
		Pro Moradia	Melhorar a qualidade de vida da população das vilas que compõem o Aglomerado Santa Lúcia (Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Santa Rita de Cássia e Vila Estrela).	294.943-97	8.660.984,89	2.089.391,53
		Pro Moradia	Ampliar a urbanização do Aglomerado da Serra, como um todo, dotando as vilas Nossa Senhora Conceição, Nossa Senhora Aparecida e Novo São Lucas de infraestrutura e serviços básicos de saneamento.	294.946-29	6.900,40	568.459,21
		Pro Transporte	Interseção Av. Antônio Carlos e Av. Abrão Caram, alargamento da Av. Pedro I, interseção Av. Pedro I e Vilarinho e BRT Antônio Carlos e Av. Pedro I.	318.926-13	-	7.084.933,12
		Pro Transporte	Tratamento viário para priorização do transporte coletivo, melhoria de acessos a bairros e ao Estádio Governador Magalhães Pinto - BRT Pedro II.	318.928-31	-	2.746.754,18
		Pro Transporte	Execução de obras e serviços de mobilidade urbana na área central de Belo Horizonte - BRT Área Central.	318.929-45	-	1.192.852,67
		Pro Transporte	Ampliação da central de controle de tráfego de Belo Horizonte	318.931-88	-	651.752,20
		Pro Transporte	Implantação da Via 210 que fará a ligação entre a Via do Minério e a Av. Teresa Cristina, propiciando um caminho transversal à malha radiocêntrica da cidade.	318.932-92	-	1.280.262,14
		Pro Transporte	Implantação da via 710 que fará a ligação da Av. dos Andradas e a Av. Cristiano Machado.	318.934-19	216.549,57	1.529.647,18
		Pro Transporte	Execução de obras e serviços de mobilidade urbana na Avenida Cristiano Machado - BRT Cristiano Machado.	318.935-24	-	1.108.852,32
		Pro Transporte	Melhoria da interligação Rua Carijós e Av. Barbacena e Rua Extrema	318.936-38	-	4.407.921,37
		Programa Saneamento para Todos	Manejo de águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água, reassentamento de famílias e urbanização para população estimada de 31.265 habitantes de Belo Horizonte	350.123-73	8.981.866,78	435.807,30
		Programa Saneamento para Todos	Construir reservatórios de amortecimento de cheias, reassentamento de famílias, ações de preservação ambiental, obras de proteção e urbanização do córrego Túnel Camarões.	350.146-45	-	1.380.768,77
		Pro Moradia	Implantação de vias veiculares, modalidade urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.222-73	244.080,05	66.339,26
		Pro Moradia	Implantação de vias veiculares, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.475-30	435.587,81	21.280,00

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Pro Moradia	Implantação da rua Vitória e tratamento de áreas remanescentes, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.477-59	60.889,26	27.244,81
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de estudos e projetos de Manejo de Águas Pluviais pra redução de risco de inundação na cidade de Belo Horizonte (Córregos Cercadinho, Ressaca, Piteira, Limões e Joaquim Pereira)	521.186-72	-	-
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Águas Pluviais	Córrego Cachoeirinha - Implantação de Canal paralelo a partir da entrada do Córrego da AV. Sanitária até encontro com o Ribeirão Pampulha.	521.186-72	-	-
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Resíduos Sólidos	Ampliação do Programa Municipal de Coleta Seletiva em parceria com cooperativas e associações de catadores em Belo Horizonte.	521.320-02	-	-
		Avançar Cidades 2/ Saneamento Manejo de Resíduos Sólidos	Reestruturação da infraestrutura para a gestão de resíduos de construção civil e volumosos em Belo Horizonte.	521.322-20	-	-
		Programa Saneamento para Todos	Elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental integrado para a redução de riscos de inundação do Município.	505.141-02	3.595,37	-
		FINISA	Macro drenagem dos córregos Vilarinho, Isidoro e Nado.	535.139-93	2.153.887,75	-
		Pro Moradia	Alargamento de vias visando a melhoria das condições de acesso para os serviços urbanos, modalidade operacional urbanização e regularização de assentamentos precários.	350.480-04	192.870,44	6.286,14
		Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para realização de obras e serviços decorrentes de operações de crédito firmadas no âmbito da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo 2014.	363.998-22	-	5.913.684,18
		Pro Transporte	Implantação de intervenções viárias voltadas à melhoria do transporte coletivo e a mobilidade urbana ao longo da Avenida dos Andradas e Tereza Cristina.	396.653-69	-	1.339.194,16
		Programa Saneamento para Todos	Otimização do sistema de macro drenagem das bacias dos córregos Cachoeirinha, Pampulha e Onça.	397.761-95	22.435.973,27	562.085,32
		Programa Saneamento para Todos	Recuperação e ampliação da calha do Canal do Córrego Ressaca em Belo Horizonte.	397.762-08	-	573.764,51
		Programa Saneamento para Todos	Implantação de canal paralelo ao existente na Bacia di Córrego dos Pintos, em Belo Horizonte/MG	397.763-12	-	40.936,44
		Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para realização de obras e serviços decorrentes de operações de crédito.	408.750-18	7.125.469,95	6.186.251,06
Contrapartida PAC	Aporte de contrapartida para a realização de obras e serviços decorrentes do Programa Minha Casa Minha Vida.	428.098-20	27.232.136,08	8.469.434,51		

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FINISA	Financiar as Despesas de Capital previstas na legislação orçamentária do exercício de 2017 e subsequentes, bem como suas siplemtações.	497.048-68	40.003.261,95	4.999.796,10
		PNAFM	2ª etapa do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.	PNAFM 520061-52	3.549.554,08	-
		PNAFM	Execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do Municípios Brasileiros - PNAFM.	PNAFM-193.072	-	3.250.549,83
	Cidade BH Trans L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	CIDADE BH TRANS	-	1.159.544,36
	Col.São Lucas L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	COL.SÃO LUCAS	-	1.594.138,15
	Col.Venda Nova L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	COL.VENDA NOVA	-	1.590.758,28
	Coletur L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	COLETUR	-	1.835.873,73
	COPASA	Renegociação de Débitos	Reconhecimento de dívida junto a COPASA, relativa a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário emitidas até o mês de novembro de 2002.	COPASA	-	6.554.603,90
	ESTADO DE MINAS GERAIS	Renegociação de Débitos	Confissão, renegociação e quitação de dívida do Estado de Minas Gerais, através da MGI - Minas Gerais Participações S/A.	MGI	-	-
	Itapagipe Trans L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	ITAPAGIPE TRANS	-	972.820,07
	Milênio Transp. L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	MILÊNIO TRANSP.	-	1.321.505,46
	Pampulha Trans L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	PAMPULHA TRANSP	-	2.294.115,94
	Rodap L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	RODAP	-	1.120.722,18
	Rodopass L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	RODOPASS	-	1.846.190,92
	Sagrada Família L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.SAG.FAMILIA	-	413.992,24
	São Cristóvão L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	SÃO CRISTÓVÃO	-	472.023,93
	São Dimas Trans L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	SÃO DIMAS TRANS	-	1.411.705,37
	TCL L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	TCL	-	800.942,41

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	Transimão Trans L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	TRANSIMÃO	-	1.011.884,73
	Transluciana L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	TRANSLUCIANA	-	811.387,05
	Tripuí Transp. L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	TRIPUÍ TRANSP.	-	680.039,28
	Urca A.Ônibus L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	URCA AUTO ONIB	-	903.017,02
	V. Carneirinhos L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	V.CARNEIRINHOS	-	763.277,14
	V.Getúlio Vargas L9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.GET.VARGAS	-	837.242,28
	V.Metropolitana L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	V.METROPOLITANA	-	407.636,98
	Via BH Col. L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA BH COLETIVO	-	231.846,26
	Via.Boa Vista L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.BOA VISTA	-	1.029.090,68
	Via.Progresso L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.PROGRESSO	-	2.273.396,92
	Via.São Geraldo L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.SÃO GERALDO	-	530.424,74
	Via.Serra Verde L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.SERRA VERDE	-	1.777.258,58
	Via.Sta.Edwiges L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.STA.EDWIGES	-	1.496.587,72
	Via.Vera Cruz L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIA.VERA CRUZ	-	203.448,14
	Viação Anchieta L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO ANCHIETA	-	1.910.859,56
	Viação Avenida L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO AVENIDA	-	648.858,56
	Viação Cruzeiro L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO CRUZEIRO	-	2.065.520,27
	Viação Euclásio L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO EUCLÁSIO	-	523.192,62
Viação Globo L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO GLOBO	-	1.858.356,44	

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
INTERNA	Viação Jardins L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO JARDINS	-	1.464.921,27
	Viação Lux L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO LUX	-	586.638,94
	Viação Paraense L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO PARAENSE	-	1.448.500,86
	Viação Real L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO REAL	-	936.526,16
	Viação Torres L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO TORRES	-	2.887.023,10
	Viação Zurick L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIAÇÃO ZURICK	-	2.003.580,24
	Viasul L.9314/07	Renegociação de Débitos	Confissão de dívida contraída pelo município e pela BHtrans, originada do déficit da câmara de compensação tarifária	VIASUL	-	504.452,63

TOTAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA INTERNA

203.625.351,58

TOTAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA INTERNA

157.855.256,42

**DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS (RECEITAS) E PAGAMENTOS (DESPESAS) DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL
EXERCÍCIO 2020**

Valores em Reais (R\$)

TIPO DA OPERAÇÃO	CREADOR	PROGRAMA	OBJETO / OBJETIVO	REFERÊNCIA CONTRATO	RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO INGRESSOS	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PAGAMENTOS DO PRINCIPAL
EXTERNA	Banco do Brasil Ag. Viena	Programa de recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha.	Empreendimentos relacionados à recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha.	0001/2013	-	16.104.000,00
	BID	DRENURBS	Fase Suplementar do Programa Drenurbs -tratamento e recuperação da Bacia Hidrográfica do Córrego Bonsucesso.	2962/OC-BR	-	11.300.373,07
		DRENURBS	Programa de recuperação das condições ambientais de Belo Horizonte - Programa DRENURBS.	BID-DRENURBS	-	11.593.712,43
	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Integração com a Região Metropolitana.	Apoio ao Projeto de Desenvolvimento Urbano E Integração com a Região Metropolitana.	BIRD 8169	-	34.953.000,00
	BID	Melhor Saúde	Ampliação do acesso às redes públicas de atenção à saúde, melhoria de sua qualidade assistencial, modernização da infraestrutura tecnológica, eficiência e transparência na gestão pública dos processos.	4696/OC-BR	20.526.338,41	-
CAF	Programa de Governo e Orçamento Participativo	Investimentos previstos em Obras diversas do Programa de Governo e do Orçamento Participativo	CAF-PROG GOV OP	14.115.680,01	-	

TOTAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA EXTERNA

34.642.018,42

TOTAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA

73.951.085,50

TOTAL GERAL DOS INGRESSOS DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL

238.267.370,00

TOTAL GERAL DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA FUNDADA CONTRATUAL

231.806.341,92

Fonte: Subsecretaria do Tesouro Municipal / Diretoria Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública

MARILIA CELESTINO XAVIER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CRC MG 096.270/O-7

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CRC MG 020.498/O-6

JOÃO ANTONIO FLEURY TEIXEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ALEXANDRE KALIL
PREFEITO

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO:10443789649
Assinado de forma digital por NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO:10443789649
Dados: 2021.03.26 14:43:34 -03'00'

Alexandre Kalil
Assinado de forma digital por ALEXANDRE KALIL:29853109620
Dados: 2021.03.26 14:43:34 -03'00'